

DEM VIVER

JUNTOS PELA PROTEÇÃO DA VIDA

PROFESSOR

Juntos pelas crianças e adolescentes!

**Guia Orientativo
Multiplicador**



DEM PRA ESCOLA!

Juntos pela proteção da vida

SECRETARIA NACIONAL DOS
DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE

MINISTÉRIO DA
MULHER, DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS HUMANOS



Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Damares Regina Alves

Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Maurício José Silva Cunha

Direção Técnica SNDCA

Luciana Dantas da Costa Oliveira

Direção Técnica Atuação Global

Juliana Pompeo Helpa

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Parceria com o Programa das Nações Unidas Para Desenvolvimento

Ministra: Damares Regina Alves

Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente: Mauricio José Silva Cunha

Direção Técnica SNDCA: Luciana Dantas da Costa Oliveira

Agência Implementadora Eixo 1: Atuação Global

Presidente Atuação Global: Gilson Martins Helpa

Coordenação Geral: Juliana Pompeo Helpa

Coordenação Pedagógica: Edione Soares Vieira

Autoria: Gleyds Silva Domingues

Coautoria: Hartmut August, Mariluce Emerim de Melo August

Criação de Jogos: Gleyds Silva Domingues

Revisão de texto: Tiago Löwen

Agências Implementadoras Eixo 2: Ecos, Instituto Construindo Um Lugar Seguro,
IECAP, Humana, Mão Amiga

Diagramação: Viviam Marques Ledermann Oliva

Design e Adaptação de Ilustração: Nátali Scaff

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

Brasil. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
B823p

Professor: juntos pelas crianças e adolescentes [livro eletrônico]:
guia orientativo multiplicador / Ministério da Mulher, da Família
e dos Direitos Humanos; coordenadora Juliana Pompeo Helpa. –
Brasília, DF: Atuação Global, 2021. – (Vem Viver. Vem Pra Escola)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-87896-08-3

1. Assistência a crianças e adolescentes. 2. Programa Vem Viver.
3. Professores – Formação. I. Título. II. Série.

CDD 371.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



ENSINAR PARA
TRANSFORMAR VIDAS

VEM VIVER

JUNTOS PELA PROTEÇÃO DA VIDA

A SECRETARIA

CONHEÇA A SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) é uma das oito secretarias que fazem parte do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e possui uma vasta área de atuação. É responsabilidade da Secretaria, de acordo com Decreto no 10.174/2019, formular, coordenar, acompanhar e avaliar políticas e diretrizes para implementação e articulação das ações governamentais e das medidas referentes à promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente, com prioridade para a prevenção, a conciliação de conflitos e o enfrentamento a todas as formas de violação desses direitos.

Também está a cargo da SNDCA propor e incentivar a realização de campanhas de conscientização pública e fomentar ações estratégicas intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas que tratem da prevenção e do enfrentamento de violações aos direitos das crianças e dos adolescentes, com ênfase no combate à agressão física, à violência psicológica e à violência sexual; ao suicídio; à violência autoinfligida e à automutilação infantil.

A promoção e fortalecimento do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária e a implementação de ações estratégicas que promovam a responsabilidade e a liberdade das famílias na criação, no cuidado e educação dos filhos menores e, ainda, a promoção dos direitos da criança e do adolescente na perspectiva da família e o dever prioritário da família em assegurar tais direitos completam as atividades da Secretaria.



PREFÁCIO

O Brasil assinou a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) no dia 26 de janeiro de 1990 e ratificou o tratado no dia 24 de setembro de 1990. O artigo 19 deste tratado indica as responsabilidades dos Estados signatários de proteger todas as crianças e adolescentes criando políticas públicas que contribuam para esta finalidade.

Atualmente, faz parte da agenda relacionada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 (ODS) as metas que compõem o objetivo 16:1: reduzir significativamente todas as formas de violência e taxas de mortalidade relacionadas em todos os lugares; e 16.2: acabar com o abuso, a exploração, o tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças, tratam da problemática relacionada à letalidade infantojuvenil.

Com base nestas premissas, na Constituição Federal (CF) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Brasil exerce importante papel para a eliminação de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente. Neste contexto, é imprescindível a elaboração de Programas que colaborem para a prevenção e resposta às práticas violentas e letais contra meninos e meninas.

Com a finalidade de garantir o direito à vida de meninos e meninas brasileiras, em dezembro de 2018, o PNUD e a SNDCA formaram um projeto de cooperação internacional para a redução da letalidade infantojuvenil.

Como um dos resultados desta cooperação, a agência implementadora Atuação Global elaborou a metodologia prevista no **Programa Vem Viver – Juntos pela Proteção da Vida**, que visa o fortalecimento da garantia do direito à vida e da redução da violência contra crianças e adolescentes no Brasil. O Programa Vem Viver, foi elaborado numa perspectiva intersetorial, interinstitucional e interfederativa.

O modelo utilizado para desenvolvimento da fundamentação teórica desta metodologia é o Modelo Ecológico Social, que possibilita a análise e compreensão da realidade de situações de violência. Ao utilizar este instrumento de análise, é possível identificar quais ações precisam ser realizadas, em todas e cada uma das esferas, levando em consideração, todavia, a interdependência e a influência interna entre todos os elementos considerados. Neste sentido, O Programa contempla nove esferas de proteção utilizadas para a descrição dos marcos legais, situacionais, teóricos e metodológicos propostos.

As diretrizes gerais para implementação do Programa, bem como a descrição de todas as funções e fluxos elaborados estão inseridas em três Planos Estratégicos intitulados: Vem Pra Rede, Vem Pra Escola e Vem Pra Vida.

Neste sentido, este Guia faz parte do acervo de materiais que integram o Programa e foi criado para auxiliá-lo(a) na aplicação de estratégias para proteção da vida desses jovens. Aqui você vai entender como aplicar a metodologia de acordo com o público alvo específico deste Guia Formativo e terá a possibilidade de agir de forma integrada nesta rede a favor da proteção da vida de meninas e meninos brasileiros.

Estamos juntos, pela proteção da vida!

Juliana Pompeo Helpa

APRESENTAÇÃO

Seja muito bem-vindo/a ao Programa Vem Viver!

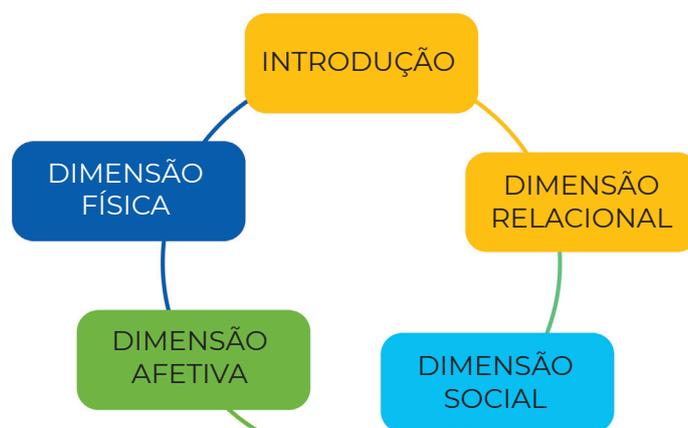
Você exerce o papel que é essencial para o desenvolvimento de atividades e programas direcionados a crianças e adolescentes. Este Guia, em suas mãos, foi preparado e cuidadosamente redigido para que você, professor (multiplicador), se abasteça de ferramentas que se projetem em habilidades necessárias para atuar com essa faixa etária de maneira particular.

Cada seção foi planejada com orientações, sugestões, propostas e estímulos para que você atue com segurança e assertividade. Você encontrará orientações diretas, planos, roteiros de encontros, encaminhamento de atividades e incentivo para aplicá-los em seu contexto de atuação de maneira efetiva. Tais propostas podem ser ampliadas, alteradas e adequadas de acordo com a necessidade requerida; afinal, é evidentemente reconhecido o seu protagonismo profissional e pessoal na escolha dos processos formativos.

Os Roteiros dos Encontros foram projetados em **quatro dimensões** da formação humana. Tal observação se dá porque o olhar, nesse contexto, é para o desenvolvimento do sujeito integral e, nesse sentido, busca-se trabalhar com práticas pedagógicas que visam tal finalidade. Reconhece-se que as ações podem impactar de maneira especial as vidas daqueles que serão alcançados pelo Programa, na medida em que se viabiliza a reflexão, a discussão, o diálogo e o conhecimento sobre áreas significativas. Por essa razão, as dimensões contemplam os aspectos **físicos, sociais, afetivos e relacionais**.

Venha envolver-se nesta tarefa que, indiscutivelmente, é desenvolvida em cooperação. Usufrua do conteúdo e prepare-se para esta jornada!

As dimensões eleitas assumem o papel de dinamizar a proposta curricular na medida em que ela se centra no eixo do direito, da proteção e da valorização da vida. Por esse motivo, a dimensão física tem por finalidade desenvolver a consciência sobre o corpo, a partir do entendimento de que ele contribui para que ocorra o processo de identificação indispensável ao ser humano. Afinal, o corpo humano se integra às relações que são estabelecidas no tempo, no espaço e na história.



Fonte, Autores 2021.

A dimensão social nada mais é que trabalhar com os aspectos de convivência em comunidade, desenvolvendo noções sobre direitos e cidadania – incluindo o conhecimento acerca de leis. Implicam regras, normas e princípios basilares da vida em sociedade.

A dimensão afetiva trabalhará sob o viés da teoria do apego, que se propõe a desenvolver os conhecimentos que a sustentam como prática a ser efetivada. Na dimensão afetiva podem ser contemplados problemas de autoimagem, autoafirmação, alteridade e desenvolvimento de vínculos afetivos.

Por fim, a dimensão relacional tem como finalidade desenvolver práticas significativas que englobam a inserção do ser humano em processos de convivência. Assim, cabe trabalhar princípios e valores. Esses princípios e valores podem ser contemplados nas temáticas que versam sobre trabalho, família, amizade, solidariedade, paz, segurança e trabalho de mentoria.

Os elementos constitutivos do Roteiro são especificados na tabela a seguir:

DESCRIÇÃO	ENCONTRO	TEMA
MÓDULO 1 INTRODUÇÃO	1	O que é o Programa Vem Viver
	2	O Programa na Comunidade Escolar
	3	Processo Diagnóstico
	4	O trabalho do Multiplicador
	5	Avaliação e Monitoramento
	6	O passo a passo do Busca Ativa
MÓDULO 2 DIMENSÃO RELACIONAL	1	Definição de Mentoria e características
	2	Gestão de conflitos e mentoria
	3	Processo de intervenção e escuta sensível
	4	Definição de Violência e Tipologia
	5	Cultura da paz e pressupostos
	6	Competências Socioemocionais e Princípios para Convivência
MÓDULO 3 DIMENSÃO AFETIVA	1	Teoria do Apego e suas bases teórico-metodológicas
	2	Vínculos afetivos e o ciclo de segurança
	3	Apegos seguros e inseguros
	4	Estilo de apegos e relacionamentos
	5	Sistemas de apego
	6	Práticas de intervenção de mentoria para proteção da vida
MÓDULO 4 DIMENSÃO SOCIAL	1	Cidadania, identidade e prática cidadã
	2	Princípios e direitos constitucionais
	3	O Pilar da Proteção no Estatuto da Criança e do Adolescente
	4	Direitos e responsabilidades
	5	Empreendedorismo
	6	Princípios éticos e bem comum
MÓDULO 5 DIMENSÃO FÍSICA	1	Desenvolvimento integral
	2	Ciclo do desenvolvimento infantojuvenil
	3	O corpo e a identidade
	4	O corpo, história e cultura
	5	O corpo e as práticas físico-corporais
	6	Esportes Coletivos e Regras de Convivência

**5 MÓDULOS
PERFAZENDO TOTAL DE 20 HS/AULA**

A equipe do *Programa Vem Viver* deseja a você uma excelente trajetória, acreditando em sua mediação e no seu trabalho formativo. Conte com a gente! Afinal, todos nós estamos comprometidos com o direito, a proteção e a valorização da vida.

Com carinho de sempre,
Equipe do Programa Vem Viver

PASSOS DO ROTEIRO

O *Momento do Encontro* foi projetado a partir de três pilares: integralidade, afetividade e responsabilidade. A partir dos pilares são projetadas as ações a serem desenvolvidas. Essas ações serão detalhadas no *Guia do Encontro Vem Viver*.

Perguntas norteadoras 10 min	As perguntas são reflexões sobre a temática e que podem ser compreendidas ao longo do encontro.
Palavra do Especialista 15 min	Neste momento você será direcionado a assistir à videoaula e terá a oportunidade de ler o artigo produzido sobre o tema estudado.
Fórum 15 min	Esta é uma das partes mais importantes do Encontro, pois ela demonstrará a maneira como o tema foi apropriado pelos participantes: é o momento para a troca de ideias, construção de conceitos e discussão sobre a temática.
O que aprendi 5 min	De natureza avaliativa, esta fase envolve cinco questões sobre o tema desenvolvido.
Material de Apoio	O material de apoio envolve a videoaula, o e-book e algumas sugestões de materiais que podem ser consultados.



SUMÁRIO



MÓDULO 1	11
Encontro 1 – O que é o Programa Vem Viver	12
Encontro 2 – O Programa na Comunidade Escolar	16
Encontro 3 – Processo Diagnóstico	24
Encontro 4 – O Trabalho do Multiplicador	27
Encontro 5 – Avaliação e Monitoramento	31
Encontro 6 – O Passo a Passo do Busca Ativa	33
MÓDULO 2	36
Encontro 1 – Definição de Mentoria e Características	37
Encontro 2 – Gestão de Conflitos e Mentoria	41
Encontro 3 – Processo de Intervenção e Escuta Sensível	46
Encontro 4 – Definição de Violência e Tipologias	50
Encontro 5 – Cultura da Paz e Pressupostos	56
Encontro 6 – Competências Socioemocionais e Princípios para Convivência	63
MÓDULO 3	68
Encontro 1 – Teoria do Apego e suas Bases Teórico- Metodológicas	69
Encontro 2 – Vínculos Afetivos e o Ciclo de Segurança	74
Encontro 3 – Apegos Seguros e Inseguros	79
Encontro 4 – Estilos de Apego e Relacionamentos	84
Encontro 5 – Sistema de Apego	88
Encontro 6 – Práticas de Intervenção de Mentoria para Proteção da Vida	92
MÓDULO 4	100
Encontro 1 – Cidadania, Identidade e Prática Cidadã	101
Encontro 2 – Princípios e Direitos Constitucionais	106
Encontro 3 – O Pilar da Proteção no Estatuto da Criança e do Adolescente	111
Encontro 4 – Direitos e Responsabilidades	116
Encontro 5 – Empreendedorismo	121
Encontro 6 – Princípios Éticos e Bem Comum	127
MÓDULO 5	131
Encontro 1 – Desenvolvimento Integral	132
Encontro 2 – Ciclo do Desenvolvimento Infantojuvenil	136
Encontro 3 – O Corpo e a Identidade	140
Encontro 4 – O Corpo, História e Cultura	143
Encontro 5 – O Corpo e as Práticas Físico-Corporais	146
Encontro 6 – Esportes Coletivos e Regras de Convivência	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	152

MÓDULO 1

1 – INTRODUÇÃO: COMO APLICAR O PROGRAMA? – Carga Horária: 4 horas

Nesta dimensão, as temáticas propostas têm por finalidade desenvolver práticas de respeito à vida, a partir de princípios norteadores da cultura de paz. A finalidade é favorecer uma relação harmoniosa com o outro e com o meio em que estão inseridos. Serão abordadas as competências socioemocionais, a partir de princípios universais, aplicáveis a todas as crianças e adolescentes que integram o Programa. Os princípios serão contemplados a partir das temáticas desenvolvidas no currículo e que versam sobre trabalho; família; amizade; solidariedade; paz; segurança.

ENCONTRO	TEMA	PALAVRAS-CHAVE	IDEIA-GUIA	MODELO ECOLÓGICO SOCIAL
1	O que é o Programa Vem Viver	Objetivo Estratégia Proteção Vida	O Programa Vem Viver é fundamentado no modelo ecológico social.	País
2	O Programa na Comunidade Escolar	Programa Comunidade	O Programa Vem Viver deve ser aplicado de forma integrada com a Comunidade Escolar.	Comunidade
3	Processo Diagnóstico	Diagnóstico	Aplicação do diagnóstico é instrumento fundamental e prioritário para conhecer o público-alvo a ser atendido pela escola.	Escola/Família
4	O Trabalho do Multiplicador Monitoramento	Multiplicar Multiplicador Mentor	O multiplicador atua como mentor junto ao público infantojuvenil visando a promoção da cultura de paz e valorização da vida.	Escola
5	Avaliação e Monitoramento	Avaliar Monitorar	O processo de avaliação e monitoramento são procedimentos essenciais para aplicar o Programa de forma integrada na Comunidade.	Escola/ Comunidade
6	O Passo a Passo do Busca Ativa	Identificar Registrar Controlar Acompanhar	Reconhecer o Busca Ativa como ferramenta tecnológica eficiente e estratégica para identificar, registrar, controlar e acompanhar crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão.	Cidade Escola Família

ENCONTRO 1

O que é o Programa Vem Viver

Dimensão	Relacional, Afetiva, Social e Física
Propósito	Apresentar os objetivos e estratégias do Programa Vem Viver, juntos pela proteção da vida.
Palavras-Chave	Objetivo. Estratégia. Proteção. Vida.
Ideia-Guia	O Programa Vem Viver é fundamentado no modelo ecológico social.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

Qual a base teórica do Programa Vem Viver?
Quais são os objetivos a serem atingidos pelo Programa?
Como ele foi estruturado?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Pesquisa Palavras-Chave:

Objetivo: Meta a ser alcançada; objeto, escopo, propósito.

Fonte: <https://aulete.com.br/objetivo>

Estratégia: Arte de utilizar os meios de que se dispõe para conseguir alcançar certos objetivos. Planejamento de ações, jogadas, medidas etc. visando a um objetivo, e procurando levar em consideração todas as variáveis possíveis.

Fonte: <https://aulete.com.br/estratégia>

Proteção: Ação ou resultado de proteger(-se). Cuidado especial com alguém considerado frágil; abrigo, resguardo. Aquilo que fornece defesa contra dano físico ou algo desagradável ou perigoso.

Fonte: <https://aulete.com.br/proteção>

Vida: Condição da existência de alguns seres como os homens, animais e outros organismos, marcada por nascimento, desenvolvimento, envelhecimento e morte; existência. Estado de quem está vivo.

Fonte: <https://aulete.com.br/vida>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

MODELO ECOLÓGICO-SOCIAL E O PROGRAMA VEM VIVER

O Programa Vem Viver visa promover a garantia do direito à vida e a redução da violência contra crianças e adolescentes no Brasil, articulando representantes do poder público e da sociedade civil, a fim de formar uma rede de agentes de proteção para diminuição da letalidade infantojuvenil. Os objetivos do Programa Vem Viver são:

Promover a garantia do direito à vida de crianças e adolescentes

Reduzir a violência promovendo a cultura de paz

Integrar a rede que compõe o Sistema de Garantia de Direitos

Prevenir a evasão e o abandono escolar

Fortalecer vínculos na família, na escola e na comunidade

Para a produção do Programa foi realizado um levantamento estatístico dos casos de **violência letal no município** para mapeamento dos territórios com maiores índices de homicídio. Nesse sentido foi realizado um levantamento estatístico dos casos de **evasão escolar** registrados no município, abrangendo escolas municipais e estaduais. Serão selecionados, no mínimo, dez **bairros com maiores índices de homicídios e taxas de evasão/abandono escolar**.

O Programa será aplicado em localidades distintas no Município e/ou Região Metropolitana, **selecionadas pelos gestores municipais**, levando em consideração os levantamentos estatísticos, com orientações dos consultores das agências implementadoras.

O modelo utilizado para desenvolvimento da fundamentação teórica dessa metodologia é o Modelo Ecológico Social, que possibilita a análise e compreensão da realidade e, ainda, a percepção de situações de violência em seus diferentes níveis: autoinfligida, interpessoal e coletiva.

A identificação do problema e suas consequências é o caminho para conhecer o processo de incidência das situações de violência e a maneira como se faz necessário pensar em possibilidades preventivas. Por tal motivo, o Programa Vem Viver atua com ênfase na prevenção, buscando alternativas de trabalho formativo que contemplem as esferas apresentadas no Modelo Ecológico Social. Nesse sentido, ressalta-se que a finalidade a ser perseguida por intermédio desse modelo é o desenvolvimento integral do ser humano.

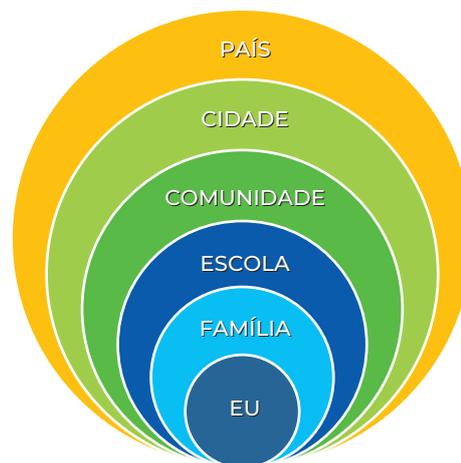
O desenvolvimento integral busca trabalhar com o campo das relações humanas, as quais são caracterizadas pelas interações dos sujeitos consigo mesmo, com o outro e o meio ambiente. É nessa dinâmica que se pode compreender o processo formativo desenhado e que se apresenta no âmbito da convivência ecológico-social.

Ressalta-se, ainda, que o olhar sobre crianças e adolescentes é efetivado por intermédio de quatro perspectivas, a saber: pessoa, processo, contexto e tempo.

Em relação à pessoa é possível analisar os aspectos biológicos, afetivos, sociais, físicos e cognitivos. Em relação ao processo, observa-se a dinâmica das interações estabelecidas, isso inclui os papéis sociais, a convivência e a percepção de si, dos outros e do meio ambiente. O contexto é alvo de reflexões porque possibilita compreender as interfaces que são realizadas com a cultura. Por fim, o tempo é demarcado pelos eventos que ocorrem a partir da história de vida e do processo evolutivo da pessoa e dos grupos sociais (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

Este modelo teórico é composto por círculos concêntricos e interconectados, com o olhar na criança, elegendo os seguintes níveis: ambiente familiar e de pares; sociedade e comunidades; marcos legais e normativos, que serão analisados junto aos sistemas e instituições por intermédio de ações coordenadas nacionalmente, no sentido de alcançar o marco macro e estrutural das sociedades.

Ao utilizar esse tipo de instrumento de análise, é possível identificar quais ações precisam ser realizadas em todas e cada uma das esferas, levando em consideração, todavia, a interdependência e a influência interna entre todos os elementos considerados a partir da noção de sistema. Os sistemas são aqueles que oportunizam fazer leituras sobre as interrelações que se fazem presentes em cada nível do desenvolvimento humano, desde as mais simples até as mais complexas. Em outras palavras, os níveis incluem desde a consciência do eu em relação ao espaço-tempo, até as relações amplas com a sociedade, estado e país.



Fonte: UNICEF, 2020.

Dito isso, para atender esse cenário compreendido por níveis de sistemas relacionais, foram utilizadas técnicas de análise da realidade que possibilitem o diálogo intersetorial, interinstitucional e interfederativo, com o objetivo de somar esforços em prol da cultura da paz. Isso porque, uma das finalidades do Modelo Ecológico Social é compreender não apenas as mudanças que afetam os indivíduos, mas os papéis assumidos por eles; e como se tornam implicadores na constituição de sua identidade pessoal e social.

A pesquisa realizada com base no Modelo Ecológico Social contribui para o mapeamento dos principais atores relacionados aos contextos sociais nos quais as crianças e adolescentes vítimas de violência estão expostos nas regiões selecionadas para aplicação da metodologia, levando em consideração as dimensões institucionais e culturais das relações entre as pessoas e o meio ambiente.

O objetivo do Programa Vem Viver apresenta uma metodologia que pode ser desenvolvida no contexto da comunidade a fim de orientar, diminuir e até extinguir a letalidade infantojuvenil a partir da articulação integrada de diferentes atores sociais em diferentes esferas de intervenção, articulados para conquista da mesma finalidade: a preservação da vida de crianças e adolescentes brasileiros.

Referência:

BRONFENBRENNER, U; MORRIS, P. The ecology the developmental processes. In: DANOM, W (Org.). **Handbook of child psychology**. New York: John Wiley & Sons, 1998.

● Fórum - 15 minutos

De que maneira o Modelo Ecológico Social pode ajudar no seu contexto de atuação? Registre sua resposta no Fórum.

● O que aprendi? - 5 minutos

Responda ao Quiz relacionado à temática desenvolvida.

1. O Programa Vem Viver visa promover a garantia do direito à vida e a redução da violência contra crianças e adolescentes no Brasil, articulando representantes do poder público e da sociedade civil, a fim de formar uma rede de agentes de proteção para diminuição da letalidade infantojuvenil.
 - a) Certo
 - b) Errado

2. O desenvolvimento _____ busca trabalhar com o campo das relações humanas, as quais são caracterizadas pelas interações dos sujeitos consigo mesmo, com o outro e o meio ambiente.
 - a) Físico
 - b) Afetivo
 - c) Ecológico
 - d) Integral
3. São objetivos do Programa Vem Viver, EXCETO:
 - a) Promover a garantia do direito à vida de crianças e adolescentes
 - b) Reduzir a violência promovendo a cultura de paz
 - c) Integrar a rede que compõe o Sistema de Garantia de Direitos
 - d) Prevenir a evasão e o abandono escolar
 - e) Educar as famílias por meio de uma prática supervisionada.
4. O modelo que fundamenta o Programa Vem Viver é chamado de:
 - a) Construtivista
 - b) Interacionista
 - c) Ecológico Social
 - d) Biológico
5. O objetivo da metodologia aplicada ao Programa Vem Viver é:
 - a) Acabar com a violência
 - b) Erradicar o analfabetismo
 - c) Diminuir a letalidade infantojuvenil
 - d) Produzir ativismo escolar

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.

Links para consulta:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2116/000269011.pdf?sequence=1>

https://stringfixer.com/pt/Social_ecological_model

Sugestão:

Escolha um nível e tente refletir em ações que possam favorecer a cultura da paz.



ENCONTRO 2

O Programa na Comunidade Escolar

Dimensão	Relacional
Propósito	Identificar as etapas constitutivas do Programa Vem Viver no espaço da escola.
Palavras-Chave	Programa. Comunidade.
Ideia-Guia	O Programa Vem Viver deve ser aplicado de forma integrada com na Comunidade Escolar.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

Qual o objetivo do Plano Vem pra escola?

Como está estruturado o currículo e as dimensões?

Quem são os principais atores do Plano Vem pra escola?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Pesquisa Palavras-Chave:

Programa: Planejamento de atividades, tanto de lazer quanto de trabalho. As próprias atividades desse planejamento.

Fonte: <https://aulete.com.br/programa>

Comunidade: Qualidade ou condição do que é comum; comunhão. Concordância, harmonia (comunidade de opiniões, comunidade de sentimentos). Conjunto das pessoas que partilham, ger. em determinado contexto geográfico ou num grupo maior, o mesmo habitat, religião, cultura, tradições, interesses.

Fonte: <https://aulete.com.br/comunidade>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

DEM VEM PRA ESCOLA

No Plano de Integração a seguir, são demonstradas as responsabilidades, que constam no manual metodológico do Plano Vem pra Escola.



Fonte: Atuação Global, 2021.

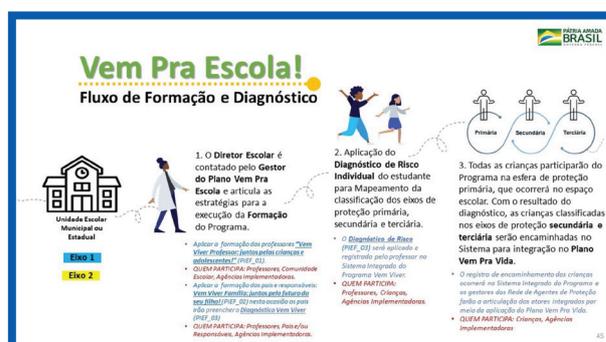


Fonte: Atuação Global, 2021.

O Organograma a seguir demonstra quais são os responsáveis por esse Plano: os coordenadores, multiplicadores, agente de Busca Ativa e Secretaria escolar. Cada ator terá uma função específica, conforme demonstrado a seguir.



Fonte: Atuação Global, 2021.



Fonte: Atuação Global, 2021.

O primeiro passo do processo do Plano Vem pra Escola inicia-se na formação de professores e colaboradores da escola sendo o primeiro módulo presencial e os demais módulos poderão ser realizados em formato híbrido por meio do currículo Vem Viver: Professor.

A matriz curricular da formação, a ser apresentada no primeiro módulo presencial, abrange algumas dimensões:

- Módulo 1 - Introdução ao Programa Vem Viver
- Módulo 2 - Dimensão Relacional
- Módulo 3 - Dimensão Afetiva
- Módulo 4 - Dimensão Social
- Módulo 5 - Dimensão Física.

Em cada módulo, as aulas constam com 40 minutos perfazendo o total de 20 horas/aula. Após o encontro presencial (Módulo 1), os participantes serão cadastrados em uma plataforma digital e os módulos seguintes poderão ser feitos em modalidade on-line.

Com a conclusão, será realizado um encontro com os consultores da agência implementadora atuante naquele território, ocorrendo uma celebração da aprendizagem. Ao concluir a formação proposta, os participantes receberão o certificado do Programa Vem Viver.

O segundo passo diz respeito à formação da família por meio da capacitação Vem Viver Família: juntos pelo futuro de seu filho. Serão realizados 20 encontros com videoaulas, dinâmicas e trocas de experiências. A matriz curricular seguirá o que está proposto no programa Famílias Fortes, por já ser uma metodologia consolidada que será aplicada na formação das famílias.

Esses encontros serão presenciais realizados na unidade escolar municipal ou estadual, com a utilização do material do programa Famílias Fortes. Esse programa apresenta a conexão com proposta apresentada pelo Programa Vem Viver no desenvolvimento de ações de formação com a família.

O terceiro passo será a aplicação do Diagnóstico de Risco no qual serão identificados os graus de risco de letalidade de crianças e adolescentes, sendo considerado em nível primário, secundário ou terciário. Será solicitado o preenchimento do questionário Diagnóstico de Risco pela família e pelos professores, devido ao vínculo que esse profissional possui com os estudantes.

Outro instrumento desenvolvido é a avaliação dos pais/responsáveis visando avaliar o envolvimento do filho no Programa Vem Viver, pois é de suma importância que os relacionamentos familiares sejam fortalecidos, construindo assim a cultura de paz.

O quarto passo do Plano Vem Pra Escola diz respeito ao encontro de formação com crianças e adolescentes, através de um currículo com 20 encontros, em que os professores e os Conselheiros Tutelares irão desenvolver essa formação com apoio da agência implementadora. O processo formativo já apresenta a organização das propostas dos encontros, ficando a cargo do professor a adaptação dos encontros à sua realidade, a aplicação e a avaliação.

Para as crianças, será aplicado o currículo Vem Viver Criança: juntos pelo seu futuro, com público-alvo de estudantes de escolas municipais de Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano).

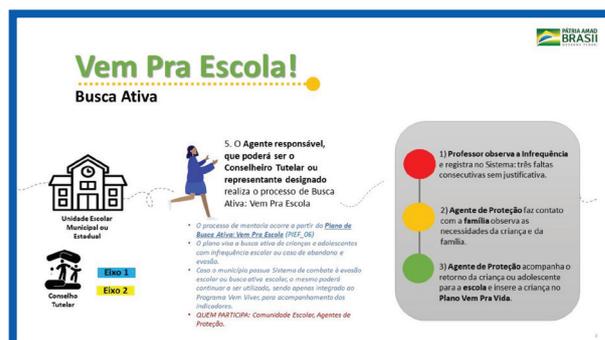


Fonte: Atuação Global, 2021.

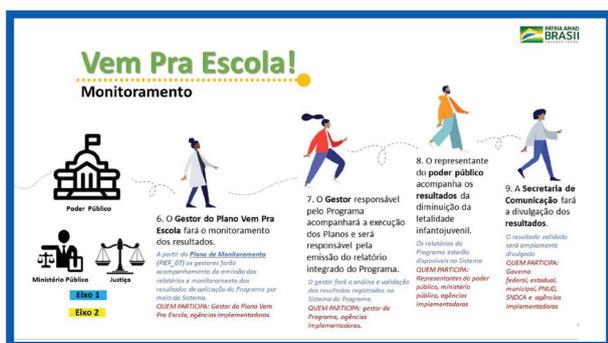
Para os adolescentes, há roteiros previstos no currículo "Vem Viver Adolescente: pensa lá na frente!" serão aplicados em linguagem acessível, visando promover a participação ativa do estudante em todo o processo de aprendizagem, sendo aplicado com estudantes do Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio. Ao final da formação, está prevista uma celebração especial para os adolescentes.

Em relação à aplicação do Plano na unidade escolar, sugere-se que o programa seja aplicado em uma Semana Especial de Valorização da Vida, com 20 encontros seguidos e celebração especial no encerramento da formação com a presença da família e da comunidade, ou ainda que o currículo seja aplicado uma vez por semana de forma integrada às disciplinas curriculares, mas com escolha da escola. O Programa a ser aplicado na Escola está alinhado às competências previstas na Base Nacional Comum Curricular, de forma integrada ao projeto pedagógico a ser desenvolvido pelas escolas.

O quinto passo do Plano Vem Pra Escola diz respeito ao processo de Busca Ativa, que consiste no sistema de busca de crianças e adolescentes que estão infrequentes ou ainda ausentes aos encontros de formação. O Conselheiro Tutelar ou outro agente do Eixo 2 designado para esta função, será o agente de proteção da Busca Ativa acionado para realizar essa ação de encontro aos estudantes infrequentes, visando auxiliar o retorno deles para a unidade escolar.



Fonte: Atuação Global, 2021.



Fonte: Atuação Global, 2021.

O monitoramento do Plano Vem pra Escola será o sexto passo e ocorrerá por meio de indicadores que evidenciarão se os objetivos que foram estabelecidos foram alcançados.

O relatório será realizado pela equipe de gestão escolar por meio de registros para acompanhamento dos gestores responsáveis do Programa. Vale ressaltar que as crianças e adolescentes que estiverem em situações de risco mais avançado serão encaminhados para o Plano Vem Pra Vida.

Os resultados do Plano Vem Pra Escola serão validados pelos gestores com divulgação pelo governo federal, estadual, municipal, PNUD e agências implementadoras nas últimas etapas de aplicação do Plano.

FUNÇÕES DE CADA UM DOS INTEGRANTES DO PLANO

Gestores: os Gestores irão adequar a aplicação do Programa no município e farão a articulação interfederativa, intersetorial e interinstitucional com representantes das esferas pública e privada e serão acompanhados pelo Gestor do Programa; também atuarão juntamente com o CPE e AI para aplicação dos Planos que foram delineados de acordo com três níveis de ensino: Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio.

Gestor do Programa: representará o Programa diante do MMFDH – SNDCA, PNUD e agências implementadoras.

Coordenador Pedagógico Escolar: é o coordenador atuante na escola. Sua função será acompanhar os Gestores dos Planos e Consultor da Agência Implementadora, os quais realizam o Planejamento de Formação das crianças e dos adolescentes, por meio da aplicação dos Planos que foram delineados de acordo com três níveis de ensino: Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio.

Consultor da Agência Implementadora (AI): realizam o Planejamento de Formação das crianças e dos adolescentes, por meio da aplicação dos Planos que foram delineados de acordo com três níveis de ensino: Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio.

Agentes de Segurança Pública: profissionais que atuarão nas oficinas de conscientização sobre prevenção à violência e drogas.

Psicólogo: profissional que atuará dando suporte aos alunos atendidos e suas famílias, bem como suporte aos mentores, no sentido de repassar informações ou dados essenciais para o entendimento da situação de cada aluno, que foram levantados na entrevista inicial.

Associação de Pais: formada pelos representantes dos pais e responsáveis, atuando diretamente com a direção e coordenação pedagógica.

Conselho Escolar: formado pelos representantes dos seguintes segmentos: representante da associação de pais e responsáveis; representante do corpo docente; representante do corpo discente; representante da equipe técnico-administrativa; gestor escolar e representante da comunidade. Eles irão acompanhar o desenvolvimento do Plano de Ação, tendo acesso às planilhas e relatório da mentoria.

Representante de turma: alunos que representam as turmas envolvidas no Plano de ação.

Estudantes: alunos selecionados para serem atendidos pelo Plano de ação. Esses alunos formarão grupos e terão um mentor para acompanhá-los e atendê-los em suas demandas.

Pais e/ou responsáveis: que têm os filhos envolvidos no Plano de ação, eles também serão sujeitos do Plano de Ação, uma vez que terão que participar de atividades previstas em calendário entregue na Reunião dos Pais e responsáveis.

Objetivos: Esses itens são alistados nos objetivos a serem alcançados no processo de sistematização do Plano Vem Pra Escola

Objetivo Geral: Formar, mentorear e aplicar o currículo para implementação e acompanhamento do Programa Vem Viver por meio do Plano de Integração Vem para Escola, a partir do espaço escolar e familiar, utilizando como núcleo formativo do currículo a cultura da paz e o direito à vida.

Objetivos Específicos

- a) Formar e instrumentalizar mentores a partir do desenvolvimento da proposta curricular desenhada.
- b) Trabalhar com a perspectiva nuclear do currículo fundamentado na cultura da paz e no direito à vida como eixo da prática formativa.
- c) Avaliar o processo formativo implementado e a prática exercida por intermédio das etapas de ação projetadas.
- d) Criar uma rede de colaboração entre escola e família, visando a abertura e a multiplicação das práticas efetivadas no Plano a serem direcionadas a outros contextos educativos.

Resultados Esperados: aqui são alistadas as competências a serem implementadas por formadores e formandos no âmbito do Plano de Integração Escola e Família. Essas competências sinalizam para as ações a serem exercidas, dando visibilidade e transparência ao alcance de sua responsabilidade no processo educativo a ser vivenciado.

Compete aos envolvidos na formação dos alunos a serem atendidos:

- a) **Conhecer** a situação do contexto de atuação para intervir de maneira significativa.
- b) **Crescer** no conhecimento sobre o contexto de atuação, na medida em que se tem consciência das necessidades e do papel a ser exercido, visando a minimização das causas e seus efeitos.
- c) **Conviver** aplicando os princípios da cultura da paz e da abordagem educacional por princípios, a fim de estabelecer os vínculos afetivos e desenvolver uma postura preventiva contra letalidade e violência infantojuvenil.
- e) **Compartilhar** experiências e vivências que possam ajudar na implementação do Plano em outros espaços e contextos educativos, tendo como finalidade a defesa do direito à vida.

Compete aos atendidos pelo Plano de Integração Escola e Família:

- a) **Conhecer** a finalidade da mentoria e envolver-se, integralmente, com as ações propostas.
- b) **Crescer** nos relacionamentos desenvolvidos, iniciando com os membros da família e estendendo à comunidade e escola.
- c) **Conviver** com a diversidade, aceitando as diferenças.
- d) **Compartilhar** as experiências e os resultados obtidos com a colaboração da equipe de mentoria.

Compete aos alunos envolvidos no processo formativo:

- a) **Conhecer** suas competências e valorizá-las.
- b) **Crescer** no conhecimento e na aplicação dos princípios em situações do dia a dia.
- c) **Conviver** socialmente e saudavelmente.
- d) **Compartilhar** vivências assimiladas no processo formativo.

PROCESSO FORMATIVO E PROPOSTA CURRICULAR VEM VIVER PROFESSOR

Neste tópico são apresentados o processo formativo e os indicadores de monitoramento a serem desenvolvidos no PIEF. Segue o detalhamento de cada um deles.

O processo formativo do Plano de Integração Escola e Família, contempla etapas de desenvolvimento de natureza teórico-prática; e de natureza prática e avaliativa. Isso indica que você terá atividades que precisam ser efetivadas para que ocorra a conclusão da formação desenhada. As etapas são assim representadas:

01.	02.	03.	04.
Vem Viver Professor: juntos pelas crianças e adolescentes!	Vem Viver Família: juntos pelo futuro do seu filho!	Vem Viver Criança: juntos pelo seus sonhos!	Vem Viver Mentoria e Monitoramento
<ul style="list-style-type: none">✓ Natureza: Teórico-prática✓ Dimensão: Relacional, Afetiva, Social, Física.✓ Carga horária: 20 horas (abordando 7 disciplinas)✓ Frequência: 75%✓ Modalidade: semipresencial, ensino híbrido (aulas presenciais e conteúdo disponibilizado pelo AVA)✓ Modalidade: distância, ensino online (rota de aprendizagem + videoaulas disponibilizadas pelo AVA)	<ul style="list-style-type: none">✓ Natureza: Teórico-prática✓ Dimensão: Relacional, Afetiva, Social, Física.✓ Carga horária: 20 horas (abordando 5 disciplinas)✓ Frequência: 75%✓ Modalidade: semipresencial, ensino híbrido (aulas presenciais e conteúdo disponibilizado pelo AVA)✓ Modalidade: distância, ensino online (rota de aprendizagem + videoaulas disponibilizadas pelo AVA)	Formação (EM): Vem Viver Adolescente: pensa lá na frente! <ul style="list-style-type: none">✓ Natureza: Teórico-prática✓ Dimensão: Relacional, Afetiva, Social, Física✓ Carga horária: 20 horas (abordando 5 disciplinas)✓ Frequência: 75%✓ Modalidade: semipresencial, ensino híbrido (aulas presenciais e conteúdo disponibilizado pelo AVA)✓ Modalidade: distância, ensino online (rota de aprendizagem + videoaulas disponibilizadas pelo AVA)	<ul style="list-style-type: none">✓ Natureza: Teórico-prática✓ Dimensão: Relacional, Afetiva, Social, Física✓ Carga horária: 2h✓ Frequência: 75%✓ Modalidade: semipresencial, ensino híbrido (aulas presenciais e conteúdo disponibilizado pelo AVA)✓ Modalidade: distância, ensino online (rota de aprendizagem + videoaulas disponibilizadas pelo AVA)

Fonte: Manual Metodológico e Autores, 2021.

Na primeira etapa, você será convidado/a participar de um Curso Formativo intitulado **Vem Viver Professor** para atuação no âmbito da Mediação. Os atores convidados serão professores. Esse Curso será ofertado na modalidade semipresencial e à distância, conforme a demanda e a disponibilidade dos professores especializados.

A participação e assiduidade também são objetos de avaliação dos indicadores de monitoramento de aplicação do Programa, visto que é preciso ter uma frequência de 75%.

O conteúdo a ser disponibilizado será apresentado por intermédio de videoaulas, como também dos e-books que são formados pelos temas de estudo contidos nas quatro dimensões eleitas: relacional, física, afetiva e social. Os conteúdos objetivam auxiliar o estudo e a reflexão sobre as temáticas desenvolvidas.

No processo formativo dos professores/mentores são previstas avaliações a cada final das dimensões estudadas; e essas ocorrerão na modalidade EAD, em que será disponibilizado o conteúdo na plataforma virtual, por intermédio do ambiente de aprendizagem virtual. Nesse ambiente, você encontrará as atividades avaliativas a serem desenvolvidas. Essas atividades têm caráter obrigatório, visto que fazem parte do processo formativo.

Para alcançar aprovação no Curso, você deverá obter pelo menos 75% (setenta cinco por cento) do resultado esperado. Esse valor é composto pela soma das notas obtidas em todas as atividades e que serão divididas por dimensões. Isso porque, no decorrer do Curso será prevista 1 (uma) atividade avaliativa para cada dimensão de caráter obrigatório, e que comporá a sua nota final do Curso.

PROCESSO FORMATIVO VEM VIVER CRIANÇA E ADOLESCENTE

A formação das crianças e dos adolescentes ocorrerá por intermédio da mediação dos mentores, os quais implementarão na prática o Plano de Ação, a partir da sistematização das atividades projetadas para tal fim.

PROPOSTA CURRICULAR A SER IMPLEMENTADA

A proposta curricular tem como finalidade apresentar o núcleo e as dimensões que serão sistematizadas no Plano Vem Pra Escola, no sentido de dinamizar o processo formativo a ser desenvolvido. Esse processo visa atender a integralidade do ser humano, por esse motivo será adotado, no ato de implementação, o viés da abordagem educacional por princípios.

Para que se possa visualizar a inter-relação entre o que se pretende no ato formativo, faz-se importante nomear o núcleo curricular, o qual norteará e dará movimento à proposta curricular desenhada. Afinal, o núcleo curricular corresponde à parte central da formação a ser sistematizada por meio das dimensões. As dimensões darão vida ao processo educativo e será contemplado por meio de disciplinas que lhe são pertinentes e correspondentes. Assim, é possível fazer a seguinte organização e estruturação curricular:



Fonte: Atuação Global, 2021.

O núcleo curricular “Cultura da Paz e Direito à Vida” sinaliza para o que se pretende alcançar, enquanto resultado da aplicabilidade do Plano de Ação desenhado. Esse Plano articula a necessidade de desenvolver a participação e colaboração entre os diferentes protagonistas – mediadores, alunos, coordenação, técnicos, direção, gestão.

As dimensões contemplam eixos de natureza integradora e que fazem parte da vida humana. São eles: físico, relacional, social e afetivo. Dito isso, cabe agora contemplar os desdobramentos de cada dimensão, e avaliar como eles se articularam com a proposta curricular desenhada.

A dimensão física tem por finalidade desenvolver a consciência sobre o corpo, a partir do entendimento de que ele contribui para que ocorra o processo de identificação indispensável ao ser humano. Afinal, o corpo humano se integra às relações que são estabelecidas no tempo, no espaço e na história.

A partir do entendimento do corpo humano em relação ao tempo, espaço, cultura e à história, é que se pretende desenvolver as reflexões sobre **“O ser humano em relação ao espaço, tempo e história”**. Nela, se contemplará as seguintes temáticas: o corpo em movimento (conscientização corporal); o corpo em relação à identidade; o corpo em relação aos espaços culturais e históricos.

A dimensão social implica trabalhar com os aspectos de convivência em comunidade. Ela desenvolve noções sobre direitos e cidadania. Isso inclui o conhecimento acerca de leis e que são implicadas em princípios basilares da vida em sociedade. Assim, essa dimensão é sistematizada a partir do estudo sobre **Direitos e Deveres do ser cidadão**. Essa disciplina contemplará questões iniciais sobre princípios e direitos constitucionais, o Estatuto da Criança e do Adolescente e responsabilidades do cidadão com a cidade e comunidade.

A dimensão afetiva trabalhará sob o viés da teoria do apego. Então, ela se propõe a desenvolver os conhecimentos que a sustentam como prática a ser efetivada. Na dimensão afetiva podem ser contemplados problemas de autoimagem, autoafirmação, alteridade e desenvolvimento de vínculos afetivos. Essa dimensão é sistematizada a partir do conhecimento sobre a **Teoria do Apego**, que desenvolverá estudos sobre bases, características, relações de vínculo, dentre outros aspectos.

A dimensão relacional tem como finalidade desenvolver práticas significativas e que englobam o ser humano em processos de convivência, possibilitando, assim, o trabalho por princípios e valores, que podem ser contemplados nas temáticas que versam sobre trabalho, família, amizade, solidariedade, paz, segurança e trabalho de mentoria. A temática desenvolve reflexões sobre o **Eu e outro, a cultura da paz e dos princípios**.

Cumpra ressaltar que a Matriz Curricular proposta será aplicada para a formação dos Professores, Crianças e Adolescentes, observando, contudo, o grau de aprofundamento, visto que é preciso contemplar a especificidade do público-alvo, adequando a linguagem e as formas de abordagem. É preciso, ainda, ressaltar que as temáticas da Matriz Curricular direcionadas para a formação de crianças e adolescentes serão desenvolvidas no trabalho de mentoria, por requererem o conhecimento apropriado ao processo formativo.

● Fórum - 15 minutos

Diante da proposta, como você descreveria cada uma das etapas do Plano Vem pra escola? Registre sua resposta no Fórum.

● O que aprendi? - 5 minutos

Responda ao Quiz sobre a temática desenvolvida.

1. O núcleo curricular corresponde à parte central da formação a ser sistematizada por meio das dimensões.
 - a) Certo
 - b) Errado
2. A dimensão _____ tem como finalidade desenvolver práticas significativas e que englobam o ser humano em processos de convivência. Assim, cabe trabalhar princípios e valores.
 - a) Física
 - b) Afetiva
 - c) Relacional
 - d) Social
3. A dimensão afetiva trabalhará sob o viés da teoria do apego, propondo o desenvolvimento dos conhecimentos que a sustentam como prática a ser efetivada:
 - a) Certo
 - b) Errado
4. A dimensão _____ tem por finalidade desenvolver a consciência sobre o corpo, a partir do entendimento de que ele contribui para que ocorra o processo de identificação indispensável ao ser humano.
 - a) Cognitiva
 - b) Física
 - c) Social
 - d) Afetiva
5. Assinale a resposta correta. A Matriz Curricular proposta no Programa Vem viver será aplicada para:
 - a) Crianças
 - b) Professores
 - c) Adolescentes
 - d) Todos os três itens estão corretos

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.

ENCONTRO 3

Processo Diagnóstico

Dimensão	Relacional
Propósito	Entender a importância do diagnóstico para categorização dos níveis de prevenção: primária, secundária e terciária
Palavras-Chave	Diagnóstico. Prevenção.
Ideia-Guia	Aplicação do diagnóstico é instrumento fundamental e prioritário para conhecer o público-alvo a ser atendido pela escola.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

Qual a importância do diagnóstico para categorização dos níveis de prevenção?

Quem é o público-alvo dos questionários a serem aplicados?

Como categorizar os níveis de prevenção primária, secundária e terciária?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Pesquisa Palavras-Chave:

Diagnóstico: Na medicina é o reconhecimento e determinação de uma doença por meio da observação de seus sintomas e de exames diversos.

Fonte: <https://aulete.com.br/diagnóstico>

Prevenção: Medida tomada para evitar perigos ou danos; precaução, cautela.

Fonte: <https://aulete.com.br/prevenção>

No programa Vem Viver o diagnóstico significa conhecer o público-alvo com objetivo de categorizar o grau de comprometimento quanto à letalidade infantojuvenil.

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

ETAPA DIAGNÓSTICA

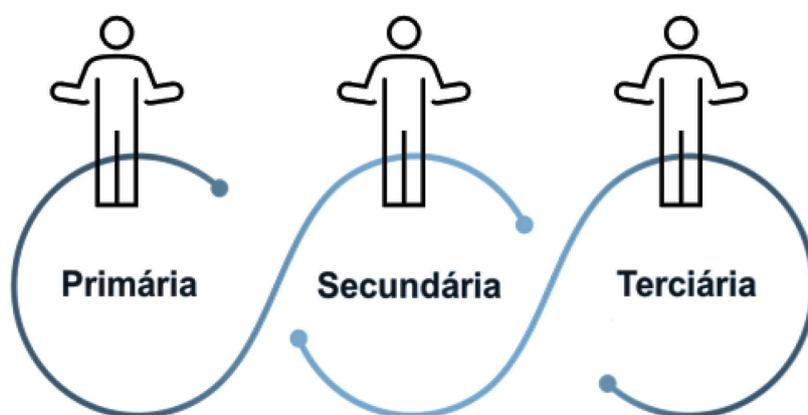
Nesta etapa ocorrerá a aplicação do **Diagnóstico de Risco** do estudante para Mapeamento da classificação dos eixos de proteção primária, secundária e terciária. O **Diagnóstico** consiste em categorizar a situação dos alunos em situação de risco por meio das respostas obtidas no instrumento de avaliação.

Há dois questionários no Programa:

1. **Diagnóstico de Risco Individual:** será respondido pela família.
2. **Diagnóstico de Risco da Turma:** será respondida pelo professor.

Os **Diagnósticos de Riscos Individual e da Turma** serão aplicados e as respostas serão registradas na página web do Programa Vem Viver pelo responsável designado pela agência implementadora.

O diagnóstico irá classificar as crianças em três esferas de proteção: primária, secundária e terciária.



Fonte: Atuação Global, 2021.

O responsável designado pela agência implementadora irá confirmar as informações validadas pelo resultado do teste aplicado na família e os alunos indicados pelos professores, confirmando os resultados obtidos.

O objetivo neste momento é o estabelecimento da lista de alunos que estão em maior risco pois foram classificados nas categorias de proteção **secundária** e **terciária**.

Todas as crianças participarão do Programa na **esfera de proteção primária**, que ocorrerá no espaço escolar, recebendo a Formação Vem Viver, com carga horária de 20 horas.

Com o resultado do diagnóstico, as crianças classificadas nos eixos de proteção **secundária** e **terciária** serão encaminhadas para integração no **Plano Vem Pra Vida**. O objetivo é que estas crianças em maior situação de risco sejam integradas aos Programas de contraturno escolar ou em programas como jovem aprendiz.

O registro de encaminhamento das crianças classificadas nos eixos de proteção **secundária** e **terciária** ocorrerá na página web do Programa e o gestor do Plano Vem Pra Vida fará a articulação dos atores integrados nas OSCs e SCFV por meio da aplicação do Plano Vem Pra Vida.

● Fórum - 15 minutos

Qual a relevância do diagnóstico para o desenvolvimento do Programa Vem Viver? Escreva sua resposta no Fórum.

● O que aprendi? - 5 minutos

Responda ao Quiz do tema desenvolvido.

1. O objetivo desta etapa é caracterizar a situação dos alunos em situação de risco, por meio das respostas obtidas no instrumento de avaliação. Estamos falando da etapa:
 - a) Monitoramento
 - b) Planejamento
 - c) Diagnóstico
 - d) Avaliação
2. O nível de prevenção a ser atendido na escola é:
 - a) Secundário
 - b) Intermediário
 - c) Terciário
 - d) Primário
3. Um dos participantes do questionário a ser aplicado nas escolas é:
 - a) O Mentor
 - b) O Gestor de Projeto
 - c) O Conselheiro Tutelar
 - d) A Família
4. Para a aplicação do questionário é dispensável a realização de reuniões.
 - a) Certo
 - b) Errado
5. As crianças em situação de risco secundário e terciário farão parte do Plano.
 - a) Vem Pra Escola e Vem Pra Vida
 - b) Vem Pra Escola

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.



ENCONTRO 4

O Trabalho do Multiplicador

Dimensão	Relacional
Propósito	Refletir sobre o trabalho da mentoria e o processo de escuta sensível.
Palavras-Chave	Multiplicar. Multiplicador. Mentor.
Ideia-Guia	O multiplicador atua como mentor junto ao público infantojuvenil visando a promoção da cultura de paz e valorização da vida.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

Por que é importante pensar no trabalho de mentoria?

O que é ter uma escuta sensível?

Quais as três áreas de atuação da mentoria?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Pesquisa Palavras-Chave:

Multiplicar: Aumentar em quantidade, valor, intensidade.

Espalhar(-se), propagar(-se). Fazer (algo) com mais frequência ou empenho.

Fonte: <https://aulete.com.br/multiplicar>

Multiplicador: aquele que multiplica.

Fonte: <https://aulete.com.br/multiplicador>

Mentor: Pessoa experiente que instrui e dá conselhos a outra; guia, mestre. Pessoa que planeja e dirige um projeto, uma obra etc.

Fonte: <https://aulete.com.br/mentor>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

O TRABALHO DO MULTIPLICADOR

Esta etapa envolve o trabalho efetivo da mentoria junto com os grupos de alunos. É quando ocorre a sistematização dos projetos em prol da prevenção e que visam desenvolver ações direcionadas ao fortalecimento dos vínculos e da percepção de si e do outro. Nessa oportunidade desenrola-se a aplicação dos projetos direcionados ao público específico (crianças e adolescentes).

A mentoria é a parte essencial do Plano Vem Pra Escola, pois é a partir de seu trabalho que ocorrerá o desdobramento das ações projetadas de natureza preventiva. Espera-se que o trabalho de mentoria possa contribuir de fato com o processo formativo de crianças e adolescentes, evidenciando os pilares da cultura da paz, da teoria do apego e do direito à vida.

A mentoria é uma prática de liderança que objetiva exercer influência sobre os mentorandos. Por isso, que ela precisa desenvolver empatia e segurança, a fim de que ocorra a formação de laços de convivência, buscando a integração e a socialização dos participantes do grupo liderado. Nesse sentido, a mentoria precisa estar atenta às expressões manifestas, que podem ser apresentadas por intermédio de atitudes, gestos, comportamentos. São elas que sinalizarão sobre os temas que precisam ser trabalhados.

O trabalho da mentoria é caminhar lado a lado com o mentorando, por isso se faz necessário que haja a presença de uma escuta sensível para que se possa fazer as intervenções no tempo certo. A escuta sensível possibilita redirecionar o caminho e trabalhar significativamente, pois percebe pontos de conflito expressos quer seja oral, gestual e/ou escrito.

A mentoria, também, precisa dar feedbacks coletivos e individuais aos participantes do grupo, no sentido de que eles possam saber como está o seu desenvolvimento e crescimento, bem como o que se faz necessário para que possam superar os desafios e as situações-problema enfrentadas. Isso quer dizer que a mentoria trabalha como elemento de motivação e ajuda mútua.

O trabalho efetivado pela mentoria pode ser dividido em três áreas: familiar, social e individual. Na área familiar, a mentoria atuará diretamente com o apoio das famílias, no sentido de evidenciar a proposta educativa a ser desenvolvida e alertando as famílias que a sua cooperação é indispensável no âmbito da formação de seus filhos.

Na área social, a mentoria desenvolverá atividades direcionadas à convivência, cidadania, trabalho em equipe e pertença social. Para tal, trabalhará com atividades dirigidas à formação de grupos e socialização de ideias e resultados. Se possível, sugere-se a busca de apoio da equipe do PROERD, pois essa equipe atua diretamente com o tema de drogadição e tipos de violência.

Na área individual, a mentoria trabalhará com a questão da afetividade, identidade, autoimagem e autoaceitação. Esse trabalho é essencial para que cada participante possa conhecer a si mesmo, trabalhando suas limitações e potencialidades. Para tal, a mentoria trabalhará com os conhecimentos adquiridos no processo formativo.

O trabalho de mentoria também poderá ocorrer juntamente com a equipe da escola e dos atores de segurança pública ou conselheiro tutelar, uma vez que as parcerias ajudam a somar esforços direcionados ao combate à letalidade e violência infantojuvenil. Afinal, quando há um objetivo comum, compartilhado por todos, é possível efetivar um trabalho coeso que visa o bem comum.

A fim de contribuir com o trabalho de mentoria, foi projetado um roteiro denominado “Momento do Encontro”. Esse roteiro é um modelo e pode ser adaptado conforme o contexto social e o grupo de mentorandos a serem atendidos. O “Momento do Encontro” requer leveza, praticidade e participação ativa, quer seja do mentor, como do grupo.

O processo de mentoria será desenvolvido em horário escolar e contará com a participação da equipe técnico-pedagógica da escola. São atribuições avaliativas do mentor: completar o relatório das atividades desenvolvidas e fazer a avaliação sobre o trabalho efetivado. O grupo de mentorandos deverá também fazer a autoavaliação a cada período completado (bimestral, trimestral ou semestral).

Cabe lembrar que o núcleo norteador dos projetos a ser efetivado é a cultura da paz e o direito à vida. É preciso reiterar que o mentor poderá trabalhar com outras atividades que julgar necessário, visto que atuará efetivamente com o problema levantado.

Por fim, compreende-se que o trabalho da mentoria é essencial para fortalecer os vínculos afetivos, por isso a necessidade de estar alinhado com os objetivos a serem alcançados. Afinal, não é possível desenvolver uma ação eficiente sem que haja a mediação e o acompanhamento.

Por essa razão, a mentoria trabalhará conjuntamente com o PROERD, que atuará em dois momentos, conforme a disponibilidade. O PROERD abordará temas como combate à violência e drogas. A mentoria poderá contar com o Recurso “Nossos combinados”, a fim de que possam ser observados pelos grupos, durante a duração do projeto.

Nossos Combinados

Aqui, você encontra uma relação de atitudes que precisam ser observadas por cada integrante do grupo, em forma de combinados. Esses combinados devem ser entregues para cada aluno, ou afixados no local do encontro, contendo a assinatura de cada um dos participantes. Iniciando com a assinatura do responsável pela mentoria.

10 DICAS PARA CONVIVÊNCIA HARMONIOSA, SIGNIFICATIVA E SAUDÁVEL			
	Respeitar os colegas, demonstrando apreço por suas ideias.		Ouvir com atenção as instruções.
	Colaborar com o grupo, participando ativamente dos encontros.		Atender, prontamente, ao solicitado pela mentoria e grupo.
	Interagir com amizade, colaboração e parceria.		Desenvolver a solidariedade e agir com disciplina.
	Ajudar os colegas em suas atividades.		Evitar conflitos e trabalhar para boa convivência.
	Falar sem ofender.		Contribuir para o crescimento do grupo e das ações a serem efetivadas.

Fonte: Atuação Global, 2021.

Fórum - 15 minutos

Qual a importância de fazer Nossos Combinados para serem aplicados nos Encontros?
Registre sua ideia no fórum.

O que aprendi? - 5 minutos

Responda ao Quiz sobre o tema desenvolvido.

- O trabalho da mentoria é essencial para fortalecer os _____, por isso ele precisa estar alinhado com os objetivos a serem alcançados.
 - Conhecimentos
 - Vínculos afetivos
 - Níveis de crescimento
 - Relacionamentos
- A mentoria trabalhará com a questão da afetividade, identidade, autoimagem e autoaceitação, atendendo à área:
 - Social
 - Relacional
 - Afetiva
 - Individual
- Completar o relatório das atividades desenvolvidas e fazer a avaliação sobre o trabalho efetivado são atribuições avaliativas relacionadas ao:
 - Gestor
 - Coordenador de área
 - Mentor
 - Diretor da escola
- Na área social, a mentoria desenvolverá atividades direcionadas à/ao:
 - Afetividade, cidadania e coordenação motora
 - Cidadania, convivência e pertença
 - Autoimagem, convivência e afetividade
 - Apoio à família, autoaceitação e cidadania
- O trabalho da mentoria é caminhar lado a lado com o mentorando, por isso se faz necessário que haja a presença de:
 - Planejamento
 - Recursos
 - Projetos
 - Escuta sensível
 - Relatórios



Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.
E-book do Programa Vem Viver.

ENCONTRO 5

Avaliação e Monitoramento

Dimensão	Relacional
Propósito	Identificar as etapas constitutivas do Programa Vem Viver no espaço da escola
Palavras-Chave	Avaliar. Monitorar.
Ideia-Guia	O processo de avaliação e monitoramento são procedimentos essenciais para aplicar o Programa de forma integrada na Comunidade.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

Por que avaliar e monitorar são essenciais no desenvolvimento do Programa Vem Viver?
Quem acompanha o processo de monitoramento do Programa?
Qual o papel da mentoria no processo de avaliação?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Pesquisa Palavras-Chave:

Avaliar: Fazer análise de (algo), pesando suas vantagens e desvantagens. Estimar, calcular.
Fonte: <https://aulete.com.br/avaliar>

Monitorar: Acompanhar, vigiar e simultaneamente avaliar (alguém, atividade, desempenho, funcionamento).

Fonte: <https://aulete.com.br/monitorar>

No programa Vem Viver o diagnóstico significa conhecer o público-alvo com objetivo de categorizar o grau de comprometimento quanto à letalidade infantojuvenil.

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

ETAPA AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

A etapa de avaliação consiste no acompanhamento do progresso e desenvolvimento do Programa. Os relatórios sobre as atividades efetivadas, serão preenchidos na página web, contendo observações e sugestões de melhoria. Nessa etapa já ocorre efetivamente a mentoria e, por isso, cabe apresentar detalhes sobre o andamento da proposta desenvolvida junto ao seu público-alvo.

O modelo de relatório de acompanhamento a ser preenchido, assim como a avaliação da mentoria serão disponibilizados na página web.

A mentoria observa os itens de assiduidade e adesão ao plano de ação. Para tal, ela utiliza como meio de análise a lista de frequência e o envolvimento da criança e/ou adolescente, conforme o caso, com as atividades propostas nos encontros. Faltas consecutivas – acima de duas – no projeto, requerem que a mentoria comunique à equipe técnico-pedagógica da escola para providências de aplicação da busca ativa.

O monitoramento analisa os resultados obtidos quanto aos indicadores eleitos. A partir dos indicadores é possível estabelecer a leitura sobre o grau de eficiência, eficácia e efetividade da metodologia aplicada no Plano de ação com relação aos objetivos propostos. O **Gestor do Plano Vem Pra Escola** fará o monitoramento dos resultados.

A partir do **Plano de Monitoramento** os gestores farão acompanhamento da emissão dos relatórios e monitoramento dos resultados de aplicação do Programa por meio da página web.

O **Gestor** responsável pelo Programa acompanhará a execução dos Planos e será responsável pela emissão do relatório integrado do Programa. O gestor fará a análise e validação dos resultados registrados.

O representante do **poder público** acompanhará os **resultados** da diminuição da letalidade infantojuvenil. Os relatórios do Programa estarão disponíveis no Sistema.

● O que aprendi? - 5 minutos

Acesse o Quiz e teste seus conhecimentos.

1. A etapa que consiste em verificar os resultados obtidos por meio de indicadores, chama-se.
 Busca Ativa
 Avaliação
 Planejamento
 Diagnóstico
 Monitoramento
2. Os itens avaliados pela mentoria no requisito participação do público-alvo no Plano de ação são:
 Assiduidade e adesão
 Adesão e permanência
 Comprometimento e regularidade
 Regularidade e envolvimento
3. A etapa que consiste no preenchimento de relatórios é denominada:
 Busca Ativa
 Monitoramento
 Avaliação
 Diagnóstico
4. O _____ é aquele que acompanha a execução dos Planos e será responsável pela emissão do relatório integrado do Programa.
 Ministério Público
 Administrador público
 Gestor
 Mentor
5. Os gestores farão acompanhamento da emissão dos relatórios e monitoramento dos resultados de aplicação do Programa por meio do Sistema a partir da/o:
 Avaliação de resultados
 Plano de Monitoramento
 Plataforma Educacional
 Etapa diagnóstica

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.



ENCONTRO 6

O Passo a Passo do Busca Ativa

Dimensão	Relacional
Propósito	Compreender a importância da Busca Ativa no processo de retenção da evasão escolar.
Palavras-Chave	Identificar. Registrar. Controlar. Acompanhar.
Ideia-Guia	Reconhecer o Busca Ativa como ferramenta tecnológica eficiente e estratégica para identificar, registrar, controlar e acompanhar crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

Qual a finalidade da Busca Ativa?

Por que é necessário fazer uso da Busca Ativa no contexto do Programa Vem Viver?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Pesquisa Palavras-Chave:

Identificar: Distinguir a identidade de algo ou alguém. Descobrir as características ou a classificação de algo. Reconhecer. Determinar, caracterizar.

Fonte: <https://aulete.com.br/identificar>

Registrar: Inscrever(-se) em livro ou qualquer outro meio apropriado; registrar, Formalizar a autoria ou propriedade. Consignar publicamente um documento, contrato etc., para assegurar-lhe a autenticidade.

Fonte: <https://aulete.com.br/registrar>

Controlar: Manter (algo, alguém) sob domínio ou vigilância, submeter a controle: Os seguranças controlavam a multidão. Dirigir, governar, comandar.

Fonte: <https://aulete.com.br/controlar>

Acompanhar: Ficar junto a alguém; fazer companhia. Partilhar com (alguém) situações, problemas, sentimentos. Seguir o mesmo caminho ou a mesma direção.

Fonte: <https://aulete.com.br/acompanhar>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

BUSCA ATIVA: VEM PRA ESCOLA

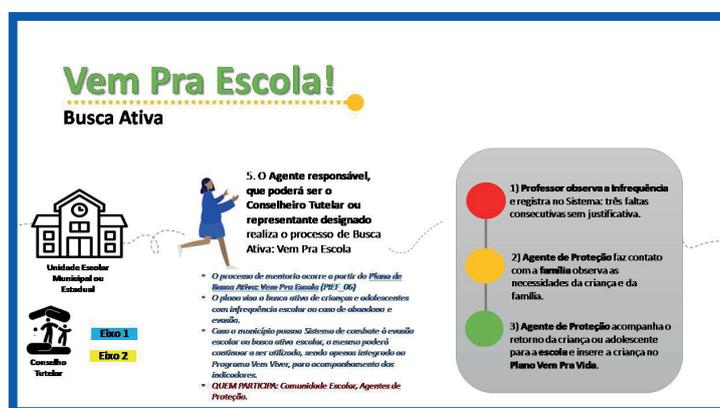
É preciso iniciar dizendo que o Agente responsável em realizar o Processo de Busca Ativa no contexto do Programa Vem Viver poderá ser o Conselheiro Tutelar ou representante designado **Busca Ativa: Vem Pra Escola**, em que consiste:

- O plano visa aplicar a busca ativa no sentido de ir ao encontro de crianças e adolescentes com infrequência escolar ou caso de abandono e evasão.
- Caso o município possua Sistema de combate à evasão escolar ou busca ativa escolar, ele poderá continuar a ser utilizado, sendo apenas integrado ao Programa Vem Viver, para acompanhamento dos indicadores.

PROCEDIMENTO:

Ao verificar a infrequência ao Plano de Ação, a mentoria deverá trabalhar no campo da busca ativa. A busca ativa consiste em tomada de decisão que almeja minimizar possíveis problemas de infrequência relacionados à adesão ao plano de ação.

Por isso, a mentoria precisa estar atenta e comunicar a ocorrência à direção da escola e coordenação pedagógica, a fim de que se possa tomar as medidas cabíveis, como: visita às famílias.



Fonte: Manual Metodológico, 2021.

Fórum - 15 minutos

Em que consiste o Sistema Busca Ativa e quais os agentes principais que dele fazem uso? Escreva sua resposta no Fórum.

O que aprendi? - 5 minutos

Responda ao Quiz sobre o tema estudado.

1. Qual o critério a ser verificado para que se possa iniciar o processo de Busca Ativa:
 - a) Assiduidade
 - b) Participação
 - c) Infrequência
 - d) Indisciplina
2. Assinale o nome do agente indicado que poderá efetivar o processo de Busca Ativa:
 - a) Mentor
 - b) Gestor
 - c) Diretor da escola
 - d) Conselheiro Tutelar

3. Identifique quem comunica sobre a necessidade de aplicar o processo de Busca Ativa:
 - a) Diretor
 - b) Conselheiro Tutelar
 - c) Mentor
 - d) Coordenador Pedagógico
4. Em que outros casos, é possível aplicar o processo de Busca Ativa?
 - a) Aprovação
 - b) Desistência
 - c) Abandono e evasão
 - d) Indisciplina
5. Uma das ações da busca ativa consiste em:
 - a) Responsabilizar a escola
 - b) Visitar as famílias
 - c) Comunicar ao juizado de menores
 - d) Encaminhar para aplicação de medidas corretivas

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.



MÓDULO 2

2 – DIMENSÃO RELACIONAL – Carga Horária: 4 horas

A dimensão relacional tem como finalidade desenvolver práticas significativas e que englobam o ser humano em processos de convivência. Assim, cabe trabalhar princípios e valores que podem ser contemplados nas temáticas que versam sobre trabalho, família, amizade, solidariedade, paz, segurança e trabalho de mentoria, com ênfase no desenvolvimento das competências socioemocionais do professor, da criança e do adolescente.

ENCONTRO	TEMA	PALAVRAS-CHAVE	IDEIA-GUIA	MODELO ECOLÓGICO SOCIAL
1	Definição de Mentoria e Características	Mediação Competência Habilidade	Mentoria envolve conhecimento, habilidades e experiências que no Programa Vem Viver visa trabalhar na esfera do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.	Escola
2	Gestão de Conflitos e Mentoria	Mentor Conflito Gestão	A mentoria visa gerenciar, de forma eficiente e didática, os conflitos ocorridos junto ao público infantojuvenil convertendo-os em grandes oportunidades de aprendizado objetivando o crescimento integral.	Escola Comunidade
3	Processo de Intervenção e Escuta Sensível	Escutar Intervenção Sensível	O relacionamento é o processo básico para gerar uma escuta sensível.	Escola Eu
4	Definição de Violência e Tipologia	Violência Tipologia	Conhecer a definição e as diferentes tipologias da violência que envolvem o cenário infantojuvenil.	Comunidade
5	Cultura da Paz e Pressupostos	Cultura Paz Valor	A cultura da paz diz respeito a uma visão de mundo que privilegia o diálogo e a mediação para resolver conflitos, abandonando atitudes e ações violentas e respeitando a diversidade dos modos de pensar e agir.	Cidade País
6	Competências Socioemocionais e Princípios para Convivência	Convivência Princípios Competência Educação Socioemocional	As competências socioemocionais envolvem o conjunto de aptidões desenvolvidas a partir da inteligência emocional de cada indivíduo para relacionar-se com o mundo e com os outros.	Eu Família Comunidade

ENCONTRO 1

Definição de Mentoria e Características

Dimensão	Relacional
Propósito	Compreender o conceito de mentoria e o papel a ser exercido na orientação de grupos.
Palavras-Chave	Mediação. Competência. Habilidade.
Ideia-Guia	Mentoria envolve conhecimento, habilidades e experiências, que no Programa Vem Viver visa trabalhar na esfera do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

O que é mentoria? Como ela pode ajudar no processo de desenvolvimento integral do ser humano?

A mentoria pode ser um instrumento de mediação, que promove reflexão para tomada de decisão?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Pesquisa Palavras-Chave:

Mediação: Ação ou resultado de mediar, de servir de mediador. Intervenção, intermediação. Relação que se estabelece entre duas pessoas, coisas, ideias etc. por intermédio de uma terceira (pessoa, coisa, ideia etc.).

Fonte: <https://aulete.com.br/mediação>

Competência: Capacidade de realizar algo de modo satisfatório; aptidão. Possibilidade de realizar tarefas, considerando uma hierarquia ou a necessidade de qualificação; poder ou autoridade daí decorrente. Conjunto de conhecimentos, capacitações, habilidades etc.: venceu graças a sua competência. Indivíduo de grande capacidade, sabedoria.

Fonte: <https://aulete.com.br/https://aulete.com.br/competência>

Habilidade: Qualidade de quem é hábil; capacidade de fazer alguma coisa bem. Capacidade de dizer ou fazer algo sem melindrar ou ofender alguém (esp. suscetível a se sentir ofendido) ou capacidade para contornar alguma situação embaraçosa ou constrangedora.

Fonte: <https://aulete.com.br/habilidade>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

MENTORIA E O PROCESSO DE MEDIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

O processo de mentoria pode ser contemplado em diferentes espaços formativos que envolvem o desenvolvimento de pessoas. Isso porque, sua finalidade visa apoiar, instrumentalizar, aconselhar e orientar pessoas em relação aos aspectos físico, emocional, espiritual, cognitivo, profissional e social.

A partir da mentoria, as pessoas podem mobilizar competências para ação, o que indica que ao enfrentarem situações-problema, terão a oportunidade de refletir e eleger a melhor resposta como sua escolha. Então, a mentoria possibilita o preparo consciente das pessoas para lidar com as experiências e os fatos presentes no seu dia a dia.

Dito isto, reconhece-se a mentoria como “uma medida de intervenção preventiva e promotora do desenvolvimento do aluno, em diferentes domínios: emocional, comportamental, acadêmico” (AEDAH, 2020, s/p). O que demanda sua aplicação em diferentes níveis da educação escolar, ou seja, nos níveis fundamental e médio de ensino. Afinal, defende-se que:

Os programas de mentorias podem ter um impacto muito positivo nas competências sociais, no bem-estar emocional, nas competências cognitivas e no desenvolvimento pessoal das crianças e jovens envolvidos. A relação com o mentor cria oportunidades de aprendizagem, para além de favorecer o contacto com novas formas de estudar, de se relacionar com o outro, o que poderá ter um impacto significativo na aprendizagem e desenvolvimento pessoal dos alunos. (AEDAH, 2020, s/p).

Mentoria é uma palavra que pode ser definida como compartilhamento de conhecimento, habilidades e experiências, envolvendo a perspectiva intergeracional. Por conta disso, seu objetivo no campo da educação visa trabalhar na esfera do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Assim:

Na base de uma rápida expansão da mentoria está o pressuposto de que a existência de figuras adultas não parentais positivas na vida de crianças e jovens poderá servir como um importante fator promotor de seu desenvolvimento psicossocial. (SIMÕES e ALARCÃO, 2011, p. 341).

E para que isso ocorra, cabe a mentoria desenhar uma trajetória a ser perseguida rumo ao alvo a ser alcançado. Afinal, é no contexto escolar que a mentoria pode ganhar força e legitimidade, devido ao caráter relacional e instrumental que impulsiona suas ações. Nesse intento, a figura do mentor é recebida como uma referência e de uma certa maneira exerce influência positiva sobre os liderados. Dito isso, compete à mentoria apresentar meios para que os mentorandos tenham um crescimento e aprendizagens significativos. Surge, aqui, alguns fatores favoráveis à prática da mentoria, destacam-se:

a) o seu cariz (aspecto) pedagógico, pois implica aprendizagem; b) as funções gerais, que compreendem o apoio emocional, a instrumentalidade, no sentido da facilitação na aquisição de competências, e a promoção da autodeterminação do mentorando; c) a organização assimétrica, ainda que potencialmente recíproca da relação; d) a possibilidade de mentor e mentorando beneficiarem-se da relação, embora seu beneficiário primacial seja o mentorando (SIMÕES; ALARCÃO, 2011, p. 342).

A mentoria, ainda, pode ser considerada como uma prática pedagógica que adentra no campo socioemocional de crianças e adolescentes, apresentando-se como uma ação de suporte, acolhimento e motivação. Afinal, “a mentoria, como estratégia de promoção do desenvolvimento juvenil, parece favorecer três funções essenciais: apoio socioemocional, suporte instrumental e promoção da autodeterminação.” (SIMÕES; ALARCÃO, 2011, p. 342).

No apoio socioemocional, a mentoria oferece meios para o exercício da reflexão, na medida em que ouve, aconselha e provoca a tomada de decisão. Ela possibilita que o mentorando desenvolva a consciência de si e do outro de maneira equilibrada. Isso resultará no processo formativo em que se busca o autoconhecimento, a autoestima e a autogestão.

É a partir do apoio socioemocional que as relações entre mentor e mentorandos são solidificadas, ainda mais porque elas se dirigem a práticas de caráter afirmativo sobre o ser e estar no mundo. Então, é apresentado aos mentorandos o propósito e a missão do ser humano. Afinal, são eles que favorecem a construção e a produção de fazeres visando o bem comum.

O suporte instrumental elege como objetivo apresentar formas e possibilidades de desenvolver o propósito e a missão do ser humano. Por isso, trabalhará com as perspectivas associadas ao exercício e à responsabilidade dos cidadãos, indicando meios de contribuir com a inovação da própria sociedade.

Dito isso, pensa-se que a mentoria pode ser uma aliada no contexto de sala de aula, visto que ela dinamiza as relações, por isso:

[...] é importante reconhecer e estimular em sala de aula um aprendizado voltado para a ampliação de um conceito que valoriza a responsabilidade, o espírito de equipe, a ética, o respeito, a cidadania e práticas educativas que desenvolvam a curiosidade, a capacidade criadora, a socialização e o raciocínio lógico do educando, entre outros aspectos. (SUARÉZ; WECHSLER, 2020, p. 4).

Os estudos de Rodhes et al (2002) indicam que a mentoria pode ser considerada uma ferramenta significativa para trabalhar com os mentorandos acerca de si, do outro e da sua profissionalização, na medida em que reflete sobre os aspectos associados à confiança, estabilidade, relacionamentos e visão prospectiva.

Nesse sentido, é possível dizer que a mentoria pode ser entendida como uma forma de desenvolver relacionamentos comprometidos com a formação, o crescimento e a aprendizagem do mentorando. Por esse motivo, é que se torna essencial delinear o perfil do mentor, no sentido de identificar as competências básicas para o exercício da mentoria. Assim, “o professor-mentor é visto como alguém que possui conhecimento, experiência, disponibilidade, relacionamento interpessoal, motivação e liderança” (SUARÉZ; WECHSLER, 2020, p. 6).

Compete ao mentor trabalhar em prol da formação integral do mentorando, o que requer compromisso com os objetivos educacionais, além do desenvolvimento de práticas interpessoais, visando a escuta sensível, a resolução de conflitos, o posicionamento consciente e a tomada de decisão. É nesse processo que cada mentorando/a pode reconhecer-se a si mesmo e aos outros, na medida em que lhe é atribuído/a a responsabilidade por seus atos e decisões.

No processo de mentoria é indispensável o diálogo, a interação e o compartilhamento de ideias, conceitos e experiências. Ainda, se faz necessário registrar as contribuições efetivadas, pois isso demonstra respeito, atenção e valorização quanto à participação dos mentorandos. Por isso, alguns dos objetivos a serem observados pelo mentor dizem respeito a:

- Desenvolver princípios e valores que conduzam à prática da cidadania, do respeito e da solidariedade.
- Promover o trabalho em equipe, valorizando ações de cooperação, amizade e respeito.
- Favorecer práticas relacionais que motivem o compartilhamento e a troca de ideias.
- Despertar e promover a utilização do senso crítico-reflexivo e da capacidade de criar e inovar, por intermédio de situações-problema.
- Incentivar as habilidades e as competências de cada mentorando, a fim de que possam expressar, em suas atitudes, autoconfiança, autoestima, autogestão –tendo consciência de si e dos outros.
- Atuar como referência pessoal e profissional.
- Exercer a escuta sensível, valorizando o trabalho individual e coletivo, assim como os argumentos apresentados.
- Agir com justiça e respeito, mantendo o equilíbrio entre ações e decisões.

O mentor precisa estar atento às respostas e contribuições a fim de mediar, esclarecer e explorar pontos obscuros e com lacunas de entendimento. Por isso, ele precisa conduzir o encontro mantendo o equilíbrio e administrando o tempo de fala de cada mentorando.

Referências:

AEDAH, Projeto de mentoria. Disponível em: http://www.aedah.pt/images/2020_2021/1P/Mentorias%20-%20Projeto.pdf
Acesso 30 de outubro de 2021.

RHODES, J. et al. Youth mentoring in perspective: introduction to the special issue. **Am. Journal of Comm. Psychology.** v.30, n. 2, 2002, p. 149-156.

SIMÕES, Francisco; ALARCÃO, Madalena. A eficácia da mentoria escolar na promoção do desenvolvimento socioemocional e instrumental de jovens **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.2, p. 339-354, mai./ago. 2011.

SUARÉZ, Janete Tonete; WECHSLER, Solange Múglia. MENTORIA DO TALENTO NA ESCOLA: ANÁLISE DE PUBLICAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS. Revista **Psicologia Escolar e Educacional**, 2020, v.24, p. 1-10.

● Fórum - 15 minutos

Escreva no fórum uma qualidade essencial ao mentor e justifique o motivo de sua escolha.

● O que aprendi? - 5 minutos

Responda ao Quiz a partir do estudo desenvolvido:

1. A mentoria é uma invenção das áreas de psicologia e administração e por conta disso não se pode encontrar pontos positivos para sua aplicação no contexto escolar.
a) Certo
b) Errado
2. A mentoria, quando bem aplicada, envolve três fatores. Esses fatores estão alistados na alternativa:
a) Apoio socioemocional; instrumentalização do mentor; Suporte técnico
b) Suporte técnico; suporte instrumental; promoção da autodeterminação.
c) Suporte emocional; suporte técnico; suporte material.
d) Apoio socioemocional; suporte instrumental; promoção da autodeterminação.
3. Uma das formas de atuação do mentor é por intermédio de competências. Analise as alternativas e marque apenas aquela que não se configura uma competência.
a) Liderança
b) Relacionamento
c) Motivação
d) Julgamento
e) Conhecimento
4. No processo de mentoria é indispensável o diálogo, a interação e o compartilhamento de ideias, conceitos e experiências.
a) Verdadeiro
b) Falso
5. Compete ao mentor trabalhar em prol da formação integral do mentorando, o que requer compromisso com os objetivos educacionais, além do desenvolvimento de práticas interpessoais, visando a escuta sensível, a resolução de conflitos, o posicionamento consciente e a tomada de decisão.
a) Verdadeiro
b) Falso

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.

ENCONTRO 2

Gestão de Conflitos e Mentoria

Dimensão	Relacional
Propósito	Descrever a importância de desenvolver a gestão de conflitos no projeto de mentoria.
Palavras-Chave	Mentoria. Conflito. Gestão.
Ideia-Guia	A mentoria visa gerenciar, de forma eficiente e didática, os conflitos ocorridos junto ao público infantojuvenil convertendo em grandes oportunidades de aprendizado objetivando o crescimento integral.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

Como gerenciar conflitos em sala de aula? O que é preciso observar?

De que maneira o conflito pode ser considerado momento de aprendizagem?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Pesquisa Palavras-Chave:

Mentor: Pessoa experiente que instrui e dá conselhos a outra; guia, mestre. Pessoa que planeja e dirige um projeto, uma obra etc...

Fonte: <https://aulete.com.br/mentor>

Conflito: Inscrever(-se) em livro ou qualquer outro meio apropriado; registrar, Formalizar a autoria ou propriedade. Consignar publicamente um documento, contrato etc., para assegurar-lhe a autenticidade.

Fonte: <https://aulete.com.br/conflito>

Gestão: Ação ou resultado de gerir; administração, gerência.

Fonte: <https://aulete.com.br//gestão>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

OS CONFLITOS E A PRESENÇA DA MEDIAÇÃO

O conflito faz parte da vida humana, por isso não se pode desprezá-lo, visto que ele ajuda no processo de desenvolvimento e amadurecimento da pessoa. Falar de conflito é compreender a presença da diversidade no espaço social e como isso pode ser visto de maneira positiva, quando se emprega o respeito e as boas práticas de convivência social.

O conflito ainda reflete a presença de diferenças de ideias e pensamentos, por isso, estabelecerá uma espécie de confronto/disputa entre as pessoas na sua maneira de ler, interpretar e agir no mundo. Afinal, “o conflito se origina da diferença de interesses, de desejos e de aspirações” (CHRISPINO, 2007, p. 16). É nas diferenças que se pode encontrar múltiplas propostas sobre o ser e estar no mundo, por isso que os conflitos estão presentes na constituição de qualquer grupo social.

Além disso, Chripino (2007, p. 17) estabelece algumas vantagens que podem ser decorrentes do conflito instalado, tais como:

Ajuda a regular as relações sociais; ensina a ver o mundo pela perspectiva do outro; permite o reconhecimento das diferenças, que não são ameaça, mas resultado natural de uma situação em que há recursos escassos; ajuda a definir as identidades das partes que defendem suas posições; permite perceber que o outro possui uma percepção diferente; racionaliza as estratégias de competência e de cooperação; ensina que a controvérsia é uma oportunidade de crescimento e de amadurecimento social.

A partir do que é exposto sobre a vantagem do conflito é possível dizer que ele visa contribuir com o crescimento significativo de um grupo e dos relacionamentos efetivados, desde que se reconheça a contribuição que cada um pode oferecer para que se chegue a uma prática pautada no princípio da dignidade da pessoa humana, no objetivo do bem comum e na observância de normas comuns.

O princípio da dignidade da pessoa humana reconhece o valor que é atribuído ao ser humano, por isso não cabe exclusões nos relacionamentos de qualquer espécie. Já o objetivo do bem comum aponta para uma prática em prol da vida e da convivência pacífica, desse modo é que se estabelecem normas comuns que ajudam a reconhecer direitos, deveres e limites relativos à ação humana.

Os motivos que conduzem ao conflito são os relacionados a disputas que ocorrem na existência:

De poder, porque algum de nós quer mandar, dirigir ou controlar o outro. **De autoestima**, porque meu orgulho pessoal se sente ferido. De valores, porque meus valores ou crenças fundamentais estão em jogo. **De estrutura**, por um problema cuja solução requer longo prazo, esforços importantes de muitos, e meios estão além de minha possibilidade pessoal. **De identidade**, porque o problema afeta minha maneira íntima de ser o que sou. **De norma**, porque meus valores ou crenças fundamentais estão em jogo. **De expectativas**, porque não se cumpriu ou se fraudou o que um esperava do outro. **De inadaptação**, porque modificar as coisas produz uma tensão que não desejo. **De informação**, por algo que se disse ou não se disse ou que se entendeu de forma errada. **De interesses**, porque meus interesses ou desejos são contrários aos do outro. **De atribuição**, porque o outro não assume a sua culpa ou responsabilidade em determinada situação. **De relações** pessoais, porque habitualmente não nos entendemos como pessoas. **De inibição**, porque claramente a solução do problema depende do outro. **De legitimação**, porque o outro não está de alguma maneira autorizado a atuar como o faz, ou tem feito ou pretende fazer (CHRISPINO, 2015, p. 19). (grifos nossos).

Ao se abordar sobre conflitos no ambiente escolar, observa-se que tal tema traz em seu interior a presença de atos envolvendo indisciplina, rebeldia e violência. Isso evidencia que não se pode limitar o conflito apenas a uma causa, antes faz-se necessário identificar as causas que lhe deram origem, para que se possa pensar em possibilidades de mediação.

Antes de trabalhar com o processo de mediação é indispensável compreender o que se entende por conflito. Nesse sentido, o conflito pode ser considerado como “toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento” (CHRISPINO, 2007, p. 15). Por esse motivo, a presença de conflito requer atenção e um trabalho de nível preventivo, chamado mediação.

A mediação é a ferramenta que oportuniza o diálogo e a manifestação respeitosa das diferenças. Quando ela não é aplicada de maneira preventiva, o conflito instalado pode ganhar força e produzir atos de violência, rebeldia ou indisciplina. Diante disso, duas alternativas podem se apresentar na presença de um conflito não resolvido:

[...] a primeira é que se ele se manifestou de forma violenta é porque já existia antes na forma de divergência ou antagonismo, e nós não sabemos ou não fomos preparados para identificá-lo; a segunda é que toda a vez que o conflito se manifesta, nós agimos para resolvê-lo, coibindo a manifestação violenta. E neste caso, esquecemos que problemas mal resolvidos se repetem. (CHRISPINO, 2007, p. 16)

Os conflitos podem ser classificados, o que assegura um tratamento diferenciado com relação à maneira como serão mediados. Nesse sentido, Moore (1998) estabelece que os conflitos podem ser do tipo estrutural, valorativo, relacionais e informativo.

Os conflitos do tipo estrutural são aqueles que apresentam padrões destrutivos de comportamento e/ou interação. Eles estão associados às atitudes de controle, posse ou distribuição de recursos. Partem da ideia de um poder e autoridade desiguais e são causados por fatores físicos e ambientais que se comportam como barreiras a práticas de cooperação e colaboração.

Os conflitos do tipo valorativo são aqueles que ocorrem por intermédio de ideias e posições antagônicas, por isso eles influenciam os comportamentos e são considerados extremamente valiosos, pois vêm carregados por visões de mundo diferentes que afetam os modos de vida, a adoção de ideologias e crenças divergentes.

Os conflitos do tipo relacional são aqueles que se caracterizam por emoções fortes, por isso eles se apresentam em forma de interesses pessoais, manifestando-se nos relacionamentos, quer seja em forma de competição, quer seja de interesse ou de controle sobre os vínculos formados.

Os conflitos do tipo informacional são os provenientes de mensagens e/ou atos comunicativos falhos, equivocados ou errôneos – o que pode produzir interpretações distanciadas da realidade, bem como a construção de pré-conceitos que causam prejuízos aos relacionamentos.

No contexto escolar, foram observados conflitos entre professores e alunos, entre os próprios alunos e entre os pais, professores e gestores sob os seguintes aspectos:

Entre alunos e docentes, por: não entender o que explicam; notas arbitrárias; divergência sobre critério de avaliação; avaliação inadequada (na visão do aluno); discriminação; falta de material didático; não serem ouvidos (tanto alunos quanto docentes); desinteresse pela matéria de estudo.

Entre alunos, por: mal-entendidos; brigas; rivalidade entre grupos; discriminação; *bullying*; uso de espaços e bens; namoro; assédio sexual; perda ou dano de bens escolares; eleições (de variadas espécies); viagens e festas.

Entre pais, docentes e gestores, por: agressões ocorridas entre alunos e entre os professores; perda de material de trabalho; associação de pais e amigos; cantina escolar ou similar; falta ao serviço pelos professores; falta de assistência pedagógica pelos professores; critérios de avaliação, aprovação e reprovação; uso de uniforme escolar; não-atendimento a requisitos “burocráticos” e administrativos da gestão (MARTINEZ ZAMPA, 2015, p. 31-32).

Dito isso, Chrispino (2007, p. 26) elenca sete motivos para instalar um Programa de Mediação no espaço da escola. São eles:

1. a capacitação em resolver conflitos valoriza o tempo;
2. a capacitação em resolver conflitos ensina várias estratégias úteis;
3. a capacitação em resolver conflitos ensina aos alunos consideração e respeito para com os demais;
4. a capacitação em resolver conflitos reduz o estresse;
5. possibilidade de aplicar as novas técnicas em casa, com familiares e amigos;
6. a capacitação em resolver conflitos que podem contribuir para a prevenção do uso do álcool e de drogas;
7. possibilidade de sentir a satisfação de contribuir com a paz do mundo.

Observa-se que o Programa de Mediação tem por meta a resolução dos conflitos que foram instalados no ambiente educativo, o que requer desenvolver estratégias visando o restabelecimento dos relacionamentos, minimizando os efeitos decorrentes da situação-problema vivenciada.

Define-se mediação como a capacidade de trabalhar com os conflitos por intermédio da assistência. Esta é atribuída ao mediador que ao considerar a situação-problema, estabelece caminhos para a resolução, apresentando alternativas envolvendo causas e consequências, com o intuito de oportunizar um acordo que seja bom para as partes envolvidas. Assim:

A mediação pode induzir a uma reorientação das relações sociais, a novas formas de cooperação, de confiança e de solidariedade; formas mais maduras, espontâneas e livres de resolver as diferenças pessoais ou grupais. A mediação induz atitudes de tolerância, responsabilidade e iniciativa individual. (CHRISPIANO, 2015, p. 23)

É a mediação uma ferramenta ímpar para orientar e promover o diálogo em meio a situações de conflito. Afinal, ela possibilita a presença da argumentação e da estruturação lógica do pensamento, na medida em que se incentiva os mentorandos a produzirem, em suas falas discursivas, os posicionamentos fundamentados na utilização do campo linguístico e gramatical e que requer uma ordem sequencial, coerente e coesa.

A mediação é uma forma de desenvolver a escuta sensível, a que tem por base o valor da alteridade. Assim, o ato de colocar-se no lugar do outro já evidencia a presença da empatia e de estratégias de sensibilização, porque o que se tem como intenção é a compreensão sobre o que de fato o outro sente, pensa e faz.

Referências:

- CHRISPINO, A. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.15, n.54, p. 11-28, jan./mar. 2007.
- MARTINEZ ZAMPA, D. **Mediação educativa y resolución de conflictos**: modelos de implementacion. Buenos Aires: Ediciones Novedades Educativas, 2005.
- MOORE, C. W. **O processo de mediação**: estratégias práticas para a resolução de conflitos. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

● Fórum - 15 minutos

De que maneira os conflitos podem trazer de vantagem à convivência humana?
Registre sua resposta no Fórum.

● O que aprendi? - 5 minutos

Responda ao Quiz sobre o tema desenvolvido:

1. Analise as afirmativas, se são verdadeiras (V) ou falsas (F) e escolha a alternativa que contém a resposta correta em relação a cada item apresentado.
 - a) É a mediação uma ferramenta ímpar para orientar e promover o diálogo em meio a situações de conflito. ()

- b) A mediação é uma forma de desenvolver o ouvir mecânico, e que tem por base o valor da alteridade. ()
- c) O conflito pode ser considerado como “toda opinião divergente ou maneira diferente de ver ou interpretar algum acontecimento”. ()
- d) O princípio da dignidade da pessoa humana NÃO reconhece o valor que é atribuído ao ser humano. ()

A sequência correta está em:

- I) a (V); b (F); c (F); d (V)
- II) a (V); b (V); c (V); d (V)
- III) a (F); b (V); c (V); d (F)
- IV) a (V); b (F); c (V), d (F)

2. Identifique o tipo de conflito apresentado na seguinte situação: Joana e Paula possuem visões diferentes sobre a realidade. Joana acredita que o ser humano não tem um sentido para vida. Já Paula defende que o sentido da vida do ser humano é cuidar e zelar pelo ecossistema.
 - a) Estrutural
 - b) Valorativo
 - c) Relacional
 - d) Informacional
3. Identifique a única alternativa que NÃO APRESENTA características associadas ao tipo de conflito informacional.
 - a) Fake News
 - b) Dados equivocados
 - c) Disputa de autoridade
 - d) Pré-conceitos
4. “Estabelece caminhos para a resolução de problemas, apresentando alternativas envolvendo causas e consequências, com o intuito de oportunizar um acordo que seja bom para as partes envolvidas.” A definição refere-se à/ao:
 - a) Meditação
 - b) Papel do mediador
 - c) Trabalho do diretor da escola
 - d) Função comunicativa no grupo
5. Os conflitos existentes entre _____ envolvem as situações de mal-entendidos; brigas; rivalidade entre grupos; discriminação; bullying; uso de espaços e bens; namoro; assédio sexual.
 - () professores e alunos
 - () pais e filhos
 - () alunos
 - () alunos e coordenação

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.

ENCONTRO 3

Processo de intervenção e Escuta Sensível

Dimensão	Relacional
Propósito	Descrever a importância da escuta sensível no processo de intervenção pedagógica.
Palavras-Chave	Escutar. Intervenção. Sensível.
Ideia-Guia	O relacionamento é o processo básico para gerar uma escuta sensível.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

O que caracteriza a escuta sensível no contexto de intervenção pedagógica?
Quais as ações que precisam ser envolvidas no processo de escuta sensível?
Que benefícios podem ser aplicados no processo de escuta sensível?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Definição de Palavras-Chave:

Escutar: Ouvir com atenção, tomando conhecimento do que está ouvindo.

Captar (som) pela audição; ouvir. Dar atenção a conselho, advertência.

Fonte: <https://aulete.com.br/escutar>

Intervenção: Ação ou resultado de intervir; INTERFERÊNCIA: Intromissão ou interferência de um Estado nos assuntos de outro.

Fonte: <https://aulete.com.br/intervencao>

Sensível: Que tem sentidos; que é dotado de sensibilidade. Que sente; que reage a estímulos físicos: sensível à luz. Que se sensibiliza, se emociona ou se impressiona com facilidade; emotivo. Humano, compassivo, propenso a participar das dores alheias. Que causa ou produz dor; doloroso.

Fonte: <https://aulete.com.br/sensivel>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

UM ATO DE SENSIBILIDADE, EMPATIA E ALTERIDADE

No âmbito das relações pedagógicas é muito recorrente falar de comprometimento com o trabalho formativo a ser efetivado, o que requer amorosidade, atenção, dedicação, planejamento, criatividade e sensibilidade para perceber o espaço e o clima da sala de aula.

Na prática de mediação pedagógica, o comprometimento pode ser considerado como eixo que dinamiza a ação formativa, por isso que se faz necessário atentar para o lugar a ser ocupado pela escuta sensível. Afinal, a escuta sensível objetiva ir ao encontro do outro, na medida em que percebe suas potencialidades e fragilidades. Por fim, é a partir dos relacionamentos que se estabelece o processo ensino e aprendizagem. Isso indica afirmar que “o relacionamento é o fundamento básico para todo o processo ensino e aprendizagem. O ser humano é por essência relacional” (MARCONDES, 2018, p. 32). Assim constata-se que:

A perspectiva relacional sinaliza para a presença de dois processos: mediação e compartilhamento. O processo de mediação refere-se ao ato de interação a ser estabelecido a partir da reflexão. Essa reflexão é indicadora de como o mediador conduz o processo de construção do conhecimento por meio de perguntas e/ou problemas. (DOMINGUES, 2019, p. 75)

O compartilhamento denota a forma como o processo de mediação precisa ser conduzido. Isso requer o desenvolvimento da escuta sensível por parte do/a mediador/a, mas também dos demais ouvintes. A partir da escuta sensível é possível demonstrar respeito e valorização por aquele que compartilha um fato, uma experiência ou situação-problema.

A escuta sensível requer do mediador pedagógico postura de alteridade, em que o ato de ouvir com atenção possa de fato ser revelador de sentimentos, intenções, percepções e visões expressas pelos mentorandos. Dito isso, pode-se afirmar que “a relação pedagógica é um momento, isto é, um conjunto de percepções, representações, de projetos atuais que se inscrevem em uma apropriação” (CHARLOT, 2000, p. 68). Diante disso, estabelece-se que a escuta sensível é considerada um ato que precisa fazer leituras das entrelinhas presentes nas falas, representações e nas atitudes daqueles que comunicam sua mensagem.

A partir da escuta sensível envia-se uma mensagem de inclusão, valorização e aceitação do outro. À vista disso, é possível refletir sobre o momento vivido e delinear como favorecer o posicionamento dos sujeitos frente a uma situação específica. Nesse sentido, “A reflexão não se dá aleatoriamente. Ela é provocada por questões-limites, por problema” (RIOS, 2010, p. 47) que irão conduzir as práticas dialógicas, que se materializam nas relações interpessoais estabelecidas, em torno da problemática levantada.

Ao aplicar a escuta sensível no campo de ação da mentoria, objetiva-se, a partir do trabalho formativo, propiciar o desenvolvimento integral dos mentorandos. Nessa intenção-meta, é essencial:

[...] redimensionar o conjunto de vivências e experiências, dar um sentido emocional a elas articulá-las, de um modo intencional ou não, com o conjunto de suas impressões ou pensamentos sobre si, sobre as pessoas à sua volta e sobre o mundo. (VILELLA; ARCHANGELO, 2014, p. 40)

A partir do redimensionamento, afirma-se que a escuta sensível é valiosa para os estabelecimentos dos vínculos relacionais a serem efetivados no contexto do processo ensino e aprendizagem. Ela possibilita a troca de ideias, a interlocução, a sensibilização, a empatia e o diálogo respeitoso e amigável com o outro – é a perspectiva da alteridade que sustenta os relacionamentos.

Sobre a sensibilização é preciso dizer que ela é uma ferramenta facilitadora da escuta sensível e se apresenta por intermédio de quatro maneiras distintas e que foram descritas por Barbier (1993), a saber: afetiva; sensitiva, noética e intuitiva.

A sensibilização afetiva é aquela que se fundamenta nas emoções e por isso a resposta apresenta uma forte carga de sentimentos. A sensibilização sensitiva é aquela que se fundamenta nas percepções produzidas pela pessoa sobre a realidade. A sensibilização noética pode ser expressa pela individualização, ou seja, percepção de si mesmo. E a sensibilização intuitiva é aquela que é marcada pelas construções poéticas e míticas, as quais dão origem aos olhares da pessoa sobre tal objeto presente na realidade social (BARBIER, 1998).

Cerqueira (2007) ressalta que a escuta sensível pode ser um caminho da prática educativa produzir significações para a vida, uma vez que ela permite fazer reflexões, ponderações, sugestões, construções, orientações e intervenções mais solidárias e humanizadoras, tendo em vista que aproxima afetivamente e empaticamente professores e alunos.

Reitera-se que o ato de escutar envolve ter “percepção, sensibilidade de compreensão para aquilo que fica oculto no íntimo do sujeito. A audição se refere à captação dos sons, enquanto a escuta diz respeito à captação das sensações do outro, realizando a integração ouvir-ver-sentir” (CECCIM, 2001, p. 15).

Outra possibilidade aberta pela escuta sensível é a promoção do desenvolvimento integral e das noções associadas à ética, estética, identidade, historicidade e exercício cidadão (OLIVEIRA, 2005). Por tal motivo, é que se observa o grau de abrangência da escuta sensível que não se limita à apropriação do conhecimento sistematizado, mas a utilização de habilidades, a defesa de posicionamentos e a produção de senso estético sobre a realidade.

Pode-se dizer que: “A escuta sensível é uma prática incessante, permanente, que busca a todo momento reconhecer o indivíduo na sua singularidade. A escuta sensível não se conforma com o superficial, ela busca a essência, a completude” (CERQUEIRA, 2011, p. 12). Ela exerce a prática da alteridade e a busca pela compreensão sobre o outro, por isso “Compreender inclui, necessariamente, um processo de empatia, de identificação e de projeção. Sempre intersubjetiva, a compreensão pede abertura, simpatia e generosidade” (MORIN, 2000, p. 95).

Quando se está diante de um grupo social é possível vivenciar conflitos, como também momentos de solidariedade, mobilização e ajuda mútua. Isso implica pensar sobre as relações humanas e como elas impactam os vínculos sociais, além de fornecer o sentido de pertencimento e aceitação em grupo. Por conta disso, trabalhar sob a perspectiva da escuta sensível pode trazer crescimento, empatia, amadurecimento e aperfeiçoamento aos integrantes do grupo.

A escuta sensível motiva para ação, ao mesmo tempo em que se posiciona como meio de integração entre pessoas. Esta peculiaridade oportuniza as trocas interpessoais e promove a amizade e o bom convívio entre as pessoas. Nesse entendimento, é possível compreender que ausência da escuta sensível pode oportunizar atos produtores de violência, uma vez que não estabelece laços e nem vínculos entre os integrantes do grupo.

Os atos de violência podem ser provenientes de falta de conhecimento e referência sob o prisma das relações interpessoais, na medida em que elas são pautadas pela desconfiança, insegurança, medo e distanciamento. A violência é uma demonstração real da ausência de vínculos e de acolhimento vividos no interior de diferentes grupos sociais.

Escutar o ato produzido também é uma forma de desejar aproximação e, mais ainda, mobilizar para aceitação, acolhida e inclusão. Por tais motivos é que não se pode renunciar à perspectiva da escuta sensível porque ela humaniza, solidariza e valoriza o ser humano.

Referências:

- BARBIER, R. A escuta sensível em educação. **Cadernos ANPED**. n. 5. Belo Horizonte, 1993. p. 187-216.
- BARBIER, R. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, Joaquim Gonçalves (Org.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: EdUFSCar, 1998. p. 168-199.
- CECCIM, Ricardo Burg. A escuta pedagógica no ambiente hospitalar. In: **Anais do 1º Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospitalar**, realizado entre 19 e 21 de julho de 2000. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- CERQUEIRA, Tereza C. Siqueira; SOUSA, Elane Mayara. Escuta sensível: o que é? In: CERQUEIRA, Tereza Cristina Siqueira (Org.). **(Con) Textos em escuta sensível**. Brasília: Thesaurus, 2011.
- CERQUEIRA, T. C. **Representações sociais e escuta sensível do professor universitário**. Brasília: Ildebrando, 2007.
- DOMINGUES, G.S. A importância da perspectiva relacional no processo ensino e aprendizagem direcionado à formação humana. In: SOUZA, E. S de. **Teologias, Psicologia e Humanidades**. Curitiba: CRV Editora, 2019.
- MARCONDES, L. R.L. **Educação Cristã na Igreja: perspectivas em destaque**. Curitiba: Emanuel, 2018.
- MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
- OLIVEIRA, Z.R. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.
- RIOS, T. A. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. São Paulo: Cortez, 2010.
- VILELLA, F.; ARCHANGELLO, A. **Fundamentos da escola significativa**. São Paulo: Loyola, 2014.

● Fórum - 15 minutos

Diante do que foi apresentado sobre escuta sensível, como você descreveria sua importância no contexto da sala de aula? Registre sua resposta no Fórum.

● O que aprendi? - 5 minutos

Responda ao Quiz, tendo como referência o estudo desenvolvido.

1. A _____ requer do mediador pedagógico posturas de alteridade, em que o ato de ouvir com atenção possa de fato ser revelador de sentimentos, intenções, percepções e visões expressas pelos mentorandos. Preencha com a palavra que torna a afirmação verdadeira.
 - a) Prática pedagógica
 - b) Escuta sensível
 - c) Mentoria
 - d) Mobilização
2. Sobre a sensibilização é preciso dizer que ela é uma ferramenta facilitadora da escuta sensível e se apresenta por intermédio de três maneiras distintas e que foram descritas por Barbier (1993), a saber: afetiva, sensitiva e intuitiva. A afirmação está:
 - a) Correta
 - b) Errada
3. O compartilhamento denota a forma como o processo de _____ precisa ser conduzido. Isso requer o desenvolvimento da escuta sensível por parte do/a mediador/a, mas também dos demais ouvintes. Identifique o termo que se encaixa nessa afirmação.
 - a) Formação
 - b) Educação
 - c) Mediação
 - d) Mentoreamento
4. É a partir dos conflitos que se estabelece o processo ensino e aprendizagem. Isso indica afirmar que ele é o fundamento básico para todo o processo ensino e aprendizagem. A afirmação está:
 - a) Correta
 - b) Errada
5. A escuta sensível limita-se à apropriação do conhecimento sistematizado, utilização de habilidades, defesa de posicionamentos e produção de senso estético sobre a realidade. A afirmativa é:
 - a) Verdadeira
 - b) Falsa

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.

ENCONTRO 4

Definição de Violência e Tipologias

Dimensão	Relacional
Propósito	Conhecer os tipos de violências e suas consequências.
Palavras-Chave	Violência. Tipologia.
Ideia-Guia	Conhecer a definição e as diferentes tipologias da violência que envolvem o cenário infantojuvenil.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

Como é possível observar atos de violência no comportamento dos estudantes?

O que fazer quando se está diante de atos de violência?

Por que é preciso tomar medidas urgentes diante de atos de violência infantojuvenil?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Definição de Palavras-Chave:

Violência: Qualidade do que é violento. Emprego abusivo, ger. ilegítimo, da força ou da coação com o fim de se obter algo. O ato violento: O temperamento tempestuoso de quem facilmente se torna agressivo, ação de constranger física ou moralmente uma pessoa para submetê-la aos desejos de outra.

Fonte: <https://aulete.com.br/violência>

Tipologia: Estudo das características básicas e tendências dos seres vivos por meio da identificação de tipos, de modelos. Coleção dos caracteres de impressão mobilizados para um projeto gráfico.

Fonte: <https://aulete.com.br/tipologia>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

O FENÔMENO VIOLÊNCIA E A CONVIVÊNCIA HUMANA

Em sentido oposto à Cultura da Paz encontra-se o fenômeno violência, sendo ele percebido como ato de ruptura de valores, princípios e relacionamentos, visto que é empregado tanto no uso da força como em atos simbólicos, que incluem a negligência, o silenciamento, a coerção emocional ou a exclusão. Isso porque, a violência é vista na prática das “ações humanas de indivíduos e grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam a sua integridade física, moral, mental ou espiritual” (MINAYO; SOUZA, 1998, p. 514). Assim, é possível dizer que a prática da violência apresenta mecanismos inibidores de cerceamento da liberdade e do respeito ao outro.

Para que se entenda o significado de violência, faz-se necessário apresentar o seu conceito. Assim, violência é

[...] todo ato ou omissão, praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que, sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, implica numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, por outro lado, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (AZEVEDO E GUERRA, 2001, p. 33).

Nesse sentido, constata-se que a violência ocorre na intersecção de três conjuntos de variáveis independentes: “o institucional (escola e família), o social (sexo, cor, emprego, origem socioespacial, religião, escolaridade dos pais, status socioeconômico) e o comportamental (informação, sociabilidade, atitudes e opiniões)” (ABRAMOVAY; RUAS, 2002, p. 14, grifos nossos).

Isso indica que o fenômeno violência não se limita a um espaço e a uma ação, antes se reconhece que “a violência é proveniente da violação de um direito. Essa violação produz consequências na forma como se evidencia na vida quer do infrator como do lesado” (DOMINGUES; DOMINGUES, 2018, p. 65). Afinal, a violência é tipificada pela Organização Mundial da Saúde em três condutas: coletiva, autoinfligida e interpessoal.

As tipificações das condutas de violência podem ser elementos de análise sobre a sua ocorrência e da maneira como combatê-la ou denunciá-la, a partir de instrumentos e ferramentas a serem aplicadas no contexto em que ela ganha força e movimento. É por tal motivo que a OMS (2010) alerta que:

A violência pode gerar problemas sociais, emocionais, psicológicos e cognitivos durante toda a vida, podendo apresentar também comportamentos prejudiciais à saúde. Em geral, se manifesta por meio do abuso de substâncias psicoativas, do álcool e outra droga e da iniciação precoce à atividade sexual, tornando-os mais vulneráveis à gravidez, à exploração sexual e a prostituição.

- Os problemas de saúde mental e social relacionados com a violência em crianças e adolescentes podem gerar consequências como ansiedade, transtornos depressivos, alucinações, baixo desempenho na escola e das tarefas de casa, alterações de memória, comportamento agressivo, violento e até tentativas de suicídio.
- A exposição precoce de crianças e adolescentes à violência pode estar relacionada com o comprometimento do desenvolvimento físico e mental, além de enfermidades em etapas posteriores da vida, como as doenças sexualmente transmissíveis, a aids, o aborto espontâneo e outros.

É preciso ter consciência sobre os impactos dos atos de violência na convivência humana, visto que eles limitam o desenvolvimento e o crescimento do sujeito que foi alvo da violência. Isso pode trazer consequências danosas aos relacionamentos em que o violentado pode assumir vários comportamentos, tais como fugir da realidade, reprimir sentimentos, desejos ou exercer violência de maneira excessiva, substituindo o lugar do violentador.

TIPOS DE VIOLÊNCIA

A violência não se expressa de uma única forma, antes ela se apresenta em três possíveis tipologias – sexual, psicológica e negligência. Essa última pode ser mais fácil de ser identificada no ambiente escolar, visto que seus efeitos são observados por meio de comportamentos manifestados pelos estudantes.

Violência sexual pode ser definida como “todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um adulto (ou mais) em uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimulá-los sexualmente e obter estímulo para si ou outrem” (MINAYO, 2001, p. 97). Ainda é possível dizer que essa violência:

[...] consiste em todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento mais adiantado que a criança e o adolescente. Tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Apresenta-se sobre a forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaças ou indução da sua vontade. Esse fenômeno violento pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual (voyeurismo, exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração”. (AZEVEDO e GUERRA, 2011, p. 33)

A consequência direta desse tipo de violência pode ser observada por meio de sentimentos e/ou comportamentos manifestados, tais como:

Sentimentos de competição, ciúmes e rivalidade entre os membros familiares, principalmente entre mães e filhas, além da vivência, por parte de ambas, de sentimentos como desvalorização e ansiedade. Foram ainda encontrados, sobretudo nas mães e nas crianças, sentimentos de baixa autoestima, insegurança e inferioridade (VICENTIN E VALLE, 2009, p. 197).

Já a **violência psicológica** é “também denominada tortura psicológica, que ocorre quando os adultos sistematicamente depreciam as crianças, bloqueiam seus esforços de autoestima e realização, ou as ameaçam de abandono e crueldade” (MINAYO, 2001, p. 97).

Outro tipo de violência é a **negligência** “Expressa-se na falta de alimentos, de vestimenta, de cuidados escolares e com a saúde, quando as falhas não são o resultado de circunstâncias fora do controle e alcance dos responsáveis pelos adolescentes e crianças” (MINAYO, 2001, p. 97).

É possível encontrar três formas de negligência: física, emocional e educacional.

Negligência física: Inclui a não prestação de cuidados médicos básicos a criança ou adolescente, a falta de alimentação adequada e de higiene, o uso de vestuário impróprio ao clima ou em mau estado e as situações em que é deixada sem vigilância por períodos longos, o que aumenta o risco de acidentes domésticos (MPSC, 2021, s/p).

Negligência emocional: Acontece quando as necessidades emocionais da criança são ignoradas, com privação do afeto e suporte emocional necessários ao seu desenvolvimento pleno e harmonioso. É a forma de negligência mais difícil de identificar, pois não deixa marcas físicas (MPSC, 2021, s/p).

Negligência educacional: Quando não são proporcionadas à criança condições para a sua formação intelectual e moral, como a privação da escolaridade básica, as faltas escolares frequentes e sem justificativa e a permissividade perante hábitos que interferem no desenvolvimento (como o consumo de álcool e outras drogas) (MPSC, 2021, s/p).

Uma das formas de enfrentamento e superação de atos violentos é a resiliência, que de acordo com Pinheiro (2004, p. 68), é “a capacidade de o indivíduo, ou a família, enfrentar as adversidades, ser transformado por elas, mas conseguir superá-las”.

A partir do que é estabelecido pela OMS e estudiosos do tema ‘violência’ é possível perceber que se faz necessário apresentar caminhos teórico-metodológicos que subsidiem o seu enfrentamento na realidade social, principalmente no sentido de atender ao princípio da dignidade humana. Isso acontece porque:

A nossa vida se desenvolve em um mundo de normas. Acreditamos que somos livres, mas na realidade, estamos envoltos em uma rede muito espessa de regras de conduta que, desde o nascimento até a morte, dirigem nesta ou naquela direção as nossas ações. (BOBBIO, 2016, p. 5)

Diante disso, torna-se possível defender que o princípio da dignidade humana requer ações de valorização da vida, as quais se evidenciam nas atitudes de alteridade, responsabilidade e respeito ao outro. Por esse motivo, quando as normas que regem tais atitudes são negligenciadas, faz-se necessário desenvolver ações de denúncia e resgate sobre o sentido de ser humano, ou seja, “é preciso denunciar circunstâncias que estão em contraste com a dignidade humana” (MARCILIO, 2012, p. 73).

É nessa direção que surgem estudos teóricos visando trabalhar com a perspectiva sobre o sentido da vida, assumindo que é por intermédio das relações humanas que o ser humano cresce, desenvolve e constitui sua identidade individual e coletiva. Afinal, ele é um ser social que precisa do outro, descobrindo o seu papel nos processos de humanização e conscientização de sua ação.

Para tal intento, surge o viés de sistematização por meio de Políticas Públicas, cuja extensão e alcance são notórios, uma vez que não atenderá uma demanda reprimida ou limitada. Sua função é assecuratória, protetiva e incluyente, na medida em que pensa estratégias direcionadas ao atendimento do estado brasileiro e as complexas relações que estão presentes na composição dos diferentes grupos sociais estabelecidos neste território diverso e plural.

É na constituição de Políticas Públicas que é possível implementar ações com escala de repercussão em nível nacional e até internacional, pois elas democratizam o acesso das pessoas aos programas efetivados, ao mesmo tempo em que abrem caminhos para estudos, pesquisa, produção e divulgação de ações que visam trabalhar com o problema levantado.

O sentido da reflexão-ação é de coibir as condutas por meio de práticas pautadas na formação da Cultura da paz. Afinal, a Cultura da paz não pode ser considerada uma forma discursiva, mas de ação e práxis formativa. Isso revela que:

A cultura de paz está intrinsecamente relacionada à prevenção e à resolução não violentados conflitos. É uma cultura baseada em tolerância e solidariedade, uma cultura que respeita todos os direitos individuais, que assegura e sustenta a liberdade de opinião e que se empenha em prevenir conflitos [...]. A cultura de paz procura resolver os problemas por meio do diálogo, da negociação e da mediação, de forma a tornar a guerra e a violência inviáveis. (UNESCO, 2010, p. 11-12)

Com essa direção e a partir da constatação do fenômeno 'violência', cabe refletir como a Cultura da paz pode impactar as relações conflituosas, a fim de resgatar os laços e o respeito perdidos no âmbito da estrutura familiar e social. Afinal, o fenômeno violência precisa ser encarado de frente pela sociedade – não minimizando seus efeitos e nem mesmo banalizando seus resultados, principalmente quando são produzidos no interior do núcleo familiar, em que, por tese, deveria oferecer segurança e bases vitais sobre convivência e bem-estar e, ainda, na prática de convivência comunitária, em que se tem a força e a influência de um grupo social.

Referências:

- ABRAMOVAY, M. e RUA, M. G. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001257/125791porb.pdf>
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: Iglu, 2011.
- BOBBIO, N. A. **Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOBBIO, N. **Teoria da Norma Jurídica**. Bauru, SP: Edipro, 2016
- DOMINGUES, G. S.; DOMINGUES, A.C.S. Quem precisa de direitos? O fenômeno violência em contraposição aos direitos e à moralidade cristã. **Revista Pistis e Praxis**, 2018. p. 59-77. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/pistispraxis/article/view/23587/22726>. Acesso em 20 de maio de 2021.
- MARCILIO, M. L. Fundamentos Éticos dos Direitos Humanos. In: SANTOS, I.; POZZOLI, L. **Direitos Humanos e Fundamentais e Doutrina Social**. São Paulo: Boreal Editora, 2012.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**. 2001, v. 1, n. 2., 2001.
- MINAYO, M. C. de S. e SOUZA, E. R. de: 'Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva'. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, IV(3): 513-531, nov. 1997-fev. 1998.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. **Combate à Negligência Contra Crianças e Adolescentes: Tipos de negligência**. 2021. Disponível em: <https://mpsc.mp.br/combate-a-negligencia-contra-criancas-e-adolescentes/tipos-de-negligencia>. Acesso em: 26 de outubro de 2021.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE [OMS]. **Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde**. Geneve: World Health Organization, 2002. p. 6.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Disponível em: <https://news.un.org/pt/tags/organizacao-mundial-da-sa%C3%BAde>. Acesso em: 24 de outubro de 2021.
- PINHEIRO, Débora Patrícia Nemer. A Resiliência Em Discussão. **Psicologia em Estudo**, v. 9, n. 1, p.67-75, 2004.
- UNESCO. **Cultura de Paz: da reflexão à ação; balanço da década internacional da cultura de paz e não violência em benefício das crianças do mundo**. Brasília: UNESCO. São Paulo: Associação Palas Athena, 2010.
- VICENTIN, S. C. T; VALLE, G. M. Relações familiares permeadas por violência sexual do pai contra a filha. In: VALLE, TGM., org. **Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções**, p. 177-200. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2KH8mrM>. Acesso em: 11 jun. 2020.

Fórum - 15 minutos

Diante do que foi apresentado sobre escuta sensível, como você descreveria sua importância no contexto da sala de aula?

Registre sua resposta no Fórum.

O que aprendi? - 5 minutos

Responda ao Quiz sobre o tema desenvolvido.

- Escolha a alternativa que completa corretamente a sentença: A _____ não pode ser considerada uma forma discursiva, mas de ação e práxis formativa.
 - Violência
 - Socialização
 - Formação
 - Cultura da paz
- Correlacione a segunda coluna de acordo com a primeira:
 - Pode ser definida como “todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um adulto (ou mais) em uma criança ou adolescente”.
 - Expressa-se na falta de alimentos, de vestimenta, de cuidados escolares e com a saúde, quando as falhas não são o resultado de circunstâncias fora do controle e alcance dos responsáveis pelos adolescentes e crianças.
 - Ocorre quando os adultos sistematicamente depreciam as crianças, bloqueiam seus esforços de autoestima e realização, ou as ameaçam de abandono e crueldade.

() Negligência - () Violência sexual - () Violência psicológica

 - b-c-a
 - a-b-c
 - b-a-c
 - c-a-b
- Quando não são proporcionadas à criança condições para a sua formação intelectual e moral, como a privação da escolaridade básica, as faltas escolares frequentes e sem justificativa e a permissividade perante hábitos que interferem no desenvolvimento (como o consumo de álcool e outras drogas). Esse é um tipo de negligência:
 - Emocional
 - Educacional
 - Física
 - Espiritual

4. Esse princípio “requer ações de valorização da vida, as quais se evidenciam nas atitudes de alteridade, responsabilidade e respeito ao outro. Por esse motivo, quando as normas que regem tais atitudes são negligenciadas, faz-se necessário desenvolver ações de denúncia e resgate sobre o sentido de ser humano”. O princípio contido nessa sentença diz respeito à:
- a) Dignidade humana
 - b) Solidariedade
 - c) Comunhão
 - d) Convivência social
5. É na constituição de Políticas Públicas que é possível implementar ações com escala de repercussão em nível nacional e até internacional, pois elas democratizam o acesso das pessoas aos programas efetivados, ao mesmo tempo em que abrem caminhos para estudos, pesquisa, produção e divulgação de ações que visam trabalhar com o problema levantado.
- Certo
 - Errado

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.

Filme sugerido: Anjos do Sol.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2U4PHZJI434>



ENCONTRO 5

Cultura da Paz e Pressupostos

Dimensão	Relacional
Propósito	Descrever a importância de viver e conviver com os pressupostos da cultura de paz.
Palavras-Chave	Cultura. Paz. Valor.
Ideia-Guia	A cultura de paz diz respeito a uma visão de mundo que privilegia o diálogo e a mediação para resolver conflitos, abandonando atitudes e ações violentas e respeitando a diversidade dos modos de pensar e agir.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

O que se pode denominar de cultura da paz?

E qual a sua implicação na prática da convivência humana?

Como desenvolver uma cultura de paz no contexto dos relacionamentos?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Definição de Palavras-Chave:

Cultura: Conjunto de costumes predominantes num grupo ou classe social [Cf.: contracultura.]. Tudo o que caracteriza uma sociedade qualquer, compreendendo sua linguagem, suas técnicas, artefatos, alimentos, costumes, mitos, padrões estéticos e éticos (cultura ianomâni/neolítica). Panorama de um país no que se refere ao movimento da criação e divulgação das artes, da ciência e das instituições a elas concernentes.

Fonte: <https://aulete.com.br/cultura>

Paz: Situação de concórdia e tranquilidade. Superação da violência e dos conflitos. Individualmente, harmonia interior, conciliação; calma.

Fonte: <https://aulete.com.br/paz>

Valor: Preço atribuído a algo: o valor de um terreno. Utilidade, valia: As ervas são de grande valor para a medicina. Importância, qualidade, mérito: É inegável o valor desse artista. Validade, legitimidade: documentos sem valor. Princípio ético (valores morais). 6. Qualidade pela qual uma coisa se torna importante para alguém.

Fonte: <https://aulete.com.br/valor>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

A CULTURA DA PAZ E CONVIVÊNCIA HUMANA

A convivência humana pode ser considerada um campo complexo das relações e do desenvolvimento humano. Tanto é que ela se torna alvo de estudos que abordam a presença de conflitos, relacionamentos, atos de violência e necessidade de se instaurar uma cultura de paz.

A Cultura da Paz é mais que uma teoria, é um modo de bem viver, como fruto da relação a ser estabelecida entre as pessoas. A partir da Cultura da Paz é possível desenvolver práticas de respeito à diferença, sem, contudo, impor comportamentos e valores contrários à visão de mundo eleita. O princípio a ser aplicado é de que toda vida humana tem valor; e isso independe de crença, posicionamento ideológico ou tradição adotada. Afinal:

A Cultura de Paz se insere em um marco de respeito aos direitos humanos e constitui terreno fértil para que se possam assegurar os valores fundamentais da vida democrática, como a igualdade e a justiça social. Essa evolução exige a participação de cada um de nós para dar aos jovens e às gerações futuras valores que os ajudem a forjar um mundo mais digno e harmonioso, um mundo de justiça, solidariedade, liberdade e prosperidade. (DISKIN; ROISMAN, 2002, p. 7)

Quando se aborda sobre a Cultura da paz é preciso pensar nas relações humanas a serem estabelecidas. Elas demandam o exercício da escuta e da alteridade. Por isso, a Cultura da paz tem seu início no contexto da família, visto ser o primeiro espaço de convivência em que o ser humano é inserido. É na família que são apresentados os conceitos de respeito, renúncia, convivência e diversidade.

É nesse sentido que a Cultura da paz se apresenta como um exercício de convivência entre iguais e diferentes. Ela é uma prática democrática, ao mesmo tempo em que respeita a diversidade constituída na sociedade. Assim, “a construção da cultura de paz, em nossa sociedade, poderá se concretizar como emergência de ações em parceria e relacionadas a uma forma de ser e de viver, que inclua o outro, com legitimidade e respeito” (SOARES. TEIXEIRA, 2018, p. 6).

A partir da prática constituída pela Cultura da paz, é possível fazer os enfrentamentos necessários com relação a atitudes de violência e desrespeito ao outro. Interessante é que a Cultura da paz traz, em si, um valor intrínseco, para que de fato possa ser consolidada na realidade social, que é a do amor. O amor é a base fundante para o estabelecimento de vínculos e relacionamentos. Ainda, faz-se necessário ressaltar que:

Educar para a paz é educar para a sobrevivência da civilização deste planeta, da humanidade, da espécie – mas a sobrevivência de todos com dignidade. Este é um ponto crucial: a dignidade de o indivíduo ser o que ele é, de poder aderir a um sistema de conhecimentos, de conhecer suas raízes, suas relações históricas, emocionais, sua religião, sua espiritualidade. Um indivíduo é diferente do outro, não há como negar que nós todos somos diferentes. Preservar essa diferença é algo fundamental para que a gente possa falar em uma sobrevivência com dignidade. (D’AMBROSIO, 2010, p. 48)

Por esse motivo, é que se torna indispensável desenvolver propostas formativas que versem sobre a educação para a paz. Ainda, sobre a Cultura da Paz, Navas (2018, p. 17) informa que ela “é um processo permanente, pessoal e intransferível de construção interior, de desenvolvimento pessoal da consciência, processo que é acessível a qualquer ser humano sem exceção, mas que exige ação, trabalho esforço, dedicação e compromisso”¹. Dito isso, cabe reiterar que:

[...] o ato de constituição dos direitos deve objetivar a busca da paz e da coexistência social. Afinal, não se pode vislumbrar os direitos como uma prerrogativa apenas correccional de um instituto legal, mas de uma necessidade advinda da própria sociedade para fazer valer acordos, contratos, regras, procedimentos, direitos e deveres, que visem produzir ou provocar o equilíbrio moral e justo nas práticas de convivência e existência sociais. (DOMINGUES; DOMINGUES, 2018, p. 61).

Nesta esteira, cabe trazer os estudos de Küng com respeito ao processo de construção da Cultura da paz. Ele analisou, dentre outras temáticas, os problemas que afetam o diálogo entre as religiões, concluindo que somente uma ética global pode assegurar a paz. Se na diversidade religiosa é possível trabalhar a favor da paz, muito mais no interior de cada família, desde que se criem as condições para isso. E essa é uma oportunidade que se vislumbra, e um objetivo que se persegue.

¹[...] es un proceso permanente, personal e intransferible de construcción interior, de desarrollo personal de la conciencia, proceso que es accesible a cualquier ser humano sin excepción, pero que exige acción, trabajo, esfuerzo, dedicación y compromiso. [Tradução nossa]

Nessa intenção-meta é que foi elaborada a Declaração de Ética Mundial, construída a várias mãos por um comitê redacional composto de representantes de diferentes religiões e sintetizada por Küng. Esse é um documento destinado ao Parlamento das Religiões Mundiais (KÜNG, 1993). Nesse documento são estabelecidos quatro preceitos ou parâmetros, com o objetivo de buscar o estabelecimento da ética para a Paz. Esses preceitos são: cultura de não violência e temor diante da vida; cultura de solidariedade e uma ordem econômica justa; cultura de tolerância e vida de veracidade; e cultura de igualdade de direitos e companheirismo entre homens e mulheres (KÜNG, 2001).

Os preceitos acima estão no horizonte do possível em uma sociedade que pense de forma concatenada as soluções construídas a várias mãos: poder público, instituições públicas e privadas, organizações que prezam pelo bem-estar das pessoas e cada família e, dentro dela, cada ente como responsável que assume o próprio destino e de toda a sociedade.

Refletir sobre uma cultura de Paz resulta em “acordar” o olhar para perceber as condições (carentes ou existentes), a fim de que se estabeleça um ethos familiar local e, quem sabe, mundial por entender a urgência de se produzir condições e materiais que levem em conta a diversidade, promovendo a boa convivência com potência para a pacificar as relações.

Metodologicamente os preceitos da Declaração de Ética Mundial podem ser estabelecidos como categoria de análise e elementos para se pensar o “como” fazer. Os preceitos são chamados inamovíveis, no sentido de não ser possível se ter maleabilidade com relação aos mesmos, contudo levando em conta a dinamicidade das relações, é preciso adequá-los à vida cotidiana e suas proposições.

- a) O primeiro preceito diz respeito à **cultura de não violência e cuidado diante da vida**. A tônica desse preceito é determinar a vida “não pelo egoísmo, mas pelo engajamento a favor dos semelhantes”. Sentimentos como ódio, inveja, ciúme e violência não podem e não devem ser fomentados nos indivíduos, grupos sociais/étnicos, nações e religiões.

Nesse preceito busca-se vislumbrar que se encontre posicionamento firme contra a violência, crime organizado e venda de drogas, cuja reflexão deve ser fomentada em todas as oportunidades e em todos os ajuntamentos, como por exemplo, em roda de pais, nas escolas.

Esse preceito, ainda, busca estabelecer o direito à vida e do desenvolvimento da personalidade, à integridade física de si e de outros seres da natureza, o combate à tortura e a qualquer tipo de discriminação, com resolução de conflitos de forma pacífica, pela promoção de diálogo, tolerância e respeito a outros povos e religiões. Sintetizado em uma frase: sentir temor diante da vida – é a missiva que se deve perseguir, desde a mais tenra idade.

- b) Segundo preceito: **compromisso com uma cultura de solidariedade e uma ordem econômica justa**. Está marcada fortemente a palavra ‘solidariedade’, que remete à conscientização com relação à vida em suas mais diferentes formas, confirma-se em meio a uma ordem econômica justa – entendendo ser necessário ir além do ocupar pessoas de outros países e culturas pelo potencial de produção, por exemplo, mas vê-los como “parceiros de forma integral e [que] busquem ter sensibilidade para com a história, a cultura e a religião das outras pessoas” (KÜNG, 2001, p. 182).

Isso indica a necessidade de uso de posses, em que se respeite as carências da terra (natureza), as relações de consumo, responsabilizando a todos a servir ao bem comum. Essa “posse” deve fazer com que haja inclinação ao servir o outro com as possibilidades de administração justa dos bens e poderes, tanto econômico, quanto político, ou qualquer outro, e a conseqüente remodelação de forma justas de suas estruturas.

Nesse preceito, as relações de consumo, o senso de comedimento e humildade e a predisposição ao respeito e conciliação são temas para reflexão, que podem ser implementados através de campanhas publicitárias que façam pensar e proponham ações efetivas nesse sentido.

- c) Terceiro preceito: **compromisso com uma cultura de tolerância e uma vida de veracidade**. A honestidade e a veracidade são temáticas que contribuem para o bem comum, e a paz mundial. Servir-se e pautar-se pela verdade é tratar dos princípios de veracidade, autenticidade, objetividade e honestidade nos meios de comunicação de massa, na arte, literatura, ciência, política e por todos os representantes (políticos, religiosos, educacionais e formadores), que militam na promoção da paz.

Em especial, conclama os jovens a cultivar a veracidade no pensamento, fala e ação – quem sabe oportunizando uma mudança de cultura que privilegie a verdade, enquanto condição necessária e imprescindível, para tomar decisões fundamentais. Criar instrumentos que mensurem como complementar na cultura familiar, ensinando o cultivo da veracidade como orientação ética para a vida.

- d) Quarto preceito: **cultura de igualdade de direitos e companheirismo entre homens e mulheres** (respeitai e amai uns aos outros). Indica uma vida de complementaridade entre homens e mulheres em que o respeito e a igualdade de direitos pautem as ações. Perceber as relações intersexos orientadas no valor da igualdade e companheirismo, pode ressignificar a sexualidade, por combater a visão de objeto ou dependência sexual, além de tornar consciente a sexualidade como força positiva, construtora e formadora. É mister trazer à baila a discussão e concomitantemente a formação de pessoas que percebam a importância do cultivo do respeito, compreensão e companheirismo nas relações pessoais e familiares.

Esse preceito trata da responsabilidade ética com relação às questões de seus meios profissionais, contudo, a realidade demonstra ser preciso, mesmo que em tom ensaístico, por conta da idade dos estudantes, abordar e construir conceitos com relação à vida, morte e questões como a bioética, sexual, ciência, dentre outras, e ainda a responsabilidade ética das classes profissionais (médicos, cientistas, comerciantes, jornalistas, políticos).

Sendo assim, os preceitos elencados na declaração de Ética Mundial serão aqueles que subsidiarão metodologicamente as ações a serem sistematizadas no âmbito da família e que visam trabalhar a Cultura da paz que se deseja no processo da formação e do desenvolvimento Humano. Esta possibilidade pode ser assim esquematizada:



Figura: **Formação Integral**

Fonte: Domingues, 2021.

A partir da aplicação dos preceitos no processo de construção da proposta teórico-metodológica, já se pode perceber que o eixo tem natureza relacional, visto que se compreende que é a partir dos vínculos estabelecidos entre as pessoas que o processo formativo assegura segurança, significação e reconhecimento de sua identidade (pessoal e coletiva).

Cabe agora descrever a finalidade a ser atribuída por cada preceito no âmbito do processo formativo, reconhecendo o espaço da família enquanto lugar de cuidado e proteção, visto que nela são desenvolvidos os primeiros laços afetivos e que irão balizar a visão de mundo de seus membros/participantes.

O preceito **“ética nos relacionamentos”** visa trabalhar com as questões morais que se fazem presentes no comportamento humano, incluindo noções de respeito à autoridade, cidadania, direitos e deveres.

O preceito **“valorização da vida”** ressalta a sua importância, apresentando cuidados e atitudes preventivas, o que implica o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento dos filhos. Essas atitudes abrangem campanhas de vacinação, aleitamento materno, alimentação saudável e espaços de lazer e convivência.

O preceito **“solidariedade”** envolve ações comunitárias, exercitando alteridade e compaixão pelo próximo. Assim, são propostas designadas ao bem-estar e ao convívio social, tais como campanhas e práticas empreendedoras, visando o desenvolvimento das pessoas inseridas no contexto comunitário.

O preceito **“economia justa”** objetiva apresentar meios de instrumentalizar a família na gestão do orçamento familiar. Aprendendo a aproveitar oportunidades, avaliando a situação e evitando desperdício. Na economia justa aprende-se o princípio de compartilhar o sustento de maneira isonômica.

O preceito de **“igualdade”** estabelece que a responsabilidade da educação é dos pais ou responsáveis pelos filhos. Aqui, não existe uma separação de papéis exercidos, com relação ao processo formativo – antes, é defendido a corresponsabilização e coparticipação dos pais e dos responsáveis pelo bem-estar dos filhos.

Ao trabalhar os preceitos da Cultura da paz, é possível estabelecer conexões com as aprendizagens, experiências e vivências, uma vez que por seu intermédio pode-se trabalhar com a formação integral do ser humano, envolvendo as dimensões física, cognitiva, espiritual, emocional e social. Isso indica que existe uma preocupação tanto com o desenvolvimento da identidade do ser humano como do seu equilíbrio e bem-estar físico, emocional, espiritual e social.

Referências:

D'AMBROSIO, U. Cultura de Paz e Pedagogia da Sobrevivência. In: Unesco. **Cultura de Paz: da reflexão à ação; balanço da década internacional da promoção da cultura de paz e não violência em benefício das crianças do mundo.** Brasília: UNESCO. São Paulo: Associação Palas Athena, 2010.

DISKIN, L. Práticas bem-sucedidas na implementação da cultura de paz no Brasil. In: Unesco. **Cultura de Paz: da reflexão à ação; balanço da década internacional da promoção da cultura de paz e não violência em benefício das crianças do mundo.** Brasília: UNESCO. São Paulo: Associação Palas Athena, 2010.

DISKIN, L.; ROIZMAN, L. G. **Paz, como se faz?** Semeando cultura de paz nas escolas. Sergipe: Unesco; Associação Palas Athena, 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001467/146767por.pdf>. Acesso 26 de outubro de 2021.

DOMINGUES, G. S; DOMINGUES, A.C.S. Quem precisa de direitos? O fenômeno violência em contraposição aos direitos e à moralidade cristã. **Revista Pistis e Praxis**, 2018. p. 59-77. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/pistispraxis/article/view/23587/22726>. Acesso em 20 de maio de 2021.

KÜNG, Hans. **Projeto de ética mundial: Uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana.** 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2001.

KÜNG, H. **Declaração do parlamento das religiões do mundo.** 1993. Disponível em: https://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/Hans_Kung_DECLARACAO_PARLAMENTO_RELIGIOES_MUNDO.pdf Acesso em 26/05/2021

SOARES, E.M do S.; TEIXEIRA, L.M. Práticas educativas e cultura de paz: articulando saberes e fazeres. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2018.

● Fórum - 15 minutos

Dos preceitos apresentados, qual você trabalharia em primeiro lugar. Por quê? Registre sua resposta no fórum.

● O que aprendi? - 5 minutos

Responda ao Quiz sobre o tema desenvolvido.

1. Escolha a alternativa que completa a sentença corretamente:
"O preceito _____ ressalta a sua importância, apresentando cuidados e atitudes preventivas, o que implica o acompanhamento do crescimento e do desenvolvimento dos filhos. Essas atitudes abrangem campanhas de vacinação, aleitamento materno, alimentação saudável e espaços de lazer e convivência".
 - a) Socialização
 - b) Valorização da vida
 - c) Ética
 - d) Solidariedade
2. Leia as afirmativas e estabeleça se elas apresentam argumentos verdadeiros (V) ou falsos (F).
 - a) É a partir dos vínculos estabelecidos entre as pessoas que o processo formativo assegura segurança, significação e reconhecimento de sua identidade pessoal e coletiva. ()
 - b) O preceito "solidariedade nos relacionamentos" visa trabalhar com as questões morais que se fazem presentes no comportamento humano, incluindo noções de respeito à autoridade, cidadania, direitos e deveres. ()
 - c) Os preceitos elencados na declaração de Ética Mundial serão aqueles que subsidiarão metodologicamente as ações a serem sistematizadas no âmbito da família e que visam trabalhar a Cultura da paz. ()
 - d) Na cultura da tolerância, a honestidade e a veracidade são temáticas que contribuem para o bem comum e a paz mundial. ()

A sequência correta está em:

- I) a (V); b (F); c (F); d (V)
- II) a (F); b (V); c (V); d (V)
- III) a (V); b (V); c (V); d (F)
- IV) a (V); b (F); c (V), d (V)

3. Nessa dimensão busca-se vislumbrar que se encontre posicionamento firme contra a violência, crime organizado e venda de drogas, cuja reflexão deve ser fomentada em todas as oportunidades e em todos os ajuntamentos, como por exemplo em roda de pais, nas escolas. Está se falando da dimensão:
 - a) Cultura da não violência
 - b) Solidariedade
 - c) Ética
 - d) Valorização da vida

4. Esse preceito indica uma vida de complementaridade entre homens e mulheres em que o respeito e a igualdade de direitos pautem as ações. Ele é denominado:
- () Cultura da não violência
 - () Cultura da tolerância
 - () Cultura de igualdade
 - () Cultura da socialização
5. Nesse preceito, as relações de consumo, o senso de comedimento e humildade, e a predisposição ao respeito e conciliação, são temas para reflexão, que podem ser implementados através de campanhas publicitárias que façam pensar, e proponham ações efetivas nesse sentido. Essa frase faz referência ao preceito de:
- () Tolerância
 - () Economia justa
 - () Igualdade
 - () Ética

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.

https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-cultura-paz_2.pdf

<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-praticas-educativas.pdf>



ENCONTRO 6

Competências Socioemocionais e Princípios para Convivência

Dimensão	Relacional
Propósito	Desenvolver o estudo sobre competências socioemocionais e princípios direcionados à convivência social.
Palavras-Chave	Convivência. Princípios. Competência. Educação Socioemocional.
Ideia-Guia	As competências socioemocionais envolvem o conjunto de aptidões desenvolvidas a partir da inteligência emocional de cada indivíduo para relacionar-se com o mundo e com os outros.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

Qual a contribuição das competências socioemocionais para a convivência humana?
Que princípios podem ser desenvolvidos em prol da convivência humana?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Definição de Palavras-Chave:

Convivência: Ação ou resultado de conviver ou de estar junto com frequência [+ de... com, entre: convivência dos pais com os filhos: convivência entre as pessoas. O relacionamento contínuo entre pessoas que convivem. Coexistência simultânea e harmoniosa entre seres ou coisas distintos.

Fonte: <https://aulete.com.br/convivência>

Princípios: Ação ou resultado de principiari; começo, início, origem. O momento em que se faz alguma coisa pela primeira vez; a primeira formação de uma coisa. Causa primária. Valor moral, dignidade: É um homem de princípios. Preceito, regra, lei (princípio de geometria/de direito).

Fonte: <https://aulete.com.br/princípios>

Competência: Capacidade de realizar algo de modo satisfatório; aptidão. Possibilidade de realizar tarefas, considerando uma hierarquia ou a necessidade de qualificação; poder ou autoridade daí decorrente. Conjunto de conhecimentos, capacitações, habilidades etc.: venceu graças a sua competência.

Fonte: <https://aulete.com.br/competência>

Educação socioemocional: A educação socioemocional refere-se ao processo de entendimento e manejo das emoções, com empatia e pela tomada de decisão responsável.

Fonte: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

E POR FALAR EM PRINCÍPIOS E COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

A prática dos relacionamentos é norteada por princípios para a convivência humana, os quais favorecem os relacionamentos estabelecidos entre pessoas e grupos sociais distintos. Imagine a instauração de uma situação-problema envolvendo torcidas de times diferentes. Estenda isso a questões pertinentes à cultura, religião, preferências e tomada de decisão. De fato, situações como essas são desafiadoras e na ausência de princípios para a convivência, seria como gerir o caos, não é verdade?

Os princípios para a convivência possibilitam a prática cidadã fundamentada no respeito, na responsabilidade, na tolerância, na fraternidade, na igualdade, na liberdade e no amor. Eles asseguram que homens e mulheres desenvolvam comportamentos: atitudes pautadas na boa convivência e no bom senso, sendo indispensáveis à vida em sociedade.

Os princípios para a convivência associados ao desenvolvimento das competências socioemocionais surtem um efeito positivo na dinâmica do viver em conjunto, principalmente, porque oportunizam o equilíbrio das condutas ao mesmo tempo em que são apropriados pelos grupos sociais como elementos essenciais para vida em sociedade.

Ainda, os princípios para a convivência possibilitam tecer avaliações sobre comportamentos, atitudes e ações dos grupos sociais e que podem ser absorvidos ou não em suas vivências cotidianas. Isso indica que os princípios de convivência criam referenciais a serem aplicados nos relacionamentos, seja de natureza pessoal ou interpessoal.

É preciso considerar que na esteira de um princípio para a convivência, a sociedade pode orquestrar a vida em sociedade, estabelecendo normas e parâmetros a serem observados pelas pessoas e grupos sociais. Por conta disso, não há como se pensar em convivência sem levar em consideração os princípios, pois eles podem trazer harmonia no processo de socialização de ideias, conhecimento, cultura, crenças e interesse voltado ao bem comum. Sobre isso Del Prette; Del Prette (2010, p. 109) asseguram que:

Seja no ambiente natural, seja em contextos estruturados, a aquisição e o aperfeiçoamento das habilidades sociais ocorrem por meio de diferentes processos de aprendizagem como: a modelagem via reforçamento diferencial, o seguimento de regras (instrução) e a imitação via observação.

Um desenho que pode ilustrar a dinâmica dos princípios de convivência na sociedade assumiria tal estruturação:



Fonte: Domingues, 2021.

Os princípios para a convivência social dinamizam a diversidade de relacionamentos que podem ser vividos no interior da sociedade. Afinal, o ser humano pertence a diferentes grupos, por meio de suas composições, estruturas e normas sociais. Pode-se dizer que, grosso modo, homens e mulheres participam de mais de quatro grupos sociais, tais como: família, comunidade, escola/formação, trabalho, amizade, religião/crença, esporte, lazer. É nos grupos sociais que se aprende a conviver com o diferente, respeitando e sendo responsável por ações e decisões.

A partir dos grupos sociais é possível desenvolver competências, as quais serão aplicadas em situações-problema. O termo competência é definido como: “como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2017, p. 8).

As competências envolvem habilidades de cunho prático, cognitivo e socioemocional, visto que elas demandam a necessidade de o ser humano obter meios, ferramentas e estratégias para serem aplicadas nas práticas da vida. Por isso, não se limitam ao mundo do trabalho, mas ao exercício cidadão de ser, viver, conviver, aprender e fazer individual e coletivo.

É no exercício cidadão que se pode situar as competências socioemocionais ou habilidades sociais. Afinal, elas são revestidas de ações que se concretizam nos relacionamentos pessoais e interpessoais. Isso indica que elas podem ser impulsionadoras do desenvolvimento humano e que atingem o indivíduo, como também a presença de outros por meio dos vínculos estabelecidos.

Definem-se habilidades sociais como “um construto descritivo dos comportamentos sociais valorizados em determinada cultura com alta probabilidade de resultados favoráveis para o indivíduo, seu grupo e comunidade que podem contribuir para um desempenho socialmente competente em tarefas interpessoais” (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2018, p. 24).

Para entender o grau de influência das competências socioemocionais, faz-se uso da explicação de Bisquerra (2000/2009), ao descrever seus cinco níveis de atuação, a saber: 1º) Consciência de si e de outras pessoas; 2º) Gerenciamento apropriado das emoções, potencializando as positivas e minimizando as negativas; 3º) Atitude positiva em relação a si e a vida. Este nível tem a ver com autoestima e em caso de dificuldade, recorre-se à ajuda externa; 4º) Capacidade de comunicação e adoção de atitudes de respeito para com o outro; e 5º) Capacidade de adotar comportamentos apropriados e responsáveis, buscando a preservação do bem-estar.

A partir dos níveis de atuação da competência socioemocional é possível dizer que ela desenvolve capacidades e habilidades que possibilitam a pessoa viver bem consigo mesmo, com o outro e o meio, adotando princípios de convivência que favoreçam os relacionamentos e o bem-estar de todos. Nesse entendimento, Del Prette; Del Prette (2005, p. 66) apresentam três dimensões a serem consideradas nos relacionamentos interpessoais: pessoal, situacional e cultural. Eles explicitam sobre as dimensões:

A dimensão pessoal refere-se aos componentes comportamentais (fazer/responder perguntas, pedir/dar feedback, fazer pedidos, elogiar, recusar etc), cognitivo-afetivos (conhecimentos prévios, autoconceito, objetivos e valores pessoais, empatia, resolução de problemas, auto-instrução, auto-observação etc) e fisiológicos (taxa cardíaca, respiração) do desempenho social. As características dos interlocutores e das demandas do contexto em que ocorre o desempenho interpessoal (com o reconhecimento de que diferentes situações criam demandas sociais diferenciadas) compõem a dimensão situacional das habilidades sociais. A dimensão cultural destaca o papel fundamental que as normas, valores e regras das diferentes culturas exercem sobre o desempenho social.

Diante das dimensões é possível deduzir que as competências socioemocionais favorecem a vida em comunidade, na medida em que as relações mantidas, pessoais e interpessoais, observam regras de convivência e buscam manter o bem comum.

Isso indica que não é uma ação isolada, mas coletiva e participativa, que requer compromisso, engajamento, força de vontade e reconhecimento pelo outro.

As competências socioemocionais ajudam o indivíduo a conhecer a si mesmo, ao outro, descobrindo formas de manter o equilíbrio de suas ações a fim de que possa conviver com paz. Elas evidenciam a necessidade que o ser humano tem para aprender a arte de viver, fazer, ser e conviver.

A BNCC (2010) apresenta as dez competências socioemocionais a serem desenvolvidas no processo ensino e aprendizagem. São elas:

- 1) Utilização e valorização dos conhecimentos construídos sobre o mundo social, físico e cultural;
- 2) Exercício de curiosidade intelectual e uso de abordagem própria das ciências a fim de elaborar hipóteses;
- 3) Desenvolvimento de senso estético, visando valorizar e reconhecer as várias manifestações culturais e artísticas;
- 4) Utilização de conhecimento das linguagens artística, multimodal, científica, matemática, digital e tecnológica;
- 5) Utilização de tecnologias digitais de informação e de comunicação de forma significativa, crítica, reflexiva e ética;
- 6) Compreensão das relações do mundo do trabalho e tomadas de decisões alinhadas ao projeto de vida profissional, pessoal e social;
- 7) Argumentação com base em dados, informações e fatos confiáveis para negociar, formular e defender pontos de vista e ideias;
- 8) Autoconhecimento e reconhecimento de suas emoções e das outras pessoas com capacidade de lidar com elas e com a pressão do grupo;
- 9) Exercício de diálogo, empatia, cooperação e resolução de conflitos, fazendo-se respeitar e promover respeito ao outro;
- 10) Ação pessoal e coletiva com responsabilidade, autonomia, resiliência, flexibilidade e determinação.

Observa-se que as competências versam sobre os campos do fazer, do aprender, do ser e do conviver. Por isso, assumem um espaço de significação no contexto formativo, uma vez que preparam o ser em formação para viver em comunidade.

Referências:

BISQUERRA, R. **Educación emocional y bienestar**. Barcelona: Praxis, 2000. BISQUERRA, R. *Psicopedagogía de las emociones*. Madrid: Síntesis, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal. **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC. Brasília: MEC, 2017.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Competência Social e Habilidades Sociais**: manual teórico-prático. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. Habilidades sociais e análise do comportamento: Proximidade histórica e atualidades. **Revista Perspectivas**, [s.l.], v. 1, n. 2, p. 104-115, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pac/v1n2/v1n2a04.pdf>.

DEL PRETTE, Z. A. P.; PAIVA, M. L. M. F.; DEL PRETTE, A. Contribuições do referencial das habilidades sociais para uma abordagem sistêmica na compreensão do processo de ensino-aprendizagem. **INTERAÇÕES**, São Paulo v. X, n. 20, p.57-72, jul-dez, 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/inter/v10n20/v10n20a05.pdf>.

Fórum - 15 minutos

Diante do que foi abordado, explique a razão de desenvolver as competências socioemocionais no processo da formação humana. Anote sua resposta no Fórum.

● O que aprendi? - 5 minutos

Responda ao Quiz a partir dos estudos desenvolvidos.

1. As competências socioemocionais favorecem a vida em comunidade, na medida em que as relações mantidas, pessoais e interpessoais, observam regras de convivência e buscam manter o bem comum. Essa afirmação está:
 - a) Correta
 - b) Errada
2. É denominada de um construto descritivo dos comportamentos sociais valorizados em determinada cultura com alta probabilidade de resultados favoráveis para o indivíduo, seu grupo e comunidade que podem contribuir para um desempenho socialmente competente em tarefas interpessoais. Está se falando de:
 - a) Competências cognitivas
 - b) Competências afetivas
 - c) Competências socioemocionais
 - d) Competências psicoativas
3. As alternativas apresentam os cinco níveis de atuação das habilidades sociais, EXCETO em:
 - a) Consciência de si e de outras pessoas;
 - b) Gerenciamento apropriado das emoções, potencializando as positivas e minimizando as negativas;
 - c) Atitude positiva em relação a si e à vida. Este nível tem a ver com autoestima e em caso de dificuldade, recorre-se à ajuda externa;
 - d) Capacidade de falar consigo mesmo, por isso não se faz necessário adotar atitudes de respeito para com o outro.
4. Os princípios para a convivência dinamizam os relacionamentos. Dentre eles é possível citar, EXCETO:
 - a) Duelo
 - b) Igualdade
 - c) Amor
 - d) Respeito
5. As competências envolvem _____ de cunho prático, cognitivo e socioemocional, visto que demandam a necessidade de o ser humano obter meios, ferramentas e estratégias para serem aplicadas nas práticas da vida.
 - a) Ações
 - b) Visões
 - c) Habilidades
 - d) Dimensões

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.

MÓDULO 3

3 – DIMENSÃO AFETIVA – Carga Horária: 4 horas

A dimensão afetiva trabalhará sob o viés da teoria do apego. Propõe o desenvolvimento dos conhecimentos que a sustentam como prática a ser efetivada. Na dimensão afetiva podem ser contemplados problemas de autoimagem, autoafirmação, alteridade e desenvolvimento de vínculos afetivos. Os estudos teóricos dessa Dimensão foram desenvolvidos por Hartmut August e Mariluce Emerim de Melo August.

ENCONTRO	TEMA	PALAVRAS-CHAVE	IDEIA-GUIA	MODELO ECOLÓGICO SOCIAL
1	Teoria do Apego e suas Bases Teórico-Metodológicas	Apego Metodologia	A teoria do apego amplia a compreensão da autoimagem autoafirmação, alteridade e desenvolvimento de vínculos afetivos.	Eu/Família
2	Vínculos Afetivos e o Ciclo de Segurança	Afetividade Segurança Vínculo	O ciclo de segurança é a base de apoio para a teoria do apego.	Eu Família Comunidade
3	Apegos Seguros e Inseguros	Apego Seguro Inseguro	Distinguir a diferença existente entre apegos seguros e inseguros na infância e adolescência.	Eu Família
4	Estilo de Apegos e Relacionamentos	Apego Estilo Relacionamento	O estilo de apego é mensurado de acordo com os níveis de segurança, ansiedade e evitação em determinado relacionamento de apego.	Eu Família Comunidade
5	Sistemas de Apego	Sistema Apego	A Teoria do Apego é sistematizada para que possa ser aplicada de forma efetiva e consistente atingindo os alvos a que se propõe.	Eu Família Comunidade
6	Práticas de Intervenção de Mentoria para Proteção da Vida	Intervenção Mentoria	Teoria do Apego envolve a intervenção de um mentor para que possa ser efetivada.	Eu Família Comunidade

ENCONTRO 1

Teoria do Apego e suas Bases Teórico-Methodológicas

Dimensão	Afetiva
Propósito	Compreender as bases teórico-metodológicas sobre a Teoria do Apego.
Palavras-Chave	Apego. Metodologia.
Ideia-Guia	A teoria do apego amplia a compreensão da autoimagem autoafirmação, alteridade e desenvolvimento de vínculos afetivos.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

Quais as implicações da teoria do apego no desenvolvimento integral do ser humano?

O que se define por teoria do apego e quais são seus pressupostos?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Pesquisa Palavras-Chave:

Apego: Dedicção obstinada. Afeição, afeto.

Fonte: <https://aulete.com.br/apego>

Metodologia: Conjunto de métodos. Parte da lógica que trata dos métodos das diferentes ciências. Conjunto de regras para realizar uma pesquisa.

Fonte: <https://aulete.com.br/metodologia>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

O OBJETO DE ESTUDO DA TEORIA DO APEGO

A Teoria do Apego, primariamente, estuda o vínculo formado entre bebês com as mães e cuidadores e se estende para os laços desenvolvidos entre os adultos. A proposta defendida na Teoria do Apego é que o ser humano veio ao mundo para formar laços com os demais e, se assim o é, certamente abrange a vida humana como um todo.

A Teoria do Apego foi inicialmente estruturada pelo psicanalista e pesquisador John Bowlby (1907-1990), (BOWLBY, 2002, 2004a, 2004b). Enquanto nos anos 1930 os membros da Sociedade Britânica de Psicanálise estavam ocupados com a exploração do mundo de fantasias de adultos e crianças, Bowlby direciona sua atenção às experiências reais das pessoas. Como psiquiatra envolvido no trabalho com crianças e famílias, ele se vê confrontado diariamente com o impacto dos problemas emocionais dos pais sobre as crianças, percebendo a necessidade de desenvolver uma nova teoria de controle da motivação e do comportamento.

A Teoria do Apego foi construída sobre a ciência mais avançada, visto que não fez uso das teorias clássicas apresentadas por Freud e desenvolvidas por seus seguidores. Ele próprio afirma que se distancia da psicanálise clássica e apresenta em seus mais recentes trabalhos uma abordagem com base nos princípios da psicologia cognitiva (BOWLBY, 2004a, p. 37).

Bowlby fundamenta a Teoria do Apego com ajuda da psicologia do desenvolvimento, ciência cognitiva, biologia evolucionária, etologia e teoria dos sistemas de controle. Ele propõe que o elemento mais relevante na relação entre a criança e seus pais é o vínculo – ou apego, que se estabelece entre eles desde a mais tenra idade (BOWLBY, 2004a, p. XVIII).

Inúmeras pesquisas têm demonstrado como os vínculos vivenciados na infância influenciam a vida adulta, além de oferecer segurança aos relacionamentos, o que possibilita benefícios ao desenvolvimento do ser humano em formação. Logo, Dalben e Dell’aglio (2005, p. 10) asseveram que:

[...] o que se compreende é que as relações de apego têm uma função-chave na transmissão de características transgeracionais em relacionamentos entre cuidadores e suas crianças. Nesse sentido, as relações parentais e rupturas de vínculos primários por perda ou abandono têm um impacto transcendente ao desenvolvimento individual, pelo fato de que instauram um padrão internalizado de funcionamento e de interação (FONAGY, 1999). Nesses processos, as rupturas de vínculos são inevitáveis, mas, segundo J. Lewis (2000), a possibilidade de crescimento e a formação de novos laços afetivos dependerão de como essas experiências de ruptura foram vivenciadas e elaboradas.

A compreensão de como os apegos afetivos são construídos, a identificação dos diferentes estilos de apego e suas manifestações nas diferentes esferas da vida ajudam nas iniciativas de restabelecimento da dignidade do ser no sentido emocional, espiritual e cognitivo.

Para Bowlby (2004, p. 38), “o comportamento de apego é interpretado como qualquer forma de comportamento que resulta na consecução ou conservação, por uma pessoa, da proximidade de alguma outra [pessoa] diferenciada ou preferida”; e com o passar do tempo, esse comportamento leva ao desenvolvimento de laços afetivos ou apegos.

Esses laços afetivos ou apegos permanecem ativos durante todo o ciclo vital por contribuírem para a sobrevivência da pessoa, na medida em que a figura de apego protege e cuida da pessoa apegada (BOWLBY, 2004a, p. 39, 40).

As expressões “figura de apego” ou “cuidador/a”, como utilizadas nesse estudo, remetem à pessoa (ou às pessoas) responsável pelo cuidado e segurança de outra pessoa. Na infância, normalmente, essa função será desempenhada pela mãe e pelo pai. Porém, muitas crianças são educadas por outros adultos, como avós, tios, madrastas e padrastos, mães e pais adotivos e assim por diante. Na vida adulta, outras pessoas irão assumir a função de figura de apego ou cuidador/a, como será visto adiante.

É possível, também, afirmar que “o sistema de apego consiste num dispositivo de regulação interpessoal” (MIKULINCER; SHAVER, 2010, p. 254). Assim, mediante mecanismos de busca de proteção e de segurança para a exploração do ambiente, serão estabelecidos os padrões de apego entre a pessoa e seu cuidador. Ao longo do tempo, o indivíduo avalia o progresso que está fazendo em obter apoio e conforto da figura de apego, corrigindo as ações, se necessário, para alcançar os objetivos de obter apoio e conforto.

O ESPAÇO DA ESPIRITUALIDADE

A dimensão da espiritualidade precisa ser levada em consideração ao abordar o desenvolvimento humano. Isso porque, essa dimensão está associada diretamente ao sentido da existência humana. Ela informa sobre a maneira como cada um experimenta, explica, nega e interage com outras pessoas e com a realidade.

A partir da espiritualidade, o ser humano estabelece sua visão de mundo e isso não está associado a uma única maneira de projetar a sua fé. Antes, ela se estabelece pelo desejo do ser humano em construir significados para a realidade em que vive, atribuindo sentidos à sua própria vida.

É nessa direção que a espiritualidade possibilita ao ser humano a eleição de lentes que lhe ajudarão a estabelecer leituras e interpretações sobre a realidade, o que indica a presença de uma variedade de lentes e o ato de escolha do ser humano sobre aquela que fornece respostas satisfativas sobre a vida. Afinal, a espiritualidade pode ser considerada “como um modo de vida permanente e coerente” (ELWELL, 1990, p. 61).

O modo de vida permanente e coerente apresenta razões, ações e visões que são incorporadas nos relacionamentos. Por intermédio das interrelações é possível compreender os princípios, valores e atitudes que pautam a vida do ser humano, ou seja, o que ele acredita, valoriza, defende e significa seus posicionamentos e decisões.

A espiritualidade também pode ser contemplada na Teoria do Apego, pois envolve a necessidade de estabelecer relacionamentos. Esses relacionamentos podem ser percebidos na esfera física, como sobrenatural. Afinal, não se pode descartar o mistério da vida do ser humano.

Nas últimas décadas têm surgido estudos aproximando os campos de pesquisa da ciência das religiões com a psicologia cognitiva na perspectiva da Teoria do Apego. Os pesquisadores de referência nessa área são os psicólogos Lee A. Kirkpatrick, Phillip R. Shaver e Pehr Granqvist. Eles utilizam a perspectiva da Teoria do Apego para aproximar os campos de pesquisa da ciência da religião à psicologia cognitiva. Suas pesquisas empíricas abriram novas perspectivas para a compreensão das experiências religiosas. O estudo pioneiro nessa área foi publicado por Kirkpatrick e Shaver em 1990 sobre a correlação entre as experiências de apego na infância e as práticas religiosas na vida adulta. Posteriormente, Granqvist (1998, p. 343) ampliou as pesquisas sobre a influência do apego na infância na religiosidade adulta.

Os conceitos da Teoria do Apego que identificam um relacionamento de apego interpessoal também estão presentes numa relação de apego a Deus: A pessoa apegada procura proximidade com Deus, particularmente quando está assustada ou alarmada; Deus proporciona à pessoa apegada cuidado e proteção, na função de porto seguro; Deus proporciona uma sensação de segurança, na função de base segura; A ameaça de separação de Deus causa ansiedade na pessoa apegada; A ‘perda’/afastamento de Deus causa luto na pessoa apegada. Visto que essas cinco características de uma relação de apego interpessoal podem também ser encontradas no relacionamento de uma pessoa com Deus (ou ser superior), Kirkpatrick argumenta que “Deus atua efetivamente como uma figura de apego. [...] para muitas pessoas em muitas religiões, este sistema de apego está fundamentalmente envolvido em seus pensamentos, crenças e raciocínios sobre Deus e seu relacionamento com Deus” (KIRKPATRICK, 2005, p. 55, 56).

Kirkpatrick (2005, p. 238, 239), com base nessa abordagem, entende que a imagem que a pessoa projeta de “Deus ou várias divindades ou figuras sobrenaturais” combina elementos das qualidades maternas e paternas estereotipadas”, sendo, portanto, mediada pelos comportamentos humanos (KIRKPATRICK, 2005, p. 81). Como consequência, “a premissa básica dessa concepção é que esse sistema de apego [interpessoal] [...] está por trás dos pensamentos e crenças religiosas” (KIRKPATRICK, 2005, p. 101). Portanto, para o autor, “as diferenças individuais nas crenças e práticas religiosas devem estar empiricamente relacionadas de alguma maneira às diferenças individuais no relacionamento com pais, parceiros românticos ou outras figuras humanas de apego”.

Ao considerar Teoria do Apego, compete agora estabelecer a maneira como elas atuarão no processo da formação humana, elegendo como ponto de partida o núcleo familiar. É claro que não se pode trabalhar o núcleo familiar isoladamente – antes, é preciso pensar em ações conjuntas com outras instituições da sociedade, visando o pleno desenvolvimento do ser em formação.

Referências:

- ALLEN, J. G. **Restoring mentalizing in attachment relationships**: treating trauma with plain old therapy. 1st ed ed. Arlington, VA: American Psychiatric Pub., Inc, 2013.
- ATTILI, G. **Apego & Amor**. São Paulo: Paulinas, 2006.
- AUGUST, H.; ESPERANDIO, M. R. G. Apego a Deus – Revisão Integrativa de Literatura Empírica. REVER - **Revista de Estudos da Religião**, 2020.
- BECK, R. God as a secure base: attachment to God and theological exploration. **Journal of Psychology and Theology**, Summer. v. 34(2), p. 125–133, 2006.
- BONHOEFFER, D. **Life Together**. Minneapolis, MN: Fortress Press, 2015.
- BOWLBY, J. The influence of early environment in the development of neurosis and neurotic character. **International Journal of Psycho-Analysis**, vol. 21, 1940, p. 1-25.
- BOWLBY, J. Forty-four juvenile thieves: Their characters and home life. **International Journal of Psycho-Analysis**, vol. 25, 1944, p. 107-127
- BOWLBY, J. **A Secure Base: Parent-Child Attachment and Healthy Human Development**. Reprint edition ed. New York: Basic Books, 1988.
- BOWLBY, J. **Apego e Perda: Apego**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. v. 1
- BOWLBY, J. **Apego e Perda: Tristeza e Depressão**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. v. 3
- BOWLBY, J. **Apego e Perda: Separação**. São Paulo: Martins Fontes, vol. 2, 1984.
- BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BOWLBY, J. **Uma base segura: Aplicações clínicas da Teoria do Apego**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- KIRKPATRICK, L. A. **Attachment, evolution, and the psychology of religion**. New York: Guilford Press, 2005.
- KIRKPATRICK, L. A.; SHAVER, P. R. Attachment Theory and Religion: Childhood Attachments, Religious Beliefs, and Conversion. **Journal for the Scientific Study of Religion**, v. 29, n. 3, p. 315, set. 1990.
- KIRKPATRICK, L. A.; SHAVER, P. R. **An Attachment – Theoretical Approach to Romantic Love and Religious Belief: Personality and Social Psychology Bulletin**, 1992.
- LEVINE, A.; HELLER, R. S. F. **Apegados**. Um guia prático e agradável para estabelecer relacionamentos românticos recompensadores. Ribeirão Preto: [s.n.].
- WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- YOUNG, J. E.; KLOSKO, J. S.; WEISHAAR, M. E. **Terapia do esquema: guia de técnicas cognitivo-comportamentais inovadoras**. [s.l.] Grupo A - Artmed, 2008.

● Fórum - 15 minutos

Agora que você conheceu o conceito da Teoria do Apego, registre no Fórum uma contribuição que esta teoria pode oferecer ao desenvolvimento integral do ser humano.

● O que aprendi? - 5 minutos

Responda ao Quiz com base nos estudos desenvolvidos:

1. A Teoria do Apego, primariamente, estuda o vínculo formado entre bebês com as mães e cuidadores e se estende para os laços desenvolvidos entre os adultos.
 - a) Certo
 - b) Errado

2. Julgue as seguintes afirmativas:
- I. É possível trabalhar o núcleo familiar isoladamente
 - II. Por isso, não é preciso pensar em ações conjuntas com outras instituições da sociedade, visando o pleno desenvolvimento do ser em formação.

De acordo com as assertivas, conclui-se que:

- a) Elas estão corretas
 - b) A primeira está correta
 - c) Ambas estão erradas
 - d) A segunda está correta
3. Considere se as afirmativas são verdadeiras (V) ou falsas (F).
- a) Por intermédio das interrelações é possível compreender os princípios, valores e atitudes que pautam a vida do ser humano, ou seja, o que ele acredita, valoriza, defende e significa seus posicionamentos e decisões.
 - b) A espiritualidade não pode ser contemplada na Teoria do Apego, isso porque ela não envolve a necessidade de estabelecer relacionamentos.
 - c) As expressões “figura de apego” ou “cuidador/a”, como utilizadas neste estudo, significam a pessoa ou as pessoas responsáveis pelo cuidado e segurança de outra pessoa.
 - d) Os laços afetivos ou apegos permanecem ativos durante todo o ciclo vital por contribuírem para a sobrevivência da pessoa, na medida em que a figura de apego protege e cuida da pessoa apegada.

A sequência correta está em:

- I. a (V), b (F), c (V), d (F)
- II. a (V), b (F), c (F), d (V)
- III. a (V), b (V), c (F), d (F)
- IV. a (F), b (V), c (V), d (V)
- V. a (V), b (F), c (V), d (V)

4. Assinale a alternativa que completa corretamente a sentença a seguir:

A partir da _____, o ser humano estabelece sua visão de mundo e isso não está associado a uma única maneira de projetar a sua fé.

- a) Teoria do Apego
 - b) Espiritualidade
 - c) Relação afetiva
 - d) Família
5. A compreensão de como os apegos afetivos são construídos, a identificação dos diferentes estilos de apego e suas manifestações nas diferentes esferas da vida ajudam nas iniciativas de restabelecimento da dignidade do ser no sentido emocional, espiritual e cognitivo.
- a) Certo
 - b) Errado

Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.

ENCONTRO 2

Vínculos Afetivos e o Ciclo de Segurança

Dimensão	Afetiva
Propósito	Identificar a dinâmica do ciclo de segurança na teoria do apego.
Palavras-Chave	Vínculo. Afetividade. Ciclo. Segurança.
Ideia-Guia	O ciclo de segurança é a base de apoio para a teoria do apego.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

Como se estabelece o Ciclo de Segurança na Teoria do Apego?

Qual a importância da figura de apego para o apegado?

Qual a influência da figura de apego na constituição de vínculos afetivos?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Definição de Palavras-Chave:

Vínculo: Aquilo que liga ou ata duas ou mais coisas. Laço moral. Relação entre pessoas estabelecida por lei, como o casamento civil, a filiação, ou entre pessoas e coisas, como a propriedade, a posse. O que liga duas ou mais pessoas.

Fonte: <https://aulete.com.br/vínculo>

Afetividade: Qualidade, característica ou condição do que ou de quem é ou se mostra afetivo. Conjunto de fenômenos de natureza psíquica que envolvem emoções e sentimentos. Capacidade ou susceptibilidade (de alguém) de reagir com ou manifestar facilmente emoção, sentimento etc.

Fonte: <https://aulete.com.br/afetividade>

Ciclo: Série de fenômenos ou fatos que se sucedem periodicamente numa determinada ordem; essa ordem. Cadeia de acontecimentos históricos marcados por certas características, prática.

Fonte: <https://aulete.com.br/ciclo>

Segurança: Ação ou resultado de segurar. Qualidade ou condição do que é seguro, livre de risco: Viaja-se com mais segurança hoje. Certeza, convicção com que se realiza ou diz algo: Respondeu com segurança. Firmeza emocional e intelectual; confiança, tranquilidade.

Fonte: <https://aulete.com.br/segurança>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

O CICLO DE SEGURANÇA NA TEORIA DO APEGO

A meta do comportamento de apego é manter certos graus de proximidade ou comunicação com a figura de apego. O comportamento de apego do indivíduo está potencialmente ativo por toda a vida; e se organiza dentro de sua personalidade de acordo com o padrão de laços afetivos que ele estabeleceu durante a vida. Mas o que diferencia uma relação de apego de outras formas de vínculo? Estudos conduzidos por Mary Ainsworth (1913-1999) destacaram cinco características para identificar um relacionamento de apego:

- (1) A pessoa apegada procura proximidade com a figura de apego ou cuidador, particularmente quando está assustada ou alarmada;
- (2) O cuidador proporciona cuidado e proteção, na função de porto seguro;
- (3) O cuidador proporciona uma sensação de segurança, na função de base segura;
- (4) A ameaça de separação causa ansiedade na pessoa apegada;
- (5) A perda da figura de apego causa luto na pessoa apegada (KIRKPATRICK, 2005, p. 56).

Portanto, para que um relacionamento seja considerado de apego, deve apresentar todas as cinco características citadas. Assim, a admiração que uma adolescente tem por um artista famoso, por exemplo, não será considerada uma relação de apego. Essa adolescente pode até tentar contatar o artista (1ª característica) e sofrer com sua ausência (4ª e 5ª características), mas o artista não assumirá as funções de cuidado e apoio (2ª e 3ª características), em relação à fã. Para melhor compreensão de como o sistema de apego atua, será utilizada a figura do Ciclo de Segurança no Apego, a seguir.

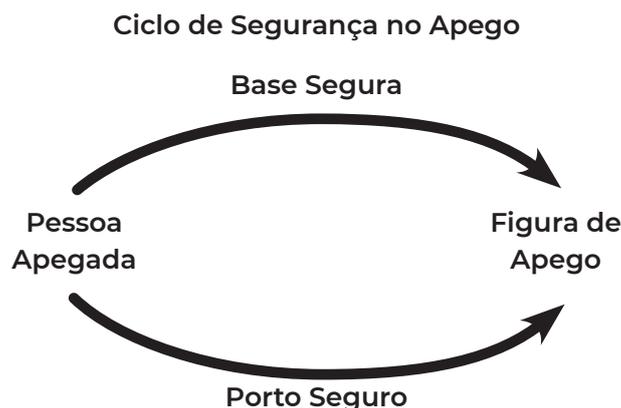


Figura 1: **Ciclo de Segurança no Apego**
Fonte: Os autores, 2021.

O ciclo de segurança no apego pode ser compreendido como uma sucessão de movimentos de 'porto seguro' e 'base segura'. Essa dinâmica irá se repetir inúmeras vezes ao longo da convivência entre a pessoa apegada e sua figura de apego. Mas como e por que este ciclo é ativado?

Enquanto a pessoa apegada não se sente ameaçada ou fragilizada, seu sistema de apego fica 'adormecido', como se não existisse. Em outras palavras, o que a pessoa apegada busca em momentos de ameaça ou fragilidade na sua figura de apego é um 'porto seguro', um lugar de refúgio, proteção e consolo, como forma de escapar da ameaça ou para suprir suas necessidades físicas ou afetivas, demandadas por um determinado episódio. Essas situações que ativam o sistema de apego do indivíduo podem ser:

- a) Eventos ambientais assustadores ou alarmantes;
- b) Doença, lesão ou fadiga;
- c) Separação (provoca dor); ou
- d) Ameaça de separação (provoca angústia) da figura de apego.

Durante a infância, quando a criança se sente ameaçada ou de algum modo angustiada, seus comportamentos de demanda por um porto seguro normalmente são o choro e a busca do contato visual e físico com o/a cuidador/a. Quando isso é possível, a criança se volta a essa pessoa a fim de reforçar a proximidade e, conseqüentemente, o sentimento de segurança. Nesse processo, a figura de apego atua como porto seguro da pessoa apegada, pois as experiências anteriores indicam que a pessoa apegada pode buscar refúgio em alguém de sua confiança em caso de necessidade.

Na medida em que os eventos ou circunstâncias que ativaram o mecanismo de apego não estão mais presentes, a pessoa se afasta voluntariamente da figura de apego, pois, mesmo que inconscientemente, parte do pressuposto de que conta com o apoio de alguém que a encoraja a explorar o mundo à sua volta. Nesse processo, a figura de apego atua como 'base segura' da figura apegada. Novas circunstâncias irão novamente ativar o mecanismo de apego, reiniciando o ciclo de porto seguro e base segura. E, a cada experiência vivenciada com seus cuidadores, a criança internaliza como sua mãe e seu pai reagem à sua necessidade de proteção e conforto.

Nessa dinâmica do ciclo de segurança no apego, onde os mecanismos de porto seguro e base segura são repetidamente acionados, um aspecto central "é a chegada e a manutenção segura do estágio do EU SOU" (WINNICOTT, 2014, p. 42). Numa relação saudável entre a mãe e o bebê, existe o esforço da mãe "para se livrar de seu confinamento, ou seja, da preocupação com um bebê e com as necessidades dele" (WINNICOTT, 2014, p. 49), deixando de estar disponível de maneira exclusiva para o bebê. Essa indisponibilidade eventual da mãe permite que a criança desenvolva uma identidade saudável e passe a ver a mãe e todos os outros objetos como não-eu, proporcionando à criança a compreensão de quem ela é e de quem ela não é (eu sou versus eu não sou). Foi visto até aqui como o sistema de apego atua na relação entre a criança e seus cuidadores. Mas como os apegos se desenvolvem nas diferentes fases da vida?

À medida em que a criança se desenvolve física e emocionalmente, seu comportamento de apego passa a ser menos frequente e menos intensamente ativado. Com o passar do tempo, seu sistema de apego "passa a ser finalizado por uma faixa cada vez mais ampla de condições, algumas das quais são puramente simbólicas" (BOWLBY, 2002, p. 324).

Se, por um lado, a criança busca o colo e o abraço da mãe ou do pai para obter a segurança, a partir da adolescência, o/a jovem desenvolve outras maneiras de suprir suas necessidades de porto seguro. E, à medida que a pessoa se desenvolve, fotografias, mensagens virtuais e telefonemas podem tornar-se uma maneira relativamente eficaz de manter contato com a figura de apego. Assim, quando a proximidade física não for possível ou adequada, a sensação de porto seguro poderá ser obtida por outros caminhos.

Como visto anteriormente, no curso de um desenvolvimento sadio, "o comportamento de apego leva ao desenvolvimento de laços afetivos ou apegos, inicialmente entre a criança e o progenitor e, mais tarde, entre adulto e adulto" (BOWLBY, 2004, p. 38,39). Contudo, essas relações de apego não se desenvolvem de modo uniforme. Já na infância, a criança tende a desenvolver relações de apego com mais de uma pessoa, embora crie, sem se dar conta, uma hierarquia entre esses cuidadores. Basta observar o comportamento da criança que está brincando no parque e de repente tropeça e se machuca. Seu comportamento natural será buscar contato físico com sua mãe ou seu pai e correr em sua direção (porto seguro). Assim que a dor passar e ela se sentir segura novamente, a criança descerá do colo da mãe ou do pai e voltará a brincar (base segura). Caso ela não encontre sua mãe ou seu pai, outro adulto conhecido (ou até desconhecido), poderá atuar como figura de apego naquele momento, proporcionando consolo e apoio à criança.

À medida que a criança se desenvolve, as relações de apego se tornarão mais difusas, tendo em vista que a função de apego, inicialmente concentrada na mãe e no pai, agora é exercida também por outras pessoas. Nesse processo, surgirão figuras de apego substitutas, tais como professores, parceiros românticos e líderes espirituais. Uma diferença importante no apego adulto em relação ao apego infantil, é o fato de que no apego adulto saudável existe a reciprocidade; quando duas pessoas podem atuar como figuras de apego uma da outra.

Areação predominante dos cuidadores às necessidades da criança desenvolve basicamente estilos de apego mais seguros ou mais inseguros nessa relação. Ou seja, os comportamentos de apego da pessoa apegada irão variar dependendo da maneira como a figura de apego age em relação às demandas da pessoa apegada, gerando nela níveis diferentes de segurança, de ansiedade e de evitação.

O estilo de apego varia de acordo com a pessoa com quem está apegada. Assim, um filho poderá desenvolver um apego mais seguro com a mãe, por exemplo, e, em relação ao pai, desenvolver um apego mais inseguro, em função da ausência emocional ou física deste, ou vice-versa. Esses comportamentos, desenvolvidos ao longo da história pessoal, são integrados à estrutura de personalidade da pessoa na forma de modelos internos de funcionamento ou de estilos de apego.

A pessoa chega à idade adulta com grande propensão de manter o mesmo estilo de comportamento de quando era criança, pois, “o comportamento de apego na vida adulta é uma continuação direta do comportamento na infância” (BOWLBY, 2004, p. 257). Contudo, encruzilhadas na vida proporcionam oportunidades de mudança no estilo de apego, podendo favorecer comportamentos de apego mais seguros ou mais inseguros. Assim, a partir de um processo contínuo, as experiências passadas vão deixando marcas, que geram consequências e resultam em padrões e estilos de significado pessoal. Ou seja, deixam marcas na subjetividade das pessoas. Nesse sentido, vale analisar o que favorece os apegos seguros.

Referências:

- ALLEN, J. G. **Restoring mentalizing in attachment relationships: treating trauma with plain old therapy**. 1st ed ed. Arlington, VA: American Psychiatric Pub., Inc, 2013.
- ATTILI, G. **Apego & Amor**. São Paulo: Paulinas, 2006.
- AUGUST, H.; ESPERANDIO, M. R. G. Apego a Deus - Revisão Integrativa de Literatura Empírica. REVER - **Revista de Estudos da Religião**, 2020.
- BECK, R. God as a secure base: attachment to God and theological exploration. **Journal of Psychology and Theology**, Summer. v. 34(2), p. 125-133, 2006.
- BONHOEFFER, D. **Life Together**. Minneapolis, MN: Fortress Press, 2015.
- BOWLBY, J. The influence of early environment in the development of neurosis and neurotic character. **International Journal of Psycho-Analysis**, vol. 21, 1940, p. 1-25.
- BOWLBY, J. Forty-four juvenile thieves: Their characters and home life. **International Journal of Psycho-Analysis**, vol. 25, 1944, p. 107-127
- BOWLBY, J. **A Secure Base: Parent-Child Attachment and Healthy Human Development**. Reprint edition ed. New York: Basic Books, 1988.
- BOWLBY, J. **Apego e Perda: Apego**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. v. 1
- BOWLBY, J. **Apego e Perda: Tristeza e Depressão**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. v. 3
- BOWLBY, J. **Apego e Perda: Separação**. São Paulo: Martins Fontes, vol. 2, 1984.
- BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BOWLBY, J. **Uma base segura: Aplicações clínicas da Teoria do Apego**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- KIRKPATRICK, L. A. **Attachment, evolution, and the psychology of religion**. New York: Guilford Press, 2005.
- KIRKPATRICK, L. A.; SHAVER, P. R. Attachment Theory and Religion: Childhood Attachments, Religious Beliefs, and Conversion. **Journal for the Scientific Study of Religion**, v. 29, n. 3, p. 315, set. 1990.
- KIRKPATRICK, L. A.; SHAVER, P. R. **An Attachment-Theoretical Approach to Romantic Love and Religious Belief: Personality and Social Psychology Bulletin**, 1992.
- LEVINE, A.; HELLER, R. S. F. **Apegados**. Um guia prático e agradável para estabelecer relacionamentos românticos recompensadores. Ribeirão Preto: [s.n.].
- WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- YOUNG, J. E.; KLOSKO, J. S.; WEISHAAR, M. E. **Terapia do esquema: guia de técnicas cognitivo-comportamentais inovadoras**. [s.l.] Grupo A - Artmed, 2008.

● Fórum - 15 minutos

A partir do estudo efetivado, escreva no Fórum o que mais chamou sua atenção sobre o ciclo de segurança na Teoria do Apego.

O que aprendi? - 5 minutos

Responda ao Quiz sobre o conteúdo desenvolvido:

1. A meta do comportamento de apego é manter certos graus de proximidade ou comunicação com a figura de apego.
 - a) Certo
 - b) Errado
2. Julgue as assertivas abaixo:
 - I. O comportamento de apego do indivíduo está potencialmente ativo por toda a vida
 - II. e se organiza dentro de sua personalidade de acordo com o padrão de laços afetivos que ele estabeleceu durante a vida.
 - a) A primeira questão está correta
 - b) A segunda questão não completa a primeira
 - c) A primeira questão está errada e a segunda está certa
 - d) A segunda questão complementa a primeira
3. O estilo de apego não pode variar de acordo com a pessoa com quem ela está apegada, dessa forma um filho poderá desenvolver um apego mais seguro com a mãe, por exemplo, e, em relação ao pai.
() Verdadeiro
() Falso
4. Escolha, entre as alternativas, a palavra que torna a sentença verdadeira:
Os _____ de apego da pessoa apegada irão variar dependendo da maneira como a figura de apego age em relação às demandas da pessoa apegada.
 - a) Comportamentos
 - b) Vínculos
 - c) Processos
 - d) Ciclos
5. Durante a infância, quando a criança se sente ameaçada ou de algum modo angustiada, seus comportamentos de demanda por um porto seguro, normalmente são:
 - a) Birra e chamar atenção
 - b) Choro e contato visual e físico
 - c) Contato visual e desejo de acolhimento
 - d) Chamar atenção e choro

Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.



ENCONTRO 3

Apegos Seguros e Inseguros

Dimensão	Afetiva
Propósito	Compreender a distinção entre apegos seguros e inseguros.
Palavras-Chave	Apego. Seguro. Inseguro.
Ideia-Guia	Distinguir a diferença existente entre apegos seguros e inseguros na infância e adolescência.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

O que define um apego ser categorizado em seguro e inseguro?

Como desenvolver relações pautadas em vínculos afetivos seguros?

O que os apegos seguros e inseguros podem desencadear no desenvolvimento da criança?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Definição de Palavras-Chave:

Apego: Dedicção obstinada. Afeição, afeto.

Fonte: <https://aulete.com.br/apego>

Seguro: Livre de risco (local seguro; investimento seguro); protegido, garantido, resguardado. Que não vacila nem hesita (profissional seguro); firme, confiante. Certo, incontestável (informação segura).

Fonte: <https://aulete.com.br//seguro>

Inseguro: Que não apresenta segurança (elevador inseguro). Que se revela instável, incerto: Sentia que seu emprego era inseguro. Que não tem confiança em si mesmo.

Fonte: <https://aulete.com.br//inseguro>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

DISTINÇÃO ENTRE APEGOS SEGUROS E INSEGUROS

A primeira experiência de apego do bebê é com sua mãe. Esse apego da criança com a mãe pode ser considerado seguro, na medida em que a criança tenha a vivência de uma relação calorosa, íntima e contínua com a mãe (ou mãe substituta), na qual ambas encontram satisfação e prazer.

Essa relação complexa, rica e compensadora, enriquecida de inúmeras maneiras pelas relações com o pai e irmãos, está na base do desenvolvimento sadio da personalidade e da saúde mental.

Para Winnicott, “os primórdios do EU SOU só se instalam realmente no *self* no bebê na medida em que o comportamento da figura de apego é suficientemente bom” (WINNICOTT, 2014, p. 42), proporcionando ao bebê oportunidades adequadas para explorar seu intelecto e desenvolver a tolerância à frustração. Nesse contexto de uma figura de apego ‘suficientemente boa’, o ser humano adquire importantes habilidades para lidar com o estresse e constrói um estilo de apego seguro. No entanto, ser suficientemente boa, não quer dizer que a mãe (ou o pai ou outro cuidador) seja infalível, perfeito.

Muito diferente de querer almejar um padrão de conduta inatingível, o que Winnicott defende é que a figura de apego esteja disponível, sensível e seja responsiva aos esforços de alguém que busca proximidade em situações de necessidade. Essa atitude fará com que a pessoa apegada se sinta segura, ou seja, que tenha um senso de que o mundo normalmente é seguro, que as figuras de apego são úteis quando solicitadas e que é possível explorar o ambiente de forma curiosa e confiante e se engajar com outros. E, nas (muitas) vezes que falhar em seu papel de cuidador/a, a figura de apego ‘suficientemente boa’, saberá reconhecer seus erros, pedindo perdão e assegurando ao outro sua disposição em continuar investindo no relacionamento saudável entre ambos. Essa atitude humilde e amorosa terá efeito benéfico muito mais profundo na vida da pessoa apegada do que uma aparente e inalcançável infalibilidade, mostrando pelo exemplo como ela também poderá agir quando se defrontar com suas próprias limitações e falhas.

O livro “Attachment in Adulthood” (MIKULINER; SHAVER, 2010) apresenta inúmeras pesquisas sobre apego adulto. Muitas pesquisas evidenciam que a criança ou adolescente tende a desenvolver apegos seguros na medida em que seus pais adotam comportamentos seguros; estando disponíveis, sendo sensíveis e apoiadores. Pesquisas também apontam que, na vida adulta, relacionamentos românticos com pessoas seguras contribuem para a segurança nos apegos dos seus parceiros. Além disso, a experiência da maternidade favorece comportamentos seguros. Demonstrou-se também o papel da psicoterapia como caminho viável para ampliação da segurança nos apegos. Além disso, encontros significativos com novas figuras de apego (tais como amigos próximos, líderes, Deus), também contribuem para alterar comportamentos inseguros em seguros.

Até aqui buscou-se apresentar como o ciclo de segurança no apego funciona (ou deveria funcionar) numa relação ideal, entre a criança e seus cuidadores. E também como uma relação saudável entre o bebê e sua mãe inclui uma indisponibilidade eventual da mãe ‘suficientemente boa’ como caminho para a construção segura da identidade da criança. No entanto, é necessário refletir sobre o que ocorre quando o ciclo de segurança não se desenrola de maneira ideal e as figuras de apego deixam de atuar satisfatoriamente como porto seguro ou como base segura.

A insegurança nos apegos ocorre quando uma figura materna (ou figura de apego) não ‘suficientemente boa’ é incapaz de proporcionar à criança os cuidados amorosos de que ela necessita para se sentir segura. Isso traz dificuldades à criança para se reconhecer como possuidora de uma personalidade unitária, distinta das pessoas à sua volta (WINNICOTT, 2014, p. 50). E, dependendo da natureza da insuficiência da figura de apego, seus efeitos variam, podendo provocar angústia, uma exagerada necessidade de amor, fortes sentimentos de vingança, culpa e depressão.

O funcionamento seguro do sistema de apego estará comprometido quando a figura de apego primária demonstra não estar física ou emocionalmente disponível em situações de necessidade, não responde às demandas por proximidade ou provê alívio insatisfatório para o estresse. Nessas situações, a pessoa apegada não experimenta conforto, alívio nem segurança. Pelo contrário, ao estresse que inicialmente ativou o sistema de apego são adicionadas sérias dúvidas a respeito da viabilidade de obter segurança.

Essas dúvidas a respeito de si e dos outros, e o senso de vulnerabilidade resultante podem posicionar o sistema de apego num estado de contínua ativação, mantendo a mente preocupada a respeito de ameaças e da necessidade de proteção, interferindo na dinâmica de outros sistemas de comportamento. O resultado é que o funcionamento do sistema de apego necessita ser ajustado e estratégias secundárias de apego tendem a ser adotadas, seja mediante a hiperativação do sistema de apego (apego ansioso), seja mediante a repressão e desativação do sistema de apego (apego evitante).

Na estratégia da hiperativação do sistema de apego, a pessoa se sente ansiosa e tende a comportar-se de modo enredado e preocupado com o apego. Suas ações consistirão em lutar e protestar para obter atenção, amor e apoio das figuras de apego, cuja disponibilidade não percebe assegurada. Infelizmente, essas exigências estridentes de apoio começam a parecer naturais e necessárias, podendo se tornar a causa de mais conflitos relacionais e de mais sofrimento emocional, construindo um estilo de apego inseguro ansioso.

Na estratégia da repressão ou desativação do sistema de apego, a pessoa reage à indisponibilidade da figura de apego através do distanciamento. Esse comportamento decorre da compreensão de que a figura de apego desaprova ou pune a proximidade e as expressões de necessidades ou vulnerabilidades. Nessas situações, a busca de proximidade é enfraquecida ou bloqueada e o indivíduo passa a lidar com as ameaças e perigos de forma solitária. Desenvolve-se, assim, um comportamento de evitação de proximidade com os outros, o que caracteriza um estilo de apego inseguro evitante.

Pesquisas evidenciam que, na infância ou adolescência, os apegos inseguros decorrem dos estilos de apego inseguros dos pais, na medida em que interações desapontadoras com figuras de apego indisponíveis, inconsistentes ou assustadoras favorecem comportamentos inseguros na criança ou adolescente. Outros fatores que favorecem o comportamento de apegos inseguros das crianças e adolescentes são o divórcio dos pais, violência entre os pais, estresse financeiro na família, consumo abusivo de substâncias pelos pais, depressão da mãe, maus-tratos, famílias disfuncionais, abuso físico ou sexual ou falecimento de pai ou mãe.

Na vida adulta, a adoção de comportamentos de apegos inseguros está associada a dificuldades no relacionamento conjugal ou perda do parceiro.

Portanto, o comportamento de apego é caracterizado pela consecução ou conservação, por uma pessoa, da proximidade de alguma outra pessoa levando ao desenvolvimento de laços afetivos ou apegos. Os comportamentos de apego são ativos durante toda a vida, pois contribuem para a sobrevivência da pessoa apegada. Uma relação de apego se estabelece nas seguintes dinâmicas: a pessoa apegada busca proximidade com o cuidador, particularmente quando está assustada ou alarmada; o cuidador proporciona cuidado e proteção, na função de porto seguro; o cuidador proporciona uma sensação de segurança, uma base segura; a ameaça de separação causa ansiedade na pessoa apegada; e a perda da figura de apego causa luto.

Assim, o ciclo de segurança é constituído pelo porto seguro e pela base segura vistos na figura de apego. O porto seguro acolhe a pessoa que se sente ameaçada ou angustiada. A base segura apoia a pessoa apegada a explorar o mundo à sua volta.

A segurança decorre de vivências calorosas e contínuas com as figuras de apego, proporcionando ao indivíduo um desenvolvimento sadio da personalidade e da sua saúde mental. A insegurança decorre de experiências não satisfatórias do indivíduo, nas quais não obteve segurança ou apoio da figura de apego. Como consequência, a pessoa pode hiper ativar seu sistema de apego construindo um estilo de apego inseguro ansioso, ou desativar seu sistema de apego construindo um estilo de apego inseguro evitante.

Referências:

ALLEN, J. G. **Restoring mentalizing in attachment relationships**: treating trauma with plain old therapy. 1st ed ed. Arlington, VA: American Psychiatric Pub., Inc, 2013.

- ATTILI, G. **Apego & Amor**. São Paulo: Paulinas, 2006.
- AUGUST, H.; ESPERANDIO, M. R. G. Apego a Deus - Revisão Integrativa de Literatura Empírica. REVER - **Revista de Estudos da Religião**, 2020.
- BECK, R. God as a secure base: attachment to God and theological exploration. **Journal of Psychology and Theology**, Summer, v. 34(2), p. 125-133, 2006.
- BONHOEFFER, D. **Life Together**. Minneapolis, MN: Fortress Press, 2015.
- BOWLBY, J. The influence of early environment in the development of neurosis and neurotic character. **International Journal of Psycho-Analysis**, vol. 21, 1940, p. 1-25.
- BOWLBY, J. Forty-four juvenile thieves: Their characters and home life. **International Journal of Psycho-Analysis**, vol. 25, 1944, p. 107-127
- BOWLBY, J. **A Secure Base: Parent-Child Attachment and Healthy Human Development**. Reprint edition ed. New York: Basic Books, 1988.
- BOWLBY, J. **Apego e Perda: Apego**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. v. 1
- BOWLBY, J. **Apego e Perda: Tristeza e Depressão**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. v. 3
- BOWLBY, J. **Apego e Perda: Separação**. São Paulo: Martins Fontes, vol. 2, 1984.
- BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BOWLBY, J. **Uma base segura: Aplicações clínicas da Teoria do Apego**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- KIRKPATRICK, L. A. **Attachment, evolution, and the psychology of religion**. New York: Guilford Press, 2005.
- KIRKPATRICK, L. A.; SHAVER, P. R. Attachment Theory and Religion: Childhood Attachments, Religious Beliefs, and Conversion. **Journal for the Scientific Study of Religion**, v. 29, n. 3, p. 315, set. 1990.
- KIRKPATRICK, L. A.; SHAVER, P. R. **An Attachment-Theoretical Approach to Romantic Love and Religious Belief: Personality and Social Psychology Bulletin**, 1992.
- LEVINE, A.; HELLER, R. S. F. **Apegados**. Um guia prático e agradável para estabelecer relacionamentos românticos recompensadores. Ribeirão Preto: [s.n.].
- WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- YOUNG, J. E.; KLOSKO, J. S.; WEISHAAR, M. E. **Terapia do esquema: guia de técnicas cognitivo-comportamentais inovadoras**. [s.l.] Grupo A - Artmed, 2008.

● Fórum - 15 minutos

Como você irá trabalhar com o ciclo de segurança no Plano Vem pra Escola? Apresente uma ideia ou sugestão. Poste no Fórum.

● O que aprendi? - 5 minutos

Responda ao Quiz dos estudos efetivados.

1. Julgue as afirmativas:
 - a) A primeira experiência de apego do bebê é com sua mãe. Esse apego da criança com a mãe pode ser considerado seguro, na medida em que a criança tenha a vivência de uma relação calorosa, íntima e contínua com a mãe.
 - b) O ciclo de segurança é constituído pelo porto seguro e pela base segura vistos na figura de apego. O porto seguro acolhe a pessoa que se sente ameaçada ou angustiada. A base segura apoia a pessoa apegada a explorar o mundo à sua volta.
 - c) O comportamento de apego é caracterizado pela consecução ou conservação, por uma pessoa, da proximidade de alguma outra pessoa levando ao desenvolvimento de laços afetivos ou apegos.
 - d) Na vida adulta, a adoção de comportamentos de apegos inseguros está associada a dificuldades no relacionamento conjugal ou perda do parceiro.
- I. As afirmações nas letras a, b e d estão corretas
- II. Somente as afirmações em a e c estão corretas
- III. Somente a afirmação em d está incorreta
- IV. Todas as afirmações estão corretas

2. Associe cada afirmativa com a estratégia mencionada:
- Na estratégia da _____ do sistema de apego, a pessoa se sente ansiosa e tende a comportar-se de modo enredado e preocupado com o apego. Suas ações consistirão em lutar e protestar para obter atenção, amor e apoio das figuras de apego.
 - Na estratégia _____ ou desativação do sistema de apego, a pessoa reage à indisponibilidade da figura de apego através do distanciamento. Esse comportamento decorre da compreensão de que a figura de apego desaprova ou pune a proximidade e as expressões de necessidades ou vulnerabilidades.

A sequência correta é:

- Repressão-hiperativação
 - Hiperativação-repressão
 - Auxílio-repressão
 - Hiperativação e auxílio
3. O funcionamento seguro do sistema de apego NÃO estará comprometido quando a figura de apego primária demonstra não estar física ou emocionalmente disponível em situações de necessidade.
- Verdadeiro
 Falso
4. A _____ nos apegos ocorre quando uma figura materna (ou figura de apego) não 'suficientemente boa' é incapaz de proporcionar à criança os cuidados amorosos de que ela necessita para se sentir segura.
- Proximidade
 - Relação
 - Segurança
 - Insegurança
5. Apego evitante é outra forma de dizer em relação ao apego ansioso.
- Verdadeiro
 Falso

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.
E-book do Programa Vem Viver.



ENCONTRO 4

Estilos de Apego e Relacionamentos

Dimensão	Afetiva
Propósito	Identificar os estilos de apego e suas características.
Palavras-Chave	Estilo. Apego. Relacionamento.
Ideia-Guia	O estilo de apego de uma pessoa pode ser mensurado de acordo com os seus níveis de segurança, ansiedade e evitação em determinado relacionamento de apego.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

O que é um estilo de apego e qual a sua importância na Teoria do Apego?

Qual a relação dos níveis de segurança e os estilos de apego?

Como pode ser caracterizado o estilo ansioso e o evitante?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Definição de Palavras-Chave:

Estilo: Modo de se expressar de uma pessoa, falando ou escrevendo (estilo simples, estilo elegante). Modo elegante e correto de escrever: O autor dessa crônica tem estilo. Conjunto dos recursos expressivos (fônicos, sintáticos, figuras de linguagem etc.) que caracterizam a linguagem de um autor ou de uma época: O estilo de Jorge Amado. Modo de escrever que se caracteriza pelo uso de expressões próprias de uma profissão (estilo acadêmico, estilo jornalístico).

Fonte: <https://aulete.com.br/estilo>

Apego: Dedicção obstinada. Afeição, afeto.

Fonte: <https://aulete.com.br/apego>

Relacionamento: Ação ou resultado de relacionar(-se). A maneira de conviver e/ou lidar com os outros.

Fonte: <https://aulete.com.br//relacionamento>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

E POR FALAR EM ESTILOS DE APEGO

Diversos estudos, iniciados por Ainsworth em 1978 e por outros estudiosos mais tarde, procuraram identificar os diferentes estilos de apego, ou “maneiras como as pessoas percebem e reagem à intimidade em relacionamentos” (LEVINE; HELLER, 2013, p. 18).

O estilo de apego de uma pessoa pode ser mensurado de acordo com os seus níveis de segurança, ansiedade e evitação em determinado relacionamento de apego. Quanto menor o nível de ansiedade e evitação, mais seguro será o comportamento de apego. Por outro lado, quanto maior o nível de ansiedade, caracterizado pelo medo do abandono ou por sinais interpretados como um possível abandono, mais ansioso se mostrará o comportamento de apego da pessoa. Finalmente, quanto maior o nível de evitação da proximidade ao outro num determinado relacionamento de apego, mais evitante se mostrará o estilo de apego.

De uma maneira bem prática, o estilo de apego da pessoa pode ser apontado pela resposta que ela dá à seguinte pergunta-chave: “Posso contar com minha mãe/pai (ou outra figura de apego) sempre que precisar dela/e?”. Essa pergunta-chave permite quatro possíveis respostas, sendo que cada resposta sinaliza um estilo de apego:

- a) “Sim”. Nesse caso, a pessoa tem um comportamento de *apego seguro* com a figura de apego, pois tem a confiança de poder contar com seu apoio em caso de necessidade.
- b) “Não sei” (ou “não sei quando, como”). A dúvida na disponibilidade da figura de apego tende a provocar um comportamento de *apego ansioso* na pessoa apegada, pois ela não sabe como e quando poderá contar com seu apoio.
- c) “Não”. A indisponibilidade da figura de apego tende a provocar um comportamento de *apego evitante* na pessoa apegada, pois ela parte do princípio de que precisará dar conta da situação sozinha.
- d) “Sim, mas tenho medo”. A disponibilidade da figura de apego, associada à perspectiva de sofrimento decorrente de negligência, maus-tratos ou abuso, desencadeia na pessoa apegada o comportamento de *apego ansioso-evitante*.

No estilo de apego ansioso (ou ambivalente), “o indivíduo não está certo se seus pais estarão disponíveis ou responsivos ou úteis quando chamados” (BOWLBY, 1988, p. 167). A hiperativação desse estilo de sistema de apego favorece um comportamento de luta e protesto para obter atenção, amor e apoio da figura de apego, cuja disponibilidade não está assegurada. Infelizmente, essas exigências estridentes de apoio começam a parecer naturais e necessárias, podendo se tornar a causa de mais conflitos relacionais e de mais sofrimento emocional. As afirmações que caracterizam o apego ansioso podem ser: “Eu quero ser completamente emocionalmente íntimo com os outros, mas muitas vezes acho que os outros são relutantes em ficar tão íntimos quanto eu gostaria”. “Fico desconfortável sem relacionamentos íntimos, mas às vezes me preocupo que os outros não me valorizem tanto como eu os valorizo”.

No estilo de apego evitante, a pessoa não tem a confiança de que, ao procurar atendimento, será respondida de maneira útil; até mesmo espera ser recusada (BOWLBY, 1988, p. 167). O apego evitante, portanto, destaca-se pela repressão ou desativação do sistema de apego, na medida em que o indivíduo reage à indisponibilidade da figura de apego mediante o distanciamento emocional. Esse comportamento tem sua origem na compreensão da pessoa apegada de que a figura de apego desaprova ou pune a proximidade e as expressões de necessidades ou vulnerabilidades.

Como consequência, a busca de proximidade é enfraquecida ou bloqueada e o indivíduo passa a lidar com as ameaças e perigos de forma solitária. Possíveis afirmações de pessoas com comportamento evitante: “Estou confortável sem relacionamentos emocionais próximos”. “Para mim, é muito importante sentir-me independente e autossuficiente”. “Prefiro não depender dos outros ou que outros dependam de mim”.

No estilo de apego ansioso-evitante (ou desorganizado) o indivíduo apresenta comportamentos conflitantes, desorientados ou temerosos. Quando seu sistema de apego é ativado, a criança com esse estilo de apego busca a proximidade da figura de apego, ao mesmo tempo que teme essa proximidade. Esse padrão de apego é mais comum entre bebês maltratados, embora não indique necessariamente maus-tratos.

Traumas ou perdas não resolvidas dos cuidadores também podem contribuir para o apego desorganizado dos filhos (ou apegado), na medida em que essas experiências dos cuidadores podem levar a mãe ou pai a mostrar comportamentos sutilmente assustadores, assustados ou dissociativos em relação ao bebê (GRANQVIST et al., 2017, p. 2,3). As afirmações associadas ao apego ansioso-evitante são: “Fico desconfortável me aproximando dos outros”. “Quero relacionamentos emocionalmente íntimos, mas acho difícil confiar completamente nos outros ou depender deles”. “Me preocupo se serei machucado se eu me permitir ficar perto demais dos outros”.

No estilo de apego seguro “o indivíduo está confiante de que seus pais (ou figura paterna) estarão disponíveis, responsivos e prestativos, caso se encontre em situações adversas ou assustadoras” (BOWLBY, 1988, p. 167). O apego seguro se evidencia por um comportamento amoroso, leve e afetivamente suprido no relacionamento. A relação é caracterizada pelo equilíbrio, pois ambos se sentem à vontade com a intimidade, ao mesmo tempo que respeitam a liberdade e autonomia própria e do outro.

Pessoas de apego seguro gostam de sentimentos profundos, estáveis e penetrantes de auto aceitação, autoestima e autoeficácia, sendo que eles regulam suas emoções com êxito (MIKULINCER; SHAVER, 2010, p. 460). A pessoa segura reconhece a lacuna intransponível entre suas próprias experiências e as experiências de seu parceiro. Porém, mantém um diálogo saudável, permanecendo genuinamente curiosa e interessada acerca das necessidades e experiências do outro. Essas atitudes ajudam no desenvolvimento de uma relação saudável, onde ambos se sentem apoiados em suas experiências exploratórias (MIKULINCER; SHAVER, 2010, p. 479). As afirmações associadas a pessoas de apego seguro são: “É fácil, para mim, ficar emocionalmente íntimo dos outros”. “Estou confortável em depender dos outros e deixar que outros dependam de mim”. “Não me preocupo em ficar sozinho ou se outros não me aceitam”.

Enfim, o apego ansioso (ou ambivalente) conduz a um comportamento de luta e protesto para obter atenção, amor e apoio da figura de apego, cuja disponibilidade não está assegurada. O apego evitante reprime ou desativa o sistema de apego mediante o distanciamento emocional. O estilo de apego ansioso-evitante (ou desorganizado) apresenta comportamentos conflitantes, desorientados ou temerosos.

Quando o sistema de apego é ativado, a pessoa busca a proximidade da figura de apego, ao mesmo tempo que teme essa proximidade por receio de sofrer dor ou negligência. E o apego seguro se evidencia por um comportamento amoroso, leve e afetivamente suprido no relacionamento de apego. No entanto, nem todas as características de um determinado estilo de apego estarão presentes numa mesma pessoa. É provável que uma pessoa apresente comportamentos de mais de um estilo de apego, embora um dos estilos de apego seja o predominante. Para analisar o estilo de apego da pessoa, é muito útil ter em mente qual relação de apego está sendo considerada.

Referências:

- ALLEN, J. G. **Restoring mentalizing in attachment relationships**: treating trauma with plain old therapy. 1st ed ed. Arlington, VA: American Psychiatric Pub., Inc, 2013.
- ATTILI, G. **Apego & Amor**. São Paulo: Paulinas, 2006.
- AUGUST, H.; ESPERANDIO, M. R. G. Apego a Deus - Revisão Integrativa de Literatura Empírica. REVER - **Revista de Estudos da Religião**, 2020.
- BECK, R. God as a secure base: attachment to God and theological exploration. **Journal of Psychology and Theology**, Summer. v. 34(2), p. 125-133, 2006.
- BONHOEFFER, D. **Life Together**. Minneapolis, MN: Fortress Press, 2015.
- BOWLBY, J. The influence of early environment in the development of neurosis and neurotic character. **International Journal of Psycho-Analysis**, vol. 21, 1940, p. 1-25.
- BOWLBY, J. Forty-four juvenile thieves: Their characters and home life. **International Journal of Psycho-Analysis**, vol. 25, 1944, p. 107-127
- BOWLBY, J. **A Secure Base: Parent-Child Attachment and Healthy Human Development**. Reprint edition ed. New York: Basic Books, 1988.
- BOWLBY, J. **Apego e Perda**: Apego. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. v. 1.
- BOWLBY, J. **Apego e Perda**: Tristeza e Depressão. São Paulo: Martins Fontes, 2004. v. 3.
- BOWLBY, J. **Apego e Perda**: Separação. São Paulo: Martins Fontes, vol. 2, 1984.
- BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BOWLBY, J. **Uma base segura**: Aplicações clínicas da Teoria do Apego. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

KIRKPATRICK, L. A. **Attachment, evolution, and the psychology of religion**. New York: Guilford Press, 2005.

KIRKPATRICK, L. A.; SHAVER, P. R. Attachment Theory and Religion: Childhood Attachments, Religious Beliefs, and Conversion. **Journal for the Scientific Study of Religion**, v. 29, n. 3, p. 315, set. 1990.

KIRKPATRICK, L. A.; SHAVER, P. R. **An Attachment**-Theoretical Approach to Romantic Love and Religious Belief: Personality and Social Psychology Bulletin, 1992.

LEVINE, A.; HELLER, R. S. F. **Apegados**. Um guia prático e agradável para estabelecer relacionamentos românticos recompensadores. Ribeirão Preto: [s.n.].

WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

YOUNG, J. E.; KLOSKO, J. S.; WEISHAAR, M. E. **Terapia do esquema**: guia de técnicas cognitivo-comportamentais inovadoras. [s.l.] Grupo A - Artmed, 2008.

● Fórum - 15 minutos

Com base no estudo desenvolvido, apresente um exemplo para o estilo de apego seguro. Escreva sua resposta no Fórum.

● O que aprendi? - 5 minutos

Responda ao Quiz com base nos estudos desenvolvidos.

1. O estilo de apego de uma pessoa pode ser mensurado de acordo com:
 - a) Níveis de segurança, ansiedade e evitação.
 - b) Processos e vínculos afetivos
 - c) Níveis de segurança e vínculos afetivos
 - d) Processos e evitação
2. O apego _____ (ou ambivalente) conduz a um comportamento de luta e protesto para obter atenção, amor e apoio da figura de apego, cuja disponibilidade não está assegurada.
 - a) Evitante
 - b) Ansioso
 - c) Familiar
 - d) Afetivo
3. O apego _____ reprime ou desativa o sistema de apego mediante o distanciamento emocional.
 - a) Familiar
 - b) Afetivo
 - c) Evitante
 - d) Ansioso
4. Traumas ou perdas não resolvidas dos cuidadores também podem contribuir para o apego desorganizado dos filhos, na medida em que essas experiências dos cuidadores podem levar a mãe ou pai a mostrar comportamentos sutilmente assustadores.
() Verdadeiro
() Falso
5. No estilo de apego seguro “o indivíduo está confiante de que seus pais (ou figura paterna) estarão disponíveis, responsivos e prestativos, caso se encontre em situações adversas ou assustadoras”.
() Verdadeiro
() Falso

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.
E-book do Programa Vem Viver.

ENCONTRO 5

Sistema de Apego

Dimensão	Afetiva
Propósito	Compreender as implicações decorrentes do sistema de apego.
Palavras-Chave	Sistema. Apego.
Ideia-Guia	A Teoria do Apego é sistematizada para que possa ser aplicada de forma efetiva e consistente atingindo os alvos a que se propõe.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

Como se constitui o sistema de apego?

Qual a questão central na formação de identidade?

Quais as implicações de viver em um contexto favorável ou desfavorável, para o desenvolvimento humano?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Definição de Palavras-Chave:

Sistema: Conjunto de elementos (concretos ou abstratos) interligados e que funciona como um todo estruturalmente constituído (sistema digestivo; sistema eleitoral). Conjunto de ideias que configuram uma concepção do mundo e da condição humana. Qualquer forma específica de classificação ou esquematização.

Fonte: <https://aulete.com.br/sistema>

Apego: Dedicção obstinada. Afeição, afeto.

Fonte: <https://aulete.com.br//apego>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

O SISTEMA DE APEGO E AS IMPLICAÇÕES PARA A VIDA

Pelo que já foi visto até aqui, é de se esperar que o sistema de apego tenha implicações na formação da identidade e na avaliação de si do indivíduo, bem como repercussões de apegos inseguros e de apegos seguros relacionados a demandas psicológicas.

A questão central na formação da identidade é a compreensão de quem EU SOU (*self*) versus EU NÃO SOU. Nessa compreensão, as experiências de apego do indivíduo e os estilos de apego construídos ao longo das experiências irão determinar as características do *eu* frente às situações da vida. Uma extensa variedade de pesquisas analisadas por Mikulincer e Shaver (2010, p. 149–187) evidenciam que, dependendo de seu estilo de apego, o indivíduo terá maior ou menor disposição para explorar estilos de vida, crenças e valores diferentes dos que está familiarizado. De igual modo, o estilo de apego influenciará sua disposição para assumir compromissos integrando diversas possibilidades e implementando decisões nos projetos pessoais.

Essas pesquisas também confirmam que uma pessoa que experimentou um contexto familiar favorável em termos de apego terá maiores oportunidades para explorar seu intelecto, desenvolverá maior tolerância à frustração e sua autoestima será mais saudável.

Esse indivíduo irá se identificar positivamente com figuras de apego seguro (introjeção) e alimentará um narcisismo saudável, marcado por uma percepção da sua individualidade, autocoessão, resiliência, ambição e autoatualização. Esse indivíduo também será mais otimista, terá mais esperança e desenvolverá habilidades de regulação intra e interpessoal (MIKULINCER; SHAVER 2010, p. 149–187).

Por outro lado, uma pessoa que não experimentou um contexto favorável em termos de apego, terá dificuldades para se reconhecer como pessoa unitária, distinta das pessoas à sua volta (WINNICOTT, 2014, p. 42–47). Além disso, terá dúvidas acerca da própria coerência e continuidade e apresentará uma autoestima vulnerável e instável. Esse indivíduo introjetará mensagens de recusa, degradação e desaprovação e manifestará autocríticas, dúvidas sobre si e autodefesas distorcidas para conter sentimentos de inutilidade e desesperança.

Além disso, um indivíduo de perfil ansioso amplifica as dúvidas, na medida em que intensifica seu senso de vulnerabilidade frente à rejeição ou abandono, agravando sua baixa autoestima. Na expectativa de obter o amor e a estima dos outros, o ansioso busca a perfeição nas coisas que faz. Já o indivíduo evitante suprime as dúvidas e quer convencer a si e aos outros que é autossuficiente e invencível, reforçando seu senso de superioridade. O evitante, também, busca a perfeição, porém como maneira de justificar sua autossuficiência.

Os apegos inseguros se traduzem em diversas repercussões para a vida. Crianças ansiosamente apegadas choram, esperneiam, tentam reestabelecer contato com a figura ausente chamando e procurando e resistem aos esforços bem-intencionados de outras pessoas. Em caso de separação prolongada, as crianças sofrem de forma desconsolada e a ansiedade e raiva gradualmente dão lugar ao desespero.

Adultos rejeitados pelo seu parceiro sentem-se miseravelmente mal e lidam com dúvidas a respeito de seu valor pessoal e de sua capacidade como parceiro. Esses sentimentos de rejeição podem gerar sofrimento similar ao sofrimento físico. Apegos inseguros são o principal obstáculo para uma exploração e aprendizado otimizados, pois, a pessoa que não se sente suficientemente protegida e apoiada considera difícil explorar objetos ou ambientes e adquirir novas informações que poderiam desafiar ou expandir crenças e compreensões existentes.

Nesse sentido, Mikulincer e Shaver (2010, p. 378–402) catalogaram inúmeras pesquisas que associam apegos inseguros com transtornos psicológicos. Transtornos mentais sérios resultam de uma série de processos convergentes. Nessa convergência, os apegos inseguros agem como catalizadores de outros processos patogênicos, na medida em que reduzem os recursos psicológicos e sociais da pessoa e fragilizam sua resiliência.

Já as repercussões dos apegos seguros agregam para uma vida digna e emocionalmente saudável. Pesquisas (MIKULINCER; SHAVER, 2010, p. 61–68) têm confirmado que a segurança do apego traz uma série de consequências benéficas para a pessoa: Ela transmite um senso de segurança e cuidado, o que reduz significativamente a angústia; Sua segurança contribui para a formação positiva do *self*; Aumenta a autoestima; Reduz a preocupação de ser rejeitada, criticada ou abusada; Aumenta a disposição de estar próxima ao parceiro; de expressar necessidades, desejos, esperanças e vulnerabilidades – de pedir ajuda quando necessário; Favorece o estabelecimento e manutenção de relacionamentos interdependentes com intimidade satisfatória e interdependência profunda; Realça a curiosidade e encoraja a exploração relaxada de informações novas e não usuais, a despeito da incerteza e confusão temporária causada por essa informação; Favorece o desenvolvimento pessoal nos contextos acadêmicos e profissionais; Conduz a pessoa a se tornar calma, confiante, com um autêntico e sólido senso de valor próprio; Amplia a disposição e aptidão para estabelecer relacionamentos íntimos e de cuidado, a assumir riscos ao ajudar os outros; Amplia suas habilidades e perspectivas; Potencializa o crescimento psicológico; Favorece motivações e atitudes pró-sociais, promovendo o desenvolvimento pessoal e melhorando os relacionamentos.

Como já visto, a interação com figuras de apego inconsistentes, indisponíveis ou insensíveis interfere no desenvolvimento de uma estrutura psicológica sólida, estável e segura e em todas as formas de autorregulação saudável. Como consequência, a pessoa não dispõe de resiliência suficiente para lidar saudavelmente com situações de estresse. Esses problemas constituem uma vulnerabilidade geral para transtornos psicológicos, cuja concretização em sintomas provavelmente depende de fatores orgânicos ou ambientais. Da mesma forma, a criação ou restauração de um senso de segurança no apego durante a terapia se constitui num recurso que possibilita um ciclo de ampliação e construção de crescimento pessoal e melhora da saúde mental.

Exemplos de disfunções do sistema de apego e que estão diretamente associados a inseguranças provocadas pela indisponibilidade ou insensibilidade de uma figura de apego são: Ansiedade da separação; Luto complicado decorrente da perda de um parceiro próximo; Reações pós-traumáticas ao abuso físico, sexual ou psicológico de uma figura de apego; Neuroticismo (emoções desagradáveis e perturbadoras); Angústia; Depressão; Ansiedade; Transtorno pós-traumático; Tendências suicidas; Transtornos alimentares, tais como bulimia, anorexia e obesidade; Transtornos de conduta social; Abuso de substâncias; Comportamento criminoso; Transtornos de personalidade; Transtornos dissociativos; Esquizofrenia. Além disso, a ansiedade no apego está associada com transtornos de dependência, histrionismo e borderline. Ao passo que a evitação no apego está associada com formas esquizoides e evitantes de transtornos de personalidade (MIKULINER; SHAVER, 2010, p. 369–404). Desse modo, podemos perceber como é importante desenvolver apegos seguros em nossas relações interpessoais, com intuito de ajudar a prevenir consequências negativas para nós e aqueles com quem convivemos.

Enfim, apegos inseguros representam obstáculo para uma exploração e aprendizado otimizados, pois, a pessoa que não se sente suficientemente protegida e apoiada considera difícil explorar objetos ou ambientes e adquirir novas informações que poderiam desafiar ou expandir crenças e compreensões existentes.

Um apego seguro contribui para a formação positiva do *self*, aumenta a disposição para relacionamentos interpessoais significativos, favorece o desenvolvimento pessoal e amplia suas habilidades e perspectivas. Dependendo de seu estilo de apego, o indivíduo terá maior ou menor disposição para explorar diferentes estilos de vida, crenças e valores, para assumir compromissos e implementar as decisões nos projetos pessoais. Nesse sentido, inseguranças no apego agem como catalizadores de outros processos patogênicos na medida em que reduzem os recursos psicológicos e sociais da pessoa e fragilizam sua resiliência, resultando numa vulnerabilidade geral para transtornos psicológicos.

Referências:

- ALLEN, J. G. **Restoring mentalizing in attachment relationships**: treating trauma with plain old therapy. 1st ed ed. Arlington, VA: American Psychiatric Pub., Inc, 2013.
- ATTILI, G. **Apego & Amor**. São Paulo: Paulinas, 2006.
- AUGUST, H.; ESPERANDIO, M. R. G. Apego a Deus - Revisão Integrativa de Literatura Empírica. REVER - **Revista de Estudos da Religião**, 2020.
- BECK, R. God as a secure base: attachment to God and theological exploration. **Journal of Psychology and Theology**, Summer. v. 34(2), p. 125–133, 2006.
- BONHOEFFER, D. **Life Together**. Minneapolis, MN: Fortress Press, 2015.
- BOWLBY, J. The influence of early environment in the development of neurosis and neurotic character. **International Journal of Psycho-Analysis**, vol. 21, 1940, p. 1-25.
- BOWLBY, J. Forty-four juvenile thieves: Their characters and home life. **International Journal of Psycho-Analysis**, vol. 25, 1944, p. 107-127
- BOWLBY, J. A **Secure Base**: Parent-Child Attachment and Healthy Human Development. Reprint edition ed. New York: Basic Books, 1988.
- BOWLBY, J. **Apego e Perda**: Apego. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. v. 1
- BOWLBY, J. **Apego e Perda**: Tristeza e Depressão. São Paulo: Martins Fontes, 2004. v. 3
- BOWLBY, J. **Apego e Perda**: Separação. São Paulo: Martins Fontes, vol. 2, 1984.
- BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BOWLBY, J. **Uma base segura**: Aplicações clínicas da Teoria do Apego. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- KIRKPATRICK, L. A. **Attachment, evolution, and the psychology of religion**. New York: Guilford Press, 2005.
- KIRKPATRICK, L. A.; SHAVER, P. R. Attachment Theory and Religion: Childhood Attachments, Religious Beliefs, and Conversion. **Journal for the Scientific Study of Religion**, v. 29, n. 3, p. 315, set. 1990.

KIRKPATRICK, L. A.; SHAVER, P. R. **An Attachment**-Theoretical Approach to Romantic Love and Religious Belief: Personality and Social Psychology Bulletin, 1992.

LEVINE, A.; HELLER, R. S. F. **Apegados**. Um guia prático e agradável para estabelecer relacionamentos românticos recompensadores. Ribeirão Preto: [s.n.].

WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

YOUNG, J. E.; KLOSKO, J. S.; WEISHAAR, M. E. **Terapia do esquema**: guia de técnicas cognitivo-comportamentais inovadoras. [s.l.] Grupo A - Artmed, 2008.

● Fórum - 15 minutos

Escreva duas contribuições do sistema de apego ao desenvolvimento humano. Poste sua resposta no Fórum.

● O que aprendi? - 5 minutos

Responda ao Quiz com base nos estudos efetivados.

1. O sistema de apego tem implicações na formação da _____ e na _____ de si do indivíduo.
 - a) Avaliação e percepção
 - b) Identidade e percepção
 - c) Identidade e avaliação
 - d) Pessoa e consciência
2. Um apego seguro contribui para a formação positiva do self, aumenta a disposição para relacionamentos interpessoais significativos, favorece o desenvolvimento pessoal e amplia suas habilidades e perspectivas.
() Verdadeiro
() Falso
3. Ansiedade da separação; Luto complicado decorrente da perda de um parceiro próximo; Reações pós-traumáticas ao abuso físico, sexual ou psicológico de uma figura de apego. São exemplos de:
 - a) Distúrbios psíquicos
 - b) Sistema de apego
 - c) Apegos evitantes
 - d) Disfunções do sistema de apego
4. Apegos inseguros NÃO são o principal obstáculo para uma exploração e aprendizado otimizados, pois, a pessoa que não se sente suficientemente protegida e apoiada.
() Certo
() Errado
5. As _____ de apego do indivíduo e os _____ de apego construídos ao longo das experiências irão determinar as características do eu frente às situações da vida.
 - a) Experiências-estilos
 - b) Disfunções- sistemas
 - c) Práticas- processos
 - d) Teorias-vínculos

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.

ENCONTRO 6

Práticas de intervenção de Mentoria para Proteção da Vida

Dimensão	Afetiva
Propósito	Compreender como atuar a partir da aplicação da teoria do apego.
Palavras-Chave	Intervenção. Mentor.
Ideia-Guia	Teoria do Apego envolve a intervenção de um mentor para que possa ser efetivada.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

Qual o papel a ser desenvolvido pela mentoria no contexto da teoria do apego?

O que a mentoria deve observar nas relações interpessoais?

O que significa segurança adquirida?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Pesquisa Palavras-Chave:

Intervenção: Ação ou resultado de intervir; interferência.

Fonte: <https://aulete.com.br/intervencao>

Mentor: Pessoa experiente que instrui e dá conselhos a outra; guia, mestre. Pessoa que planeja e dirige um projeto, uma obra.

Fonte: <https://aulete.com.br/mentor>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

O CUIDADO NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS PELA TEORIA DO APEGO

A chave para a saúde dos relacionamentos interpessoais é ajudar as pessoas a desenvolverem apegos seguros. Mudanças e descontinuidades nos padrões de apego podem ocorrer desde a infância até a fase adulta. Tanto que a psicoterapia baseada no apego se apoia no conceito da 'segurança adquirida', que é a habilidade dos adultos que cresceram inseguros de tornarem-se seguros na fase adulta (MIKULINCER; SHAVER, 2010, p. 485).

Todo ser humano, vez por outra, se confronta com questões existenciais, para as quais procura respostas que lhe satisfaçam. Essas questões existenciais ganham nova dimensão quando a pessoa está passando ou já passou por crises, tais como acidentes, morte na família, separações e sonhos frustrados. Nesse sentido, os conceitos do apego podem apontar maneiras de como se pode oferecer um cuidado mais efetivo àqueles que demandam.

As comunidades estruturadas se constituem num lugar privilegiado, com enorme potencial para ajudar pessoas no desenvolvimento de relações significativas e como uma plataforma saudável para o florescimento das qualidades humanas. Assim, ela pode contribuir significativamente para que os indivíduos desenvolvam maturidade e segurança nas relações de

apego, na medida em que proporciona um cuidado que contempla o desenvolvimento de apegos seguros nas diferentes dimensões.

Ao aplicar os conceitos do apego, o propósito do cuidado não consiste em resolver problemas específicos, mas sim ajudar as pessoas a serem melhores resolvedores/as de problemas (ALLEN, 2013, p. 163). Seu propósito consiste em ajudar o indivíduo “a revisar e atualizar suas crenças de maneira a se ajustar melhor às experiências de relacionamentos atuais” (MIKULINCER; SHAVER, 2010, p. 408). Mediante esse processo, as habilidades são testadas na realidade, criando modelos internos de funcionamento do self e dos outros mais realistas no contexto dos relacionamentos atuais. Desse modo, o cuidado une autoidentidade com autoalteração. Reconhece-se quem se é, e, ao mesmo tempo, se é levado a mudar a sua maneira de ser.

A reconstrução da base segura interna é uma dimensão do cuidado e consiste em apoiar o indivíduo em direção à aceitação segura de si. Na aceitação segura de si, o indivíduo reconhece-se no que é único, quais são seus sonhos e oportunidades e como pode (re)orientar sua vida em busca da vida plena. Essa aceitação de si implica cultivar uma base segura interna, estando atento a seus sentimentos, aceitando-os, tendo curiosidade acerca da sua origem e confortando a si mesmo. O que se fala a si mesmo nos momentos de ansiedade, tristeza, raiva, culpa ou vergonha ativa os modelos internos de funcionamento. Em pessoas de base interna segura, essas ‘falas’ internas reafirmam seu senso de ser amada e possuidora de valor, aliviando o sofrimento.

Em pessoas com base interna insegura, as ‘falas’ internas tendem a reforçar sua insegurança, na medida em que a pessoa não se sente amada e valorizada. Assim, uma pessoa de perfil ansioso tenderá a criticar-se por causa dos sentimentos, podendo lidar consigo por um caminho abusivo. Por outro lado, alguém de estilo de apego evitante tenderá a ignorar seus sentimentos, o que pode levá-lo a lidar consigo de forma negligente.

Os apegos seguros podem ser desenvolvidos com as pessoas de nossa convivência, seja no contexto de um casamento, amizade, família ou trabalho, levando-nos a amar ao próximo. O cuidado “nunca lida com indivíduos isolados. Eles fazem parte de vários sistemas (família, vizinhança, vila, equipe de trabalho...) e são determinados nas suas reações pelas regras das interações sociais nesses sistemas e por sua história social (SCHNEIDER-HARPPRECHT, 1998, p. 313). Tornar minha base interna segura implica compreender a minha história familiar, assumir responsabilidades sobre o que está ao meu alcance, reconhecer os limites que a vida impõe, compreender no que sou único/a, cultivar uma atitude positiva diante da vida, descobrir meus sonhos e oportunidades e reorientar a vida buscando a vida plena.

Ainda prevalece a noção “de que dependência demais em uma relação é algo ruim” (LEVINE; HELLER, 2013, p. 35). Contudo, os estudos sobre o apego confirmam o paradoxo da dependência: “quanto mais efetivamente dependentes as pessoas são umas das outras, mais independentes e ousadas elas ficam” (LEVINE; HELLER, 2013, p. 31). Em especial no casamento ou namoro, “nosso parceiro afeta poderosamente a nossa capacidade de prosperar no mundo” (LEVINE; HELLER, 2013, p. 43). Desse modo, um propósito de ajuda consiste em contribuir para que a pessoa desenvolva apegos seguros com outras pessoas, seja nos relacionamentos amorosos, familiares, sociais ou profissionais.

Portanto, ao aplicar os conceitos da Teoria do Apego, o propósito do cuidado consiste em ajudar a pessoa a revisar e atualizar modelos internos de funcionamento de maneira a se ajustar melhor às experiências de relacionamento atuais. Na dimensão da base interna segura, expressada pelo amor a si mesmo, o cuidado consiste em apoiar o indivíduo em direção à aceitação segura de si, onde o indivíduo se reconhece no que é único, quais são seus sonhos e oportunidades e como pode (re)orientar sua vida em busca da vida plena.

Na dimensão dos apegos seguros nas relações interpessoais, expressa pelo amor ao próximo, o cuidado pode contribuir para o desenvolvimento de apegos seguros com as pessoas de sua convivência, seja no contexto de um casamento, amizade, família ou trabalho.

Pesquisas confirmam que a interação com figuras de apego apoiadoras fomenta motivações e atitudes positivas, promove o desenvolvimento pessoal e melhora os relacionamentos. Assim, a adoção de estilos de apego seguro também poderá ser favorecida pela interação com novas figuras de apego, mais seguras do que as figuras de apego do passado.

As relações afetivas, em qualquer idade, têm o poder de nos fazer mudar. Ter experiências diferentes das ocorridas na primeira infância, encontrar na infância ou adolescência um adulto disposto a exercer o papel de figura protetora que a mãe não teve condições de manifestar, ter como companheiro(a) uma pessoa em condições de oferecer cuidados constantes e conforto de forma satisfatória podem fazer com que os modelos de apego de uma pessoa sejam mudados. (ATTILI, 2006, p. 193).

A interação com figuras de apego seguro pode atuar como um catalizador do crescimento pessoal, fomentando motivações e atitudes em prol das relações sociais e melhorando os relacionamentos. Isso se aplica também para crianças e adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade e condições de letalidade. Os programas de restauração dessas crianças e adolescentes poderiam contemplar o fomento de convívio com figuras de apego substitutas, como professores, instrutores, líderes de grupos de apoio, de convivência etc.

Para indivíduos inseguros, a formação de vínculos seguros pode contrapor-se a seus modelos negativos de si e dos outros. Mudanças nas circunstâncias da vida podem encorajar os indivíduos a refletir sobre seus comportamentos de apego e seus modelos internos de funcionamento, estimulando-os a dar passos em direção a um estilo de apego mais seguro. Mediante o processo de identificação com figuras de apego e a incorporação das qualidades e comportamentos dessas figuras em sua própria concepção de si, tornando possível aprender a lidar consigo mesmo da maneira como essas figuras de apego o fazem.

Desse modo, é possível mover-se em direção a uma vida com significado, tornando-se mais calmo, confiante, com um autêntico e sólido senso de valor próprio; disposto e capaz de estabelecer relacionamentos íntimos e de cuidado mútuo, assumindo riscos para ajudar outras pessoas, bem como ampliando as habilidades e perspectivas.

Grupos terapêuticos podem ser muito úteis na análise de falhas em relações de apego anteriores, na medida em que esses grupos providenciam um contexto de apoio para conexões autênticas com os próprios afetos e encorajam a ressonância com os afetos dos outros participantes. Além disso, grupos específicos podem ser particularmente poderosos, à medida que promovem o sentimento de cumplicidade saudável com outros, estimulam o senso de não se estar solitário em relação àquele tipo de experiência e ajudam a reduzir os sentimentos de vergonha e culpa.

Em momentos de crise, pode ser muito útil encaminhar a pessoa para psicoterapia ou aconselhamento individual, como caminhos para a construção de apegos seguros. Tanto a terapia como o aconselhamento têm “uma função reparadora, necessária quando o crescimento das pessoas é seriamente comprometido ou bloqueado por crises” (CLINEBELL, 1987, p. 25).

O ambiente confidencial proporcionado pelo atendimento terapêutico permite que questões profundas das experiências de apego sejam trabalhadas. Allen sugere que seja firmado um ‘contrato’ no início do atendimento. Nesse ‘contrato’, terapeuta ou conselheiro/a e aconselhando/a definem o objetivo no aconselhamento. Uma maneira de estabelecer esse objetivo pode ser pela utilização de um breve formulário, em que são descritos os problemas que fizeram o/a paciente buscar ajuda (ALLEN, 2013, p. 196,197).

Estar atento aos próprios sentimentos e confortar-se mediante a aceitação de seu valor como pessoa, proporcionam o fortalecimento de uma base interna segura. Interagir com figuras de apego seguro, fomenta motivações e atitudes positivas, promove o desenvolvimento pessoal e melhora os relacionamentos. Grupos terapêuticos proporcionam um contexto de apoio para conexões autênticas com os próprios afetos e encorajam a ressonância com os afetos dos

demais participantes. A psicoterapia e o aconselhamento individuais têm uma função reparadora quando o crescimento da pessoa está seriamente comprometido ou bloqueado por crises.

ESTÁGIOS EM DIREÇÃO À SEGURANÇA NOS APEGOS

O ser humano é um ser relacional por natureza, moldado por suas experiências em especial na família durante a infância. Assim, o seu potencial de vida, com o qual nasce, pode ser favorecido ou não, dependendo das experiências nos relacionamentos com outras pessoas. No processo em direção a um estilo de apego mais seguro podem ser identificados três estágios: alienação, autoconhecimento e apropriação.

O estágio da alienação refere-se à fase de ação por comportamento automático, sem se dar conta de como os modelos internos de funcionamento foram construídos e nem agindo intencionalmente para que esses modelos internos sejam transformados em modelos mais seguros. O processo inicia-se com a identificação ou não de uma ameaça ou dor. Não havendo ameaça ou dor, continuam-se em suas atividades normalmente. Contudo, ao identificar uma ameaça ou dor, aciona-se o sistema de apego. É avaliado se uma figura de apego está disponível. Caso essa figura de apego esteja disponível, obtém-se a segurança, o alívio e o afeto desejados, caracterizando uma relação de apego seguro.

Caso essa figura de apego não esteja disponível, adotam-se os comportamentos inseguros ansiosos ou evitantes. No comportamento ansioso, mantém-se a expectativa de acolhimento pela figura de apego, porém, a incerteza desse acolhimento gera ansiedade. No comportamento evitante, mesmo que inconscientemente, desiste-se do acolhimento da figura de apego e adotam-se comportamentos de distanciamento emocional e de evitação.

Essas experiências de apego reforçam o comportamento automático dos modelos internos de funcionamento do apego. De modo que, nas futuras circunstâncias de ameaça ou dor, a tendência será de adotar comportamento de acordo com o estilo de apego 'aprendido', presumindo, inconscientemente, que essa é a maneira natural de lidar com a situação.

O ambiente familiar de origem, o exemplo matrimonial dos pais e a comunicação e expressão de afeto, alegria e união vividas na infância contribuem significativamente para a repetição destas experiências nos outros relacionamentos. Na fase da alienação, são desconhecidos os conceitos do apego e a ação é de forma automática, reproduzindo comportamentos aprendidos ou modificados de forma não intencional ao longo do tempo.

“Embora não seja impossível que alguém mude o seu estilo de apego, a maioria das pessoas não tem consciência do assunto” (LEVINE; HELLER, 2013, p. 21), de modo que eventuais mudanças são inconscientes. Se vivenciamos relações de apego seguro na infância, a tendência é de reproduzirmos vínculos seguros na vida adulta. Se, por outro lado, vivenciamos na infância relações de apego inseguro, seja do estilo ansioso, seja do estilo evitante, a tendência é reproduzirmos apegos inseguros na vida adulta. Assim, cada um de nós involuntariamente tende a reforçar seu comportamento de apego.

Para que mudanças nos modelos internos de funcionamento ocorram de forma intencional, é preciso passar da alienação para o autoconhecimento. Portanto, “o primeiro passo para aplicar a Teoria do Apego em sua vida é conhecer a si mesmo e as pessoas à sua volta sob a perspectiva da Teoria do Apego” (LEVINE; HELLER, 2013, p. 49).

Bowlby entende que “resultados favoráveis da intervenção terapêutica dependem da extensão em que as representações mentais patogênicas são identificadas, esclarecidas, questionadas, revisadas e transformadas em modelos mais adaptativos” (1988, p. 137). Além disso:

A exploração das experiências de apego do passado ajuda os/as aconselhados/as a se tornar mais conscientes de como eles/elas constroem e distorcem as experiências atuais, ao passo que a exploração dos relacionamentos atuais ajuda a refletir sobre as experiências anteriores. (BOWLBY, 1988, p. 138).

No estágio de autoconhecimento, desenvolve-se uma saudável desconfiança em relação aos modelos mentais praticados pelos pais e que certamente influenciaram os próprios modelos mentais do apego. Os sentimentos criados pelas experiências negativas dos apegos anteriores são reconhecidos e aceitos, sem necessidade de reagir a eles, nem de se proteger do medo, da ansiedade ou do terror que o apego no comportamento automático criou.

O estilo de apego pode ser mensurado de acordo com os níveis de Ansiedade de Abandono e de Evitação de proximidade numa determinada relação de apego. A segurança, ansiedade e evitação no apego são manifestações com graduações contínuas. Quanto menores forem a Ansiedade de abandono e a Evitação de intimidade, mais seguro será o estilo de apego. Por outro lado, quanto maiores forem os níveis de Ansiedade de Abandono e de Evitação de Intimidade, maior será, respectivamente, o comportamento ansioso ou de evitação no apego.

Outro tema importante a ser explorado é compreender o estilo de apego da pessoa com Deus. A compreensão do Eterno interfere na forma como o ser humano pratica sua fé e como se posiciona perante os desafios da vida.]

No estágio da apropriação são desenvolvidos estilos seguros de apego, seja no contexto de um casamento, amizade, família ou trabalho, mediante a adaptação dos modelos internos de funcionamento do apego. Essas experiências de apego reforçam o comportamento nas futuras experiências ou podem ser utilizadas intencionalmente para a construção de um estilo de apego mais seguro, adaptando os próprios modelos internos de funcionamento.

O processo se inicia com a identificação ou não de uma ameaça ou dor. Não havendo ameaça ou dor, continuam-se as atividades normalmente. Contudo, ao identificar uma ameaça ou dor, avalia-se se uma figura de apego está disponível. Caso essa figura de apego esteja disponível, irá obter segurança, alívio e afeto desejados. Caso essa figura de apego não esteja disponível, avalia-se se há outra figura de apego disponível, como um/a cuidador/a espiritual ou alguém de sua confiança, obtendo segurança, alívio e afeto dessa forma.

Não havendo uma figura de apego disponível, avaliar a proximidade de uma figura de apego é uma opção. Em caso afirmativo, a ameaça ou dor percebidos gerarão ansiedade e, em caso negativo, distanciamento e evitação. Essas experiências de apego reforçam o comportamento nas futuras experiências ou podem ser utilizadas intencionalmente para a construção de um estilo de apego seguro, adaptando os modelos internos de funcionamento.

Diferentemente do apego no comportamento automático, em que os vínculos são reforçados ou modificados de maneira inconsciente, na construção intencional de apegos seguros, a pessoa adapta seu modelo mental de apego com o propósito de obter uma vida mais plena. "Tornar-se mais seguro é um processo contínuo" (LEVINE; HELLER, 2013, p. 200).

A construção intencional de apegos seguros se dá mediante a modificação do comportamento, adotando o estilo seguro de ser, a despeito do comportamento daqueles com quem se convive. "Modelos internos de funcionamento são revisados não primariamente mediante a reflexão, mas principalmente pela ação. Quando se tem a oportunidade de confiar em alguém com relação a uma experiência vergonhosa, você aprende a confiar mais nas pessoas" (ALLEN, 2013, p. 211).

Um apego seguro conduz à esperança, ao passo que a falta de esperança é uma forma de arrogância ao pressupor um senso de certeza a respeito do futuro. "A essência da crueldade é destruir no indivíduo aquele grau de esperança que faz algum sentido a partir do impulso criativo e do viver e pensar criativos" (WINNICOTT, 2014, p. 242). Contudo, esperança requer tolerância com a incerteza e um senso de humildade por não saber o que poderá acontecer no futuro. E essa esperança capacita a continuar caminhando, mesmo diante da incerteza. Desse modo, a esperança se sobrepõe à fé que, por sua vez, se sobrepõe à confiança. E essa confiança é o vínculo necessário para o desenvolvimento do apego.

No lugar das acusações do passado que implicavam em encontrar defeitos e fazer críticas, agora as responsabilidades são assumidas visando melhorar a própria vida com o que está ao alcance. Isso pressupõe abertura mental e interesse sobre o que pode e o que não pode ser mudado. “A essência da libertação é a liberdade de tornar-se tudo aquilo que a gente tem a possibilidade de tornar-se” (CLINEBELL, 1987, p. 27).

Enfim, no estágio da alienação, age-se no comportamento automático, sem se dar conta de como os modelos internos de funcionamento foram construídos, para que esses modelos internos sejam transformados em modelos mais seguros.

No **estágio do autoconhecimento** reconhecem-se e aceitam-se os sentimentos e comportamentos decorrentes das experiências negativas dos apegos anteriores. No estágio da apropriação, mediante a adaptação dos modelos internos de funcionamento do apego, desenvolvem-se, intencionalmente, estilos seguros de apego – seja no contexto de um casamento, amizade, família ou trabalho.

No cuidado pessoal, proporcionado através de um/a cuidador/a, “o emergir humano é promovido de maneira especial por meio de uma forma distinta de caminhar com pessoas, casais e membros de famílias e pequenos grupos, no momento em que enfrentam desafios e dificuldades na vida” (SCHIPANI, 2003, p. 97).

A maneira como o mediador age no relacionamento com a pessoa terá forte impacto nos resultados do cuidado. Quando se atua como cuidadores/as: Proporcionam-se experiências de apego reparadoras, na medida em que se atua temporariamente como figura de apego; explora e reflete com a pessoa sobre as relações de apego atuais, incluindo a relação consigo mesmo na função de cuidador/a; explora-se e reflete-se com a pessoa sobre relações de apego anteriores, com o propósito de compreender os modelos internos de funcionamento atuais.

O/a cuidador/a avaliará, também, “as necessidades de reparação parental” (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008, p. 164). O desenvolvimento da criança será saudável na medida em que “o comportamento da figura materna é suficientemente bom” no que diz respeito à construção e manutenção de uma relação de apego seguro (WINNICOTT, 2014, p. 49). Desse modo, o autor postula que um “ambiente que propicia um ‘segurar’ satisfatório, onde o bebê é capaz de realizar o desenvolvimento pessoal de acordo com suas tendências herdadas” (WINNICOTT, 2014, p. 11), resulta na continuidade da existência, num senso de existir, num senso de self e em autonomia.

Analogamente, a disponibilidade de um/a cuidador/a “suficientemente bom/boa” (MIKULINCER; SHAVER, 2010, p. 410) permitirá que ele/ela atue “como um bom pai ou como uma boa mãe” (YOUNG; KLOSKO; WEISHAAR, 2008, p. 165), satisfazendo parcialmente as necessidades emocionais da pessoa e permitindo que um modo adulto saudável seja internalizado.

Atuando como figura reparadora de apego, as funções do/a conselheiro/a consistem em proporcionar experiências de apego reparadoras, na medida em que ele/ela atua temporariamente como figura de apego para o/a aconselhando/a, pensamentos e sentimentos dolorosos. Esse vínculo seguro compreende “uma relação de confiança e o sentimento de que se está trabalhando em conjunto em direção a objetivos comuns” (ALLEN, 2013, p. 171).

Portanto, as funções do/a conselheiro/a consistem em proporcionar experiências de apego reparadoras, na medida em que ele/ela atua temporariamente como figura de apego para o/a aconselhando/a, explorar e refletir com o/a aconselhando/a sobre as relações de apego atuais, incluindo a relação com o/a conselheiro/a e explorar e refletir com o/a aconselhando/a sobre relações de apego anteriores. O/A conselheiro/a deve ter em mente o estilo de apego do/a aconselhando/a e quais os comportamentos mais prováveis de cada estilo de apego.

Referências:

- ALLEN, J. G. **Restoring mentalizing in attachment relationships**: treating trauma with plain old therapy. 1st ed ed. Arlington, VA: American Psychiatric Pub., Inc, 2013.
- ATTILI, G. **Apego & Amor**. São Paulo: Paulinas, 2006.
- AUGUST, H.; ESPERANDIO, M. R. G. Apego a Deus - Revisão Integrativa de Literatura Empírica. REVER - **Revista de Estudos da Religião**, 2020.
- BECK, R. God as a secure base: attachment to God and theological exploration. **Journal of Psychology and Theology**, Summer. v. 34(2), p. 125-133, 2006.
- BONHOEFFER, D. **Life Together**. Minneapolis, MN: Fortress Press, 2015.
- BOWLBY, J. The influence of early environment in the development of neurosis and neurotic character. **International Journal of Psycho-Analysis**, vol. 21, 1940, p. 1-25.
- BOWLBY, J. Forty-four juvenile thieves: Their characters and home life. **International Journal of Psycho-Analysis**, vol. 25, 1944, p. 107-127
- BOWLBY, J. **A Secure Base**: Parent-Child Attachment and Healthy Human Development. Reprint edition ed. New York: Basic Books, 1988.
- BOWLBY, J. **Apego e Perda**: Apego. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. v. 1
- BOWLBY, J. **Apego e Perda**: Tristeza e Depressão. São Paulo: Martins Fontes, 2004. v. 3
- BOWLBY, J. **Apego e Perda**: Separação. São Paulo: Martins Fontes, vol. 2, 1984.
- BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BOWLBY, J. **Uma base segura**: Aplicações clínicas da Teoria do Apego. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- KIRKPATRICK, L. A. **Attachment, evolution, and the psychology of religion**. New York: Guilford Press, 2005.
- KIRKPATRICK, L. A.; SHAVER, P. R. Attachment Theory and Religion: Childhood Attachments, Religious Beliefs, and Conversion. **Journal for the Scientific Study of Religion**, v. 29, n. 3, p. 315, set. 1990.
- KIRKPATRICK, L. A.; SHAVER, P. R. **An Attachment**-Theoretical Approach to Romantic Love and Religious Belief: Personality and Social Psychology Bulletin, 1992.
- LEVINE, A.; HELLER, R. S. F. **Apegados**. Um guia prático e agradável para estabelecer relacionamentos românticos recompensadores. Ribeirão Preto: [s.n.].
- WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- YOUNG, J. E.; KLOSKO, J. S.; WEISHAAR, M. E. **Terapia do esquema**: guia de técnicas cognitivo-comportamentais inovadoras. [s.l.] Grupo A - Artmed, 2008.

● Fórum - 15 minutos

Comente no Fórum se você **concorda** ou **não** com a seguinte afirmativa e justifique.

“As funções do/a conselheiro/a consistem em proporcionar experiências de apego reparadoras, na medida em que ele/ela atua temporariamente como figura de apego para o/a aconselhando/a”.

● O que aprendi? - 5 minutos

Responda ao Quiz a partir do estudo desenvolvido.

1. A chave para a saúde dos relacionamentos interpessoais é ajudar as pessoas a desenvolverem apegos seguros.
 Verdadeiro
 Falso
2. A construção NÃO intencional de apegos seguros se dá mediante a modificação do comportamento, adotando o estilo seguro de ser, a despeito do comportamento daqueles com quem se convive.
 Verdadeiro
 Falso

3. A maneira como o _____ age no relacionamento com a pessoa terá forte impacto nos resultados do cuidado.
- a) Mediador
 - b) Pai
 - c) Responsável
 - d) Psicólogo
4. No estágio do _____, reconhecem-se e aceitam-se os sentimentos e comportamentos decorrentes das experiências negativas dos apegos anteriores.
- a) Adotante
 - b) Autoconhecimento
 - c) Cuidador
 - d) Desenvolvimento
5. O estágio da alienação refere-se à fase de ação por comportamento automático, sem se dar conta de como os modelos internos de funcionamento foram construídos e nem agindo intencionalmente para que esses modelos internos sejam transformados em modelos mais seguros.
- Verdadeiro
 - Falso

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.



MÓDULO 4

4 – DIMENSÃO SOCIAL – Carga Horária: 4 horas

A dimensão social implica trabalhar com os aspectos de convivência em comunidade, desenvolvendo noções sobre direitos e cidadania. Isso inclui o conhecimento acerca de leis e que são implicadas em princípios basilares da vida em sociedade.

ENCONTRO	TEMA	PALAVRAS-CHAVE	IDEIA-GUIA	MODELO ECOLÓGICO SOCIAL
1	Cidadania, Identidade e Prática Cidadã	Cidadão Cidadania Identidade	Compreender a relação intrínseca entre a Constituição Brasileira e a prática cidadã.	País Cidade Comunidade
2	Princípios e Direitos Constitucionais	Princípio Direito Constituição	Identificar os princípios e direitos estabelecidos na Constituição Brasileira.	País Cidade Comunidade
3	O Pilar da Proteção no Estatuto da Criança e do Adolescente	Estatuto Criança Adolescente	Conhecer os pilares fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente e sua natureza protetiva.	País Cidade Eu
4	Direitos e Responsabilidades	Direito Responsabilidade	Estabelecer a previsibilidade legal sobre os direitos contida no ECA.	País Cidade Eu
5	Empreendedorismo	Profissão Empreender	Trabalhar com a temática da formação profissional, a partir da ideia do empreendedorismo.	País Cidade Eu
6	Princípios Éticos e Bem Comum	Prevenção Princípio Ética	Apresentar o trabalho do PROERD direcionado à prevenção de drogas e violência.	País Cidade Comunidade

ENCONTRO 1

Cidadania, identidade e Prática Cidadã

Dimensão	Social
Propósito	Conceituar cidadania, estabelecendo relação com a questão da identidade e da prática cidadã.
Palavras-Chave	Cidadão. Cidadania. Identidade.
Ideia-Guia	Compreender a relação intrínseca entre a Constituição Brasileira e a prática cidadã.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

Qual a relação da cidadania com a identidade?

Como desenvolver práticas cidadãs?

Por que é relevante desenvolver a cidadania?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Pesquisa Palavras-Chave:

Cidadão: Pessoa no gozo de seus direitos políticos e civis; indivíduo que é membro de um Estado e tem perante este a mesma condição que a maioria do povo: dever de obediência às leis e ao governo e direito a proteção. Indivíduo, pessoa. Habitante de uma cidade.

Fonte: <https://aulete.com.br/cidadão>

Cidadania: Condição de cidadão, com seus direitos e obrigações; Conjunto dos direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos, ou dos mecanismos para o estabelecimento e garantia desses direitos.

Fonte: <https://aulete.com.br/cidadania>

Identidade: Característica ou qualidade de idêntico (identidade de interesses); Semelhança, analogia (identidade de interpretação). Conjunto de características próprias de uma pessoa, um grupo etc. que possibilitam a sua identificação ou reconhecimento.

Fonte: <https://aulete.com.br/identidade>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

EM NOME DA CIDADANIA

A cidadania está prevista na Carta Magna brasileira como um princípio. E por tal motivo, ela é considerada cláusula pétrea, ou seja, que não pode ser alterada, suprimida ou substituída, antes necessita ser observada e respeitada por todas as pessoas que são regidas por tal Constituição.

Interessante que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDBEN 9394/96, também prevê no seu artigo 2º, o preparo do educando para o exercício da cidadania como uma finalidade da educação nacional, o que se torna um objetivo a ser desenvolvido em diferentes contextos formativos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA é outro documento legal brasileiro que assevera sobre a relevância da cidadania estendida para crianças em adolescentes e que está prevista em seu artigo 53, reafirmando o que já está expresso na Carta Magna e na LDBEN 9394/96: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

Isso indica que a proposta educativa precisa atingir a finalidade desenhada e para que ocorra a sua concretização é que surgem as políticas e as diretrizes educacionais, no sentido de dar a direção, isto é, o caminho a ser percorrido, porém, é no contexto das instituições escolares que tais possibilidades ganham vida. Depreende-se que:

A relação escola-sociedade, numa perspectiva democrática, deve providenciar a viabilização de saberes formadores que permitam ao aluno ascender a um patamar sistêmico universal de conhecimentos, que seja capaz de contribuir para a formação do cidadão crítico e participativo ante as questões de seu tempo. (SANTOS, 2002, p. 12).

Isso implica dizer que a escola tem um papel fundamental no processo formativo a ser desenvolvido, visto que é por seu intermédio que se torna possível refletir sobre temas vividos, experimentados e enfrentados na realidade social, o que aproxima a realidade do currículo vivo da escola.

A partir da previsão legal brasileira, pode-se deduzir que educação e cidadania se complementam, ou seja, que “educação e cidadania caminham juntas, são indissociáveis, pois quanto mais educados, mais serão capazes de lutar e de exigir seus direitos e de cumprir seus deveres” (CRUANHES, 2000, p. 83).

Ainda, é preciso dizer que a cidadania diz respeito ao conjunto de direitos e deveres a serem observados por homens e mulheres brasileiros, e por essa razão é preciso não apenas conhecê-los, mas exercitá-los no âmbito das relações humanas estabelecidas. O que dá origem à palavra cidadão. Cidadão é definido pelo Dicionário Aurélio como “indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este”.

Sobre o sentido de ser cidadão, é possível ainda compreender a amplitude dessa palavra a partir da seguinte definição:

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. (PINSK, 2003, p. 9).

A relação do exercício da cidadania com direitos e deveres remete à prática cidadã, que é reconhecida a partir da ideia de pertencimento da pessoa à cidade, o que reflete no significado original dessa palavra, que vem do latim civitas. Isso revela que o sentido atribuído a civitas tem tudo a ver com o fazer parte da polis. “Em latim, a palavra civis gerou ciuitas, cidadania, cidade, Estado. Cidadania é uma abstração derivada da junção dos cidadãos. Civis é o ser humano livre e, por isso, ciuitas carrega a noção de liberdade em seu centro” (FUNARI, 2003, p. 49).

Outro dado importante sobre cidadania vem da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão – DDHC, na qual é possível contemplar artigos que abordam sobre os direitos e o sentido de ser da cidade e do cidadão. São eles:

Art. 1 – Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. Art. 2 – O fim de toda associação política é a preservação dos naturais e irrenunciáveis direitos humanos. Estes direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança, a resistência contra a opressão. Art. 3 – A origem de toda soberania está essencialmente no povo. Art. 4 – A liberdade consiste em tudo poder fazer que não prejudique um outro.

A partir dos direitos apresentados na Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, observa-se a não distinção entre os seres humanos, antes eles são considerados livres e iguais em direitos. Há que ressaltar a questão do exercício político, em que precisa ser respeitado os direitos humanos, reconhecendo a liberdade como a capacidade inerente ao ser humano de agir, fazer e tomar decisões, desde que elas não prejudiquem outro ser humano, portanto, surge aqui uma perspectiva de alteridade. Afinal:

O exercício da cidadania tem a ver com a política, na medida em que ela está o tempo todo presente no nosso dia a dia. Participar da política é uma responsabilidade maior do que aquela de votar e ser votado. O indivíduo tem que instituir-se, se realizar como sujeito e objeto do fazer político, e isso se conquista pelo exercício constante da cidadania. (GEAQUINTO, 2001, p. 28).

Cidadania é uma expressão da prática política, porque ela se desenvolve no contexto social que requer de cada cidadão responsabilidade, comprometimento, envolvimento e reivindicações relacionadas ao exercício e reconhecimento de direitos e deveres. Nesse sentido, concorda-se com Geaquinto (2001, p. 17), quando afirma que:

A cidadania é também, por assim dizer, uma via de mão dupla: traz consigo o querer, o desejo, a reivindicação da concretização de um direito, e, por outro lado, enseja uma contrapartida, uma responsabilidade.

O tema cidadania requer consciência política, ao mesmo tempo em que expressa a necessidade de ação na sociedade. Ela se situa entre duas possibilidades: direito e dever na perspectiva da responsabilidade.

Retornando à Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, observa-se que a máxima reside na questão de soberania, a qual não está sob o controle do Estado. Antes ela emana do povo, o que indica que é ele quem decide sobre os rumos a serem seguidos pela nação. O povo é soberano em suas decisões, o que implica presença de outro conceito: democracia como expressão prática da cidadania. Assim: “a boa democracia é aquela que garante ao cidadão o direito de ser ouvido, é aquela que proporciona condições objetivas para a realização da cidadania” (GEAQUINTO, 2001, p. 21).

A democracia possibilita que a prática cidadã seja exercida com liberdade, responsabilidade e consciência. Por isso, é que “a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência para a construção de uma sociedade melhor. Mas, o primeiro pressuposto dessa prática é que esteja assegurado o direito de reivindicar os direitos, e que o conhecimento deste se estenda cada vez mais a toda a população” (COVRE, 1998, p. 10).

Outro documento que pode vir a contribuir com a reflexão sobre cidadania é a Declaração de Viena de 1996, que ressalta sobre a relevância da educação na constituição da prática cidadã à medida que engloba os temas de ética, respeito mútuo e valorização da vida. Ela ressalta que o seu compromisso com o ato da formação humana precisa apoiar-se nas relações fundamentadas na paz, na democracia, no desenvolvimento e na justiça social, visto que o objetivo é “conscientizar todas as pessoas em relação à necessidade de fortalecer a aplicação universal dos direitos humanos”.

Cabe à escola a observância da prática cidadã, visto que ela se torna responsável direta pela materialização dos princípios democráticos e do respeito aos direitos humanos, o que revela a sua posição como lugar oportuno do encontro, da socialização, da busca pelo conhecimento e da aceitação da diversidade de ideias, posicionamentos, sentimentos, cultura e visões de mundo. A escola é um espaço de afirmação das identidades. Afinal:

O desenvolvimento da cidadania dos alunos, através da oportunidade de exercitá-la como estudantes dentro das possibilidades e limites de sua posição social, é importante condição pedagógica para provocar o desenvolvimento do raciocínio crítico construtivo (SANTOS, 2002, p. 132).

É na esteira do desenvolvimento humano que a educação encontra sua razão de ser, por isso que ela é tão essencial à prática cidadã, pois um povo educado exerce com responsabilidade seus direitos e deveres – respeita o outro, valoriza a vida e mantém como base da convivência a cultura da paz. Isso implica dizer que “cada pessoa, cada cidadão, deve contribuir com sua parte, com um pouco de si, para tornar o lugar onde vive neste planeta, mais feliz, mais comunitário, solidário e fraterno” (GEAQUINTO, 2001, p. 15). Por tal motivo, compete a cada cidadão brasileiro ter consciência dos seus direitos e deveres, reconhecendo, ainda, os princípios que balizam a vida em sociedade.

Referências:

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 24ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: promulgado em 13 de julho de 1990. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CRUANHES, Maria Cristina dos Santos. **Cidadania**: educação e exclusão social. Porto Alegre: S. A. Fabris, 2000.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789.

FUNARI, Pedro Paulo. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **História da Cidadania**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

GEAQUINTO, W.S. Iguais e desiguais, até quando? **Caderno de Cidadania I**. 2001 Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000245.pdf> Acesso em 25 de outubro de 2021.

PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). **História da Cidadania**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, V.M.N. **Escola, cidadania e novas tecnologias**: o sensoriamento remoto no ensino. São Paulo: Paulinas, 2002.

● Fórum - 15 minutos

Diante do que foi abordado, que implicações podem ser decorrentes da ausência de cidadania nas relações humanas?

Anote duas implicações no Fórum.

● O que aprendi? - 5 minutos

Responda ao Quiz a partir dos estudos efetivados.

1. Cabe à _____ a observância da prática cidadã, visto que ela se torna responsável direta pela materialização dos princípios democráticos e do respeito aos direitos humanos. Escolha a alternativa que completa corretamente a afirmação apresentada.
 - a) Cultura
 - b) Sociedade
 - c) Escola
 - d) Humanidade

2. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão defende os seguintes direitos, EXCETO:
 - a) Igualdade entre os seres humanos
 - b) Olhar individualizado sobre a realidade
 - c) Preservação dos direitos humanos
 - d) Origem da soberania é o povo

3. O conceito de cidadania guarda relação com a formação de identidade e observância de direitos e deveres.
 - a) Certo
 - b) Errado

4. É na esteira do desenvolvimento humano que a educação encontra sua razão de ser, por isso que ela é tão essencial à prática cidadã. Essa afirmação é:
 - a) Falsa
 - b) Verdadeira

5. A _____ possibilita que a prática cidadã seja exercida com liberdade, responsabilidade e consciência. A palavra que completa corretamente a afirmação está em:
 - a) Política
 - b) Democracia
 - c) Sociedade
 - d) Legislação

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.



ENCONTRO 2

Princípios e Direitos Constitucionais

Dimensão	Social
Propósito	Conhecer os princípios e direitos constitucionais brasileiros.
Palavras-Chave	Princípio. Direito. Constituição.
Ideia-Guia	Identificar os princípios e direitos estabelecidos na Constituição Brasileira.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

Quais são os direitos previstos na Constituição? O que eles asseguram?

Qual a importância de ter direitos e princípios previstos legalmente?

Ter direito significa que eles são amplos ou tem natureza restritiva?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Pesquisa Palavras-Chave:

Princípio: No sentido geral, a causa, recurso ou origem de tudo; que precede às coisas, por exemplo o princípio da ação. Causa primária.

Fonte: <http://dicionario1828.com/>

Direito: Aquilo que é justo e certo. O que deve ser possível a cada um na vida em sociedade, e de acordo com suas leis, sua ética etc.: O direito é todos terem acesso à saúde e a uma boa educação. Poder, prerrogativa legal.

Fonte: <https://aulete.com.br/direito>

Constituição: O ato de constituir, decretar, que estabelece ou nomeia.. A forma estabelecida de governo em um estado, reino ou país; um sistema de regras fundamentais, princípios e ordenanças para o governo de um estado ou nação. Em estados livres, a Constituição é fundamental para os estatutos ou leis promulgadas pelo legislador limitar e controlar o seu poder. Um sistema de princípios fundamentais para o governo de seres racionais e sociais.

Fonte: <http://dicionario1828.com/>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

UMA QUESTÃO DE PRINCÍPIOS E DIREITOS

Falar em princípios e direitos pode ser visto como um tema idealizado, porém, eles são essenciais para a prática cidadã fundamentada na valorização da vida e das relações humanas, principalmente, porque são eles que apresentam os pilares sustentadores da sociedade democrática.

Princípios são conceituados como as bases fundantes de algo e que pode ser caracterizado a partir de ideias, conhecimento, sistema, razão de ser. Direitos são definidos como liberdades fundamentais atribuídas ao ser humano. Eles se opõem aos deveres e as obrigações. A partir disso é possível dizer que os princípios fundamentam os direitos que se apresentam na realidade social. Afinal:

[...] sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; e sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos. Em outras palavras, a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais (BOBBIO, 2004, p. 21)

O reconhecimento dos princípios e direitos fundamentais precisa ser sistematizado em uma norma legal, visto que por seu intermédio ocorre o processo de legitimação a ser observado por toda a sociedade democrática. A não observância acarreta violação a uma regra constituída e aceita socialmente, isso porque, “a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes é reconhecidos alguns direitos fundamentais; haverá paz estável, uma paz que não tenha guerra” (BOBBIO, 2004, p. 21).

Dito isto, cabe observar que a Constituição da República Federativa do Brasil-CRFB preceitua no artigo 1º, incisos de I a V, os princípios que regem a vida do cidadão brasileiro. Esses princípios indicam o que a nação brasileira considera como valor inegociável, por isso que eles são considerados cláusula pétrea, ou seja, eles não podem ser abolidos e nem mesmo violados. Os princípios constitucionais versam sobre:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Esses princípios apontam para a existência de fundamentos sobre os quais a nação rege as relações a serem estabelecidas, dando destaque ao princípio da cidadania e dignidade da pessoa humana. Sobre a presença dos princípios, Sarlet (2016, p. 279) esclarece que:

[...] os princípios apresentam caráter eminentemente finalístico, seja por enunciarem diretamente uma finalidade (proteção do consumidor, redução das desigualdades etc.), seja por expressarem um conteúdo desejado, no sentido de um estado ideal a ser alcançado (moralidade, dignidade da pessoa humana, pluralismo político etc.)

Os princípios reservam em seu interior uma finalidade e essa é revestida do preceito do bem comum. Então, quando se está diante de princípios, o que se intenciona é alcançar a plenitude da vida em sociedade estabelecida em suas relações e interrelações, as quais abrangem o indivíduo, grupo social e o meio circundante. É por tal motivo, que se observa o fundamento da soberania, da cidadania, da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e do pluralismo político.



Fonte: Domingues, 2021.

Ao falar em direitos fundamentais, a Carta Magna brasileira os categorizou por áreas de influência ou interesse, por isso que compreendem as dimensões: individual, social, nacionalidade, política. Aqui, cabe abordar sobre os direitos e garantias, uma vez que eles remetem à vida, privacidade, igualdade, liberdade, propriedade e processo. Além de explicitar sobre direitos que incidem sobre as necessidades básicas do ser humano, como educação, saúde, segurança, lazer, alimentação, moradia.

Os direitos individuais estão regrados no artigo 5º da CRFB e são dispostos nos incisos I ao XVII. Eles são considerados direitos de primeira geração visto que enfatizam a questão da liberdade e da autonomia. São exemplos de direitos individuais: o direito constitucional à vida, à igualdade, à segurança, à propriedade, à privacidade.

Os direitos coletivos estão regrados também no artigo 5º da CRFB e se apresentam em diferentes incisos, tais como XVI a XXI. Eles são considerados direitos de segunda geração, uma vez que tratam do bem-estar do cidadão e do papel exercido pelo Estado para assegurar tais direitos.

Tanto os direitos individuais como os coletivos precisam ser garantidos pelo Estado e não podem ser violados, porque eles representam o mínimo que se pode assegurar em prol da qualidade e da valorização da vida humana, individual e coletivamente.

É possível associar os princípios e direitos à prática cidadã, pois é por seu intermédio que pessoas e grupos os exercem e reivindicam em favor de uma sociedade justa, livre e igualitária. Isso indica reconhecer que de fato “todos são iguais perante a lei”, ou seja, homens e mulheres, crianças, jovens e adultos, incluindo, nesta última categoria, os idosos (CFRB, 1988).

Alistam-se nove características presentes nos direitos fundamentais. Estas versam sobre a historicidade; imprescritibilidade; irrenunciabilidade; inviolabilidade; universalidade; concorrência; efetividade; interdependência e complementaridade. Cabe descrever de maneira sucinta cada uma das características apontadas.

- 1. Historicidade:** indica que os direitos são constituídos num contexto histórico social e, ao serem evidenciados na Carta Magna, assumem a forma de direitos fundamentais;
- 2. Imprescritibilidade:** revela que os direitos não têm prazo de validade e permanecem no tempo;

3. **Irrenunciabilidade:** remete à força dos direitos fundamentais da vida, na medida em que não se pode renunciá-lo, seja qual for a situação ou circunstância;
4. **Inviolabilidade:** assegura que os direitos não podem ser alvo de violação ou desrespeito por parte de autoridades, grupos ou pessoas. Antes, é preciso que sejam observados, inclusive por leis infraconstitucionais;
5. **Universalidade:** ressalta a natureza dos direitos, os quais abrangem todos sem distinção. A partir da universalidade é possível tratar a todos de maneira igualitária;
6. **Concorrência:** implica dizer que um direito não é suplantado por outro direito, antes eles concorrem conjuntamente em favor da pessoa, no que se refere à proteção, aplicação e segurança;
7. **Efetividade:** implica responsabilidade do Poder Público assegurar os direitos, inclusive, valendo-se de meios de garantia, mesmo que esses sejam coercitivos;
8. **Interdependência:** indica que os direitos não podem ser alvos de leis esparsas e que contraditórias ao preceituado no texto constitucional. Tais direitos não dependem de outras leis para serem observados, antes sua finalidade deve ser mantida;
9. **Complementaridade:** propõe que os direitos sejam considerados como partes do todo. Isso indica que eles podem ser agrupados ou analisados conjuntamente, a fim de assegurar ou proteger direitos.

A partir das características contidas nos direitos fundamentais, pode-se concluir que “tanto o Estado como o Direito existem para proteger e promover os direitos fundamentais, de modo que tais estruturas devem ser compreendidas e interpretadas tendo em conta essa diretriz” (BARCELLOS, 2008, p. 115). Diante disso, é preciso considerar que a razão de ser do Estado e do Direito com relação aos direitos fundamentais tem natureza protetiva e promotora, no sentido de que ao assegurar os direitos ocorre a sua legitimação e materialização na realidade social, a qual é decorrente de diferentes medidas, pois tanto inclui as de caráter coercitivo, como de isenção ou não ação, contudo, ele precisa observar no seu poder de agir os princípios constitucionais. Por tal motivo, é que o Estado recorre à criação de políticas públicas, visando atender e garantir de maneira eficaz tais direitos.

Outra forma de assegurar os direitos é a partir da criação de leis esparsas e/ou documentos legais; um deles é o Estatuto da Criança e do Adolescente que tem por base a proteção e a garantia de direitos, prevendo medidas que visem tal fim.

É claro que tais documentos legais visam assegurar os direitos fundamentais previstos e, ainda, possibilitar a compreensão sobre as garantias, os limites e as sanções impostas em caso de violação dos direitos elencados. Objetiva-se, dessa maneira, a construção de uma prática cidadã, fundamentada no respeito, na alteridade, na responsabilidade e na consciência de si e do meio.

Referências:

BOBBIO, N. **A era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 24ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. (Coleção Saraiva de Legislação).

BARCELLOS, A.P. Constitucionalização das políticas públicas em matéria de direitos fundamentais: o controle político-social e o controle jurídico no espaço democrático. In: SARLET, I. W. TIMM, L.B. **Direitos Fundamentais: orçamento e “reserva do possível”**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SARLET, I.W. Dos princípios fundamentais. In: SARLET, I, W; MARIONI, L.G; MITIDIERO, D. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2016.

● Fórum - 15 minutos

Por que é tão importante ter conhecimento dos princípios e dos direitos fundamentais? Registre sua resposta no Fórum.

O que aprendi? - 5 minutos

Realize o Quiz sobre o estudo desenvolvido.

1. A razão de ser do Estado e do Direito com relação aos direitos fundamentais tem natureza _____ e _____, no sentido de que ao assegurar os direitos ocorre a sua legitimação e materialização na realidade social. A alternativa que completa o sentido correto da afirmativa está em:
 - a) Protetiva e reguladora
 - b) Coercitiva e reguladora
 - c) Protetiva e promotora
 - d) Promotora e coercitiva
2. Uma das características dos Direitos Fundamentais é a historicidade. Assinale a alternativa que a define:
 - a) Historicidade: indica que os direitos são constituídos num contexto histórico social e, ao serem evidenciados na Carta Magna, assumem a forma de direitos fundamentais.
 - b) Historicidade: implica que um direito não é suplantado por outro direito, antes eles concorrem conjuntamente em favor da pessoa, no que se refere à proteção, aplicação e segurança.
 - c) Historicidade: assegura que os direitos não podem ser alvo de violação ou desrespeito por parte de autoridades, grupos ou pessoas. Antes, é preciso que sejam observados, inclusive por leis infraconstitucionais.
 - d) Historicidade: propõe que os direitos sejam considerados como partes do todo. Isso indica que eles podem ser agrupados ou analisados conjuntamente, a fim de assegurar ou proteger direitos.
3. É possível associar os princípios e direitos à _____, pois é por seu intermédio que pessoas e grupos os exercem e reivindicam em favor de uma sociedade justa, livre e igualitária. A alternativa que completa corretamente a frase está em:
 - a) Vida
 - b) Coletividade
 - c) Sociedade
 - d) Prática cidadã
4. São exemplos de direitos individuais: o direito constitucional à vida, à igualdade, à segurança, à propriedade, à privacidade.
 - a) Verdadeiro
 - b) Falso
5. Os princípios constitucionais versam sobre:
 - a) Soberania, cidadania, direitos fundamentais e valores sociais
 - b) Soberania, cidadania, valores sociais e pluralismo político
 - c) Cidadania, direitos humanos, pluralismo político e valores sociais
 - d) Direitos humanos, pluralismo, garantias e valorização da vida

Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.

ENCONTRO 3

O Pilar da Proteção no Estatuto da Criança e do Adolescente

Dimensão	Social
Propósito	Identificar a relevância do Estatuto da Criança e do Adolescente e sua base de absoluta prioridade e proteção.
Palavras-Chave	Estatuto. Criança. Adolescente.
Ideia-Guia	Conhecer os pilares fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente e sua natureza protetiva.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

Quais as bases que norteiam o Estatuto da Criança e do Adolescente?

Qual a relevância do ECA?

Como ele pode auxiliar no processo formativo de crianças e adolescentes?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Pesquisa Palavras-Chave:

Estatuto: Lei orgânica que estabelece os princípios de funcionamento de uma instituição, empresa, entidade, associação etc., ou de um setor, segmento etc. (estatuto do clube, estatuto previdenciário); regulamento; regimento. Regulamento ou código com significado e valor de lei ou de norma.

Fonte: <https://aulete.com.br/estatuto>

ECA: O Estatuto da Criança e do Adolescente é a lei que cria condições de exigibilidade para os direitos da criança e do adolescente, que estão definidos no artigo 227 da Constituição Federal.

Criança: Ser humano, menino ou menina, com idade infantil, entre o nascimento e o início da puberdade. Pessoa ainda não adulta, ou muito jovem.

Fonte: <https://aulete.com.br/criança>

Adolescência: Fase da vida humana que sucede à infância (a partir da puberdade, aproximadamente aos 12 anos) e vai até a idade adulta (aproximadamente aos 20 anos).

Fonte: <https://aulete.com.br/adolescência>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

UM OLHAR SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA inicia apresentando o status de direitos assegurados a crianças e aos adolescentes, tal como preceitua a Constituição Federal da República do Brasil – CFRB. Nele, há uma confirmação legal sobre o que foi estabelecido na Carta Magna sobre o pilar da proteção integral, sob o enfoque da absoluta prioridade.

Reconhece-se que ao mesmo tempo em que o olhar do ECA sobre a proteção é ampliado, ele também direciona, por meio dos detalhamentos, a relação dos direitos, deveres, responsabilidades e sanções atribuídas, em caso de infração penal e ou violação do que está previsto legalmente.

Os princípios que sustentam o ECA são decorrentes das seguintes ações a serem asseguradas: absoluta prioridade; proteção; convivência familiar, melhor interesse e municipalização. A partir dos princípios eleitos no ECA observa-se que essa legislação tem por finalidade garantir e assegurar o processo formativo a ser desenvolvido tanto pela criança, quanto pelo adolescente. Esses princípios irão subsidiar a proposta formativa, dando, inclusive, direcionamentos às esferas institucionais, formadas pelo tripé em cooperação: família, sociedade e Estado. Sobre os direitos a serem assegurados à criança e ao adolescente, o ECA regra o seguinte:

Art. 15 [...], V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 22. Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

Parágrafo único. A mãe e o pai, ou os responsáveis, têm direitos iguais e deveres e responsabilidades compartilhados no cuidado e na educação da criança, devendo ser resguardado o direito de transmissão familiar de suas crenças e culturas, assegurados os direitos da criança estabelecidos nesta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art.23 da falta ou carência de recursos

§ 1º - Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

Os destaques sobre os direitos da criança e do adolescente a serem feitos podem ser contemplados em seis observâncias: a **primeira** diz respeito a sua integração total à vida familiar e comunitária. Existe, aqui, o seu reconhecimento com um ser social e relacional, que precisa estabelecer vínculos tanto na esfera privada como pública da vida.

A **segunda** observância diz respeito ao tratamento a ser dispensado à criança e ao adolescente, no sentido de preservar sua dignidade física, cognitiva, emocional – podendo ser acrescentada a espiritual. Afinal, é por intermédio do respeito que é possível trabalhar na formação integral do ser humano, de maneira equilibrada e saudável, o que remete atender a **terceira** observância, que diz respeito ao cuidado. A partir dele que se estabelece e verifica o grau de responsabilidade assumida pela família na educação e direção das crianças e dos adolescentes.

A **quarta** observância mantém relação com as anteriores, visto que implica a questão da responsabilidade em prol do sustento, acolhimento e ambiente propício ao crescimento e desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. Por isso, o Estado pode exigir essa observância de pais e responsáveis, em caso de negligência.

A **quinta** observância traz um destaque à corresponsabilidade dos pais no processo formativo, visto que historicamente ela era atribuída à figura materna. Nesse sentido, não existem mais as divisões de papéis e funções entre os pais, o que é um fator positivo dessa legislação.

Por fim, a **sexta** diz que a lei salvaguarda o direito da criança e/ou adolescente quando os direitos e as condições formativas não estiverem sendo observadas. Nesse caso, é aplicado pelo Estado o instituto da tutela e a designação da guarda, a fim de atender aos princípios instituídos no ECA.

No ECA, Seção II, ocorre a descrição do que se entende por família natural e seus desdobramentos. Ele parte do pressuposto do que é prelecionado na CRFB e, também nos Tratados Internacionais² em que o Brasil é signatário. Dentre eles, cabe destacar a Declaração dos Direitos Humanos, O Pacto de San José da Costa Rica e os Direitos da Criança.

Os Tratados Internacionais supracitados e referentes ao tema família, apresentam similar finalidade com o que está prescrito na Carta Magna brasileira. Assim, família é assumida como uma estrutura base da sociedade, sendo, portanto, alvo de proteção da sociedade e do Estado. Desse modo, é possível, a partir do marco legal, justificar a relevância da esfera **família** no processo de construção e elaboração de políticas públicas que visam fornecer subsídios para sua ação educativa e formativa de crianças e adolescentes.

O artigo 2º da LDBEN 9394/96 estabelece a possibilidade de articulação e trabalho conjunto entre família e Estado, fundamentada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, o que compete dizer que a perspectiva assumida se alicerça na consolidação dos direitos humanos e na colaboração a ser efetivada em prol da vida humana.

Dito isso, é possível trazer a seguinte imagem que pauta a interrelação a ser estabelecida entre família e Estado, reconhecendo que eles estão implicados pelo dever de fazer, o que se reveste em responsabilidade direta e ativa. Essa interrelação pode ser percebida como o caminho metodológico fundamental para que ocorra a aproximação entre estas instâncias, com o intuito de assegurar o fim formativo pretendido.

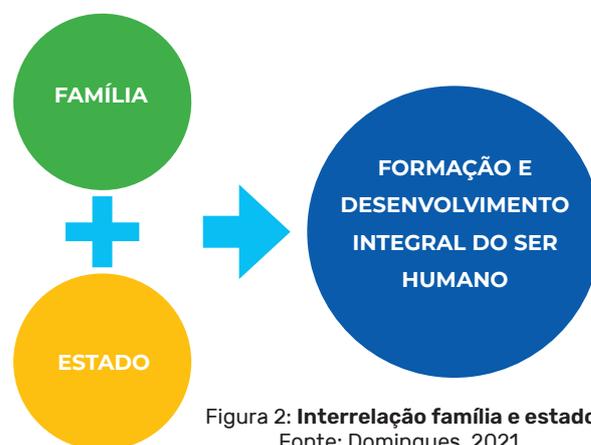


Figura 2: **Interrelação família e estado**
Fonte: Domingues, 2021.

Reitera-se ainda, aqui, que a partir da esfera familiar é possível contemplar as demais esferas que fazem parte da vida do ser humano, sendo esse o motivo para que os marcos legais e teóricos indiquem a família como ponto de sustentação na construção de referências, visões de mundo, vínculos internos e externos, pautados na absoluta prioridade, no melhor interesse, no cuidado e na proteção e, sobretudo, na responsabilidade assumida com relação à formação integral de crianças e adolescentes que dependem tanto material como emocional e espiritualmente de sua ação efetiva.

²Os Tratados Internacionais são normas supralais e por isso, ao serem recepcionadas, tem eficácia no mundo jurídico a partir da teoria monista adotada majoritariamente no Brasil. A partir da aplicabilidade da teoria monista, em caso de discordância ou conflito entre as normas interna e internacional, será adotada a norma internacional na resolução do conflito.

A criação da Secretaria Nacional da Família – SNF é uma inovação e um avanço do governo brasileiro, demonstrando o valor que a família adquire no plano governamental, materializado na definição, construção e implementação de políticas públicas direcionadas para o seu atendimento. De fato, as políticas públicas direcionadas à família nascem dessa necessidade, mas também, de auxílio e proteção do bem mais precioso: a vida. Assim, compete à SNF ser um braço do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, na medida em que promove, elabora, coordena e propõe ações de natureza intersetorial, interinstitucional, interfederativa e internacional.

É com esse olhar da transversalidade e da interação que é preciso propor ações e estratégias factíveis à família, a serem contempladas no contexto das Políticas Públicas e que estejam de acordo com a norma jurídica nacional e internacional, a fim de que possam ganhar legitimidade e validade em seus propósitos.

A partir do que é estabelecido na norma jurídica brasileira e internacional sobre o tema família, é possível perceber que faz-se necessário apresentar caminhos teórico-metodológicos que subsidiem a sua materialização na realidade social, principalmente no sentido de assegurar os direitos estabelecidos e que visam atender ao princípio da dignidade humana. Isso acontece porque:

A nossa vida se desenvolve em um mundo de normas. Acreditamos que somos livres, mas na realidade, estamos envoltos em uma rede muito espessa de regras de conduta que, desde o nascimento até a morte, dirigem nesta ou naquela direção as nossas ações. (BOBBIO, 2016, p. 5).

Diante disso é que se pode defender que o princípio da dignidade humana requer ações de valorização da vida, as quais se evidenciam nas atitudes de alteridade, responsabilidade e respeito ao outro. Por esse motivo, quando as normas que regem tais atitudes são negligenciadas, faz-se necessário desenvolver ações de denúncia e resgate sobre o sentido de ser humano, ou seja, “é preciso denunciar circunstâncias que estão em contraste com a dignidade humana” (MARCILIO, 2012, p. 73).

É nessa direção que surgem estudos teóricos visando trabalhar com a perspectiva sobre o sentido da vida, assumindo que é por intermédio das relações humanas que o ser humano cresce, desenvolve e constitui sua identidade individual e coletiva. Afinal, ele é um ser social que precisa do outro, descobrindo o seu papel nos processos de humanização e conscientização de sua ação.

Para tal intento, surge o viés de sistematização por meio de Políticas Públicas, cuja extensão e alcance são notórios, uma vez que não atenderá uma demanda reprimida ou limitada, mas sua função é assecuratória, protetiva e incluyente, na medida em que pensa estratégias direcionadas ao atendimento do estado brasileiro e as complexas relações que estão presentes na composição dos diferentes grupos sociais estabelecidos neste território diverso e plural.

É na constituição de Políticas Públicas que é possível implementar ações com escala de repercussão em nível nacional e até internacional, pois elas democratizam o acesso das pessoas aos programas efetivados, ao mesmo tempo em que abrem caminhos para estudos, pesquisa, produção e divulgação de ações que visam trabalhar com o problema levantado.

Referências:

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 24ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: promulgado em 13 de julho de 1990. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996.

MARCILIO, M. L. Fundamentos Éticos dos Direitos Humanos. In: SANTOS, I.; POZZOLI, L. **Direitos Humanos e Fundamentais e Doutrina Social**. São Paulo: Boreal Editora, 2012.

● Fórum - 15 minutos

Sobre a relevância do ECA, indique um ponto positivo e um ponto negativo de sua aplicação na formação infantojuvenil. Poste sua resposta no Fórum.

● O que aprendi? - 5 minutos

Realize o Quiz sobre a temática desenvolvida:

- Os princípios que sustentam o ECA são decorrentes das ações que estão presentes na alternativa:
 - Absoluta prioridade; proteção; convivência familiar, melhor interesse e municipalização.
 - Proteção, coerção, convivência social e familiar.
 - Convivência familiar, absoluta prioridade, municipalização e coerção.
 - Melhor interesse, proteção, coerção e convivência social e familiar.
- O princípio da _____ requer ações de valorização da vida, as quais se evidenciam nas atitudes de alteridade, responsabilidade e respeito ao outro. O item que completa corretamente a sentença está na alternativa:
 - Soberania
 - Cidadania
 - Dignidade da pessoa humana
 - Pluralidade política
- A criação da Secretaria Nacional da Família – SNF é uma inovação e um avanço do governo brasileiro, demonstrando o valor que a família adquire no plano governamental, materializado na definição, construção e implementação de políticas públicas direcionadas para o seu atendimento.
 - Verdadeiro
 - Falso
- _____ é assumida como uma estrutura base da sociedade, sendo, portanto, alvo de proteção da sociedade e do Estado. Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmação.
 - Educação
 - Igreja
 - Família
 - Legislação
- É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, não em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.
 - Verdadeiro
 - Falso

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.
E-book do Programa Vem Viver.

ENCONTRO 4

Direitos e Responsabilidades

Dimensão	Social
Propósito	Identificar os direitos das crianças, reconhecendo que sua observância envolve responsabilidades em nível de cuidado e proteção.
Palavras-Chave	Direito. Responsabilidade.
Ideia-Guia	Estabelecer a previsibilidade legal sobre os direitos contida no ECA.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

Quais os direitos alistados no Estatuto da Criança e do Adolescente?

Que responsabilidades são advindas dos direitos a serem assegurados?

Por que o pilar escolhido é o da proteção integral?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Pesquisa Palavras-Chave:

Direito: Aquilo que é justo e certo. O que deve ser possível a cada um na vida em sociedade, e de acordo com suas leis, sua ética etc.: O direito é todos terem acesso à saúde e a uma boa educação. Poder, prerrogativa legal.

Fonte: <https://aulete.com.br/direito>

Responsabilidade: Incumbência ou tarefa que cabe a alguém: Esta parte do trabalho é de responsabilidade do contador. Condição de quem tem obrigação de responder pelos efeitos dos próprios atos ou pelos de outros.

Fonte: <https://aulete.com.br/responsabilidade>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

PROTEÇÃO INTEGRAL SEMPRE

A palavra **proteção** expressa a ideia de cuidado, zelo, acolhimento, senso de responsabilidade; e por esse motivo, evoca a necessidade de demonstrar respeito e atenção com o sujeito e/ou objeto da ação protetiva. No caso do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o sujeito-alvo da proteção são as crianças e os adolescentes. Isso quer dizer que todos eles, independentemente de classe e condição social, são resguardados por tal documento legal.

Cabe ressaltar que o pilar da proteção tem natureza integral e por isso lhe é atribuído o status da universalização de prioridade absoluta. Então, a proteção é inclusiva e plural, ou seja, não aceita processos de discriminação, eleição e exclusividade para uma parcela da população. Antes, sua ação é uniforme, democrática e global.

Quando se observa o pilar da proteção integral, é preciso que as ações sejam responsáveis e assertivas, por isso que se faz necessário agir em prol do bem-estar da pessoa, o que inclui manter atitudes de respeito e valorização da vida. Compreende-se que:

Respeitar alguém significa respeitar sua individualidade, suas formas de expressão e imagem, suas origens, suas escolhas, suas opiniões, seus limites e seus sentimentos. Respeitar não implica em concordar com outro ou elogiar qualquer tipo de conduta. Significa não ter o direito de desqualificar, menosprezar, ridicularizar, oprimir e/ou impor. (SERRÃO; BALLEIRO, 1999, p. 32).

Isso indica que a prática do respeito é a que oportuniza a convivência social, devendo ser observada no interior dos relacionamentos, porque quando há respeito, existe segurança, equilíbrio e paz. Esses valores favorecem o desenvolvimento integral do ser humano, ao mesmo tempo em que dão oportunidades para aprender a conviver com o diferente. Afinal: “Os valores humanos conscientizados e vivenciados individualmente, em família e na escola serão certamente o fermento que fará crescer a fraternidade, a compaixão, a reverência e a cooperação como esteios da criação de uma nova sociedade” (MARTINELLI, 2006, p. 10).

Ainda, é preciso reiterar o valor presente na cultura da paz, visto ser essencial ao processo da formação humana. Viver em paz é um passo para manter a saúde e o desenvolvimento integral. Sobre a perspectiva da paz, surge a necessidade de manter o diálogo como ferramenta de negociação, tomada de decisão e aprendizagem. Isso porque:

O diálogo visando resolver o problema passa a ser uma ação educativa, pois todos os envolvidos, sem julgamentos prévios ou definições, passam a se responsabilizar e a criar solução para o caso. [...] Em vez de culpar e punir, o foco é restaurar as relações entre as pessoas envolvidas no conflito, criando uma cultura de diálogo, respeito mútuo e paz. (NUNES, 2011, p. 46)

A partir do diálogo a convivência, torna-se possível, porque ela não se firma no confronto violento, mas na conciliação visando a pacificação entre as pessoas. Dito isto, cabe agora apresentar os direitos a serem observados por pais, responsáveis, educadores, estado e todos aqueles que fazem parte da sociedade brasileira. Antes, porém, é preciso conceituar o que vem sendo denominado de poder familiar.

É o conjunto de direitos e deveres atribuídos aos pais em relação aos filhos menores de idade. É irrenunciável, indelegável e imprescindível. Isso significa que os pais não podem renunciar a ele nem transferi-lo para terceiros (única exceção, diz o ECA, é o pedido de colocação em família substituta a ser examinado pelo juiz da infância) (Direitos da Criança e do Adolescente: Conhecer para Defender, s/a, p.8).

Observe que os direitos e deveres assumem a condição de ser irrenunciável, indelegável e imprescritível. Isso revela a força que eles exercem sob a responsabilidade assumida, cabendo total e absoluta observância. Não é um ato arbitrário, mas positivado e que pode gerar consequências de ordem punitiva àqueles que são considerados responsáveis pela sua efetivação.

Com relação aos direitos das crianças e adolescentes apresentados no ECA, é possível dizer que eles têm alcance geral, universal e prioritário. Os direitos são assim expostos: à vida e à saúde; à liberdade, ao respeito e à dignidade; convivência familiar e comunitária; educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; à profissionalização e à proteção no trabalho.

Para melhor visualização dos direitos assegurados, cabe agora apresentá-los por meio de um quadro descritivo.

DIREITOS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

À VIDA E À SAÚDE	<p>É assegurada e protegida a vida e a saúde da criança, desde o momento da concepção até o processo de crescimento e desenvolvimento.</p> <p>Neste direito está previsto a assistência médica e odontológica gratuitas e prioridade no atendimento em caso de perigo e/ou socorro.</p>
À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE	<p>É assegurado o exercício de liberdade. Isso indica que a criança e o adolescente podem expressar ideias, opiniões e pensamentos. Eles podem escolher suas crenças e emitir impressões sobre elas.</p> <p>É, ainda, assegurado tratamento respeitoso e digno. Isso indica que atos de violência, maus-tratos e negligência serão alvos de sanções devido à violação do direito.</p> <p>Crianças e adolescentes têm direito de ir e vir, contudo, dependendo da idade, precisam estar devidamente acompanhados por seus pais ou responsáveis.</p>
À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	<p>Lugar de criança e adolescente é no espaço da família. A família é o primeiro núcleo de socialização e contato com a realidade social. É a partir da família que os vínculos são efetivados e estendidos para outros núcleos de convivência. É na convivência saudável e significativa que ocorre a formação e o desenvolvimento sadio, responsável, respeitoso e equilibrado.</p>
À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER	<p>Aqui, estão previstas possibilidades formativas para crianças e adolescentes. Elas têm natureza gratuita e de acesso público. O que indica que toda criança e adolescente têm assegurado tais direitos, pois eles favorecem o seu crescimento e desenvolvimento integral.</p>
À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO	<p>Pensam-se em ações projetivas, por isso é que se tem a profissionalização como um direito. Claro que a intenção é despertar, mobilizar, desenvolver competências e aptidões para o exercício profissional e assegurar a condição de aprendiz, o que requer que se tenham condições satisfatórias e adequadas para o desempenho da sua profissionalidade.</p>

Fonte: Domingues, 2021.

É preciso ressaltar que os direitos precisam ser reivindicados em caso de violação, principalmente quando se está diante de um cenário de vulnerabilidade e/ou infração. Não se deve compactuar com casos de negligência e nem mesmo com atos de violência e maus-tratos. Isso é uma prática de transgressão à norma constitucional, aos princípios de dignidade da pessoa humana e cidadania, aos direitos fundamentais e os previstos no estatuto ECA.

Situações de vulnerabilidade são aquelas em que crianças e adolescentes tornam-se alvos de violência e maus-tratos, quer seja no contexto familiar e social ou ainda que vivam sem proteção familiar ou que foram abandonados por seus responsáveis. Já a infração penal, é aquela em que o adolescente incorre em delitos e/ou crimes.

Nos casos de vulnerabilidade e infração penal, compete ter atenção redobrada e, ainda, exercer a prática cidadã de maneira participativa e consciente. Não se pode fechar os olhos à situação vivenciada: é preciso agir com proatividade. O ato de agir requer liberdade e senso de responsabilidade, ao mesmo tempo em que se tem consciência de que todos são iguais perante a lei.

Para tal, reconhece-se que no âmbito dos direitos: “A liberdade e a igualdade dos homens não são um dado de fato, mas um ideal a perseguir; não são uma existência, mas um valor; não são um ser, mas um dever ser” (BOBBIO, 2004, p. 49). E, ainda, Jares (2002, p.130) arremata concluindo que: “Em suma, paz, desenvolvimento, direitos humanos e democracia, são conceitos interdependentes que se requerem mutuamente. O que, logicamente, deve ter sua aplicação concreta no plano pedagógico”.

O plano pedagógico tem natureza formativa, por isso assume vital relevância no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, requerendo ações que visem assegurar os direitos, a cultura da paz e a valorização da vida. Esses são os objetivos fundamentais a serem perseguidos no trabalho educativo.

Trabalhar no contexto dos direitos possibilita que crianças e adolescentes cresçam com percepções corretas de si, do outro e do meio em que estão inseridas, podendo, inclusive, exercer sua cidadania no tocante a reivindicar propostas efetivadas para o seu cumprimento.

Referências:

BOBBIO, N. **A era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 24ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: promulgado em 13 de julho de 1990. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. (Coleção Saraiva de Legislação).

CARTILHA **Direitos da Criança e do Adolescente**: Conhecer para Defender. Pará: Defensoria Pública do Estado do Pará.

JARES, X. R. **Educação para a Paz**: sua teoria e sua prática. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MARTINELLI, Marilu. **Aulas de transformação**. São Paulo: Peirópolis, 1996. NUNES, A. O. **Como Restaurar a Paz nas Escolas**. São Paulo: Contexto, 2011.

SERRÃO, M; BALEEIRO, M. C. **Aprendendo a ser e a conviver**. 2ª ed. – São Paulo: FTD, 1999.

Fórum - 15 minutos

Dentre os direitos elencados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, escolha um e faça um breve comentário. Poste sua resposta no Fórum.

O que aprendi? - 5 minutos

Realize o Quiz sobre a temática desenvolvida.

- De acordo com o estudo efetivado, os casos de vulnerabilidade e infração penal devem ser alvo para:
 - Procurar imediatamente a polícia para denunciar.
 - Fazer queixa-crime, por meio de boletim de ocorrência.
 - Ter atenção redobrada e, ainda, exercer a prática cidadã de maneira participativa e consciente.
 - Munir de provas e testemunhas para levar o caso ao Conselho Tutelar.
- O _____ tem natureza formativa, por isso assume vital relevância no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, requerendo ações que visem assegurar os direitos, a cultura da paz e a valorização da vida.
 - Direito de crianças e adolescentes
 - Plano Pedagógico
 - Trabalho educativo
 - Contexto de atuação
- Com relação aos direitos das crianças e adolescentes apresentados no ECA, é possível dizer que eles têm:
 - Alcance geral, universal e prioritário.
 - Público-alvo exclusivo
 - Metas irrealizáveis
 - Visão assistencialista
- Os direitos e deveres enunciados no Estatuto da Criança e do Adolescente assumem a condição de ser:
 - Universais e renunciáveis.
 - Universais e prescritivos.
 - Universais e delegáveis
 - Nenhuma das alternativas anteriores
- Cabe ressaltar que o pilar da proteção tem natureza integral e por isso lhe é atribuído o status da universalização de prioridade absoluta.
 - Falso
 - Verdadeiro

Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.

ENCONTRO 5

Empreendedorismo

Dimensão	Social
Propósito	Definir empreendedorismo e sua aplicabilidade na formação e no desenvolvimento profissional.
Palavras-Chave	Profissão. Empreender.
Ideia-Guia	Trabalhar com a temática da formação profissional, a partir da ideia do empreendedorismo.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

O que significa empreender e por que este tema é fundamental ao processo formativo?

Por que a profissionalização precisa fazer parte da vida escolar?

Como trabalhar a profissionalização, tendo o viés do empreendedorismo?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Definição de Palavras-Chave:

Profissão: Trabalho para obtenção dos meios de subsistência; ocupação, ofício.

Fonte: <https://aulete.com.br/profissao>

Empreender: Pôr em prática; realizar. Decidir ou tentar realizar tarefa difícil, laboriosa, demorada. Experimentar, procurar fazer, tomar iniciativa de ação, tarefa, realização.

Fonte: <https://aulete.com.br/empreender>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREENDEDORA

É muito recorrente, na sociedade brasileira, abordar o tema empreendedorismo. Porém, para que se possa trabalhar com essa perspectiva, é preciso que o processo formativo desenvolva algumas competências. Afinal, o empreendedorismo requer algumas ações essenciais para que ela de fato consiga ter expressão na vida e na realidade social.

As competências estão presentes na Base Curricular Nacional e por isso necessitam ser compreendidas para que possam ganhar corpo no contexto formativo. São as competências que abrirão caminho para o trabalho educativo a ser efetivado e que possibilitarão desenvolver uma visão e prática empreendedora.

Dito isso, é preciso compreender o que se denomina por competência. Para Perrenoud (2000, p. 19), “competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações), para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações”. Na visão de Perrenoud, a competência visa a resolução de um problema real, que requer a mobilização de saberes. Esses saberes são situados na esfera cognitiva, o que indica aplicação do raciocínio, da lógica e da argumentação.

Le Boterf (2005) associa a ideia de competência ao saber agir, por isso que a pessoa envolvida em situações-problema tem como desafio não apenas a sua resolução, mas a construção do caminho que fundamenta a sua resposta e decisão. Diante disso, é preciso que as competências mobilizem os recursos e conhecimentos necessários em três ações específicas: saber agir; querer agir e poder agir. O saber agir requer conhecimentos que serão aplicados na prática da mobilização. O querer agir envolve atitude e motivação pessoais e o poder agir revela a existência de uma situação que reclama tomada de decisão.

Ainda é possível dizer que a competência é uma faculdade que provoca conhecimento. O ato de conhecer requer que cada sujeito estabeleça relações entre o que se quer conhecer e o já conhecido, por isso não se pode limitar a atuação da competência apenas ao campo da cognição, pois o ser humano aprende com todo o seu ser – ou seja, ouvindo, experimentando, sentindo, crendo, movimentando-se, desenvolvendo capacidades. Assim, “a competência seria a demonstração através dos aspectos cognitivos, socioafetivos e psicomotores dos conhecimentos que adquirimos ao longo da vida” (SILVA, 2012, p. 41).

Sobre o desenvolvimento de capacidades é preciso ressaltar que ele guarda relação com o viés do empreendedorismo. Roegiers e De Ketelle (2004, p. 38) apresentam as seguintes características da capacidade:

Transversalidade: é possível de ser mobilizada em todas as disciplinas e diversos graus de estudo;

Evolutividade: desenvolvida de diferentes formas no decorrer do tempo;

Transformação: contato com o ambiente e o conteúdo, com outras capacidades e com situações, as capacidades interagem, combinam-se entre si e geram progressivamente novas capacidades cada vez mais operacionais;

Não avaliabilidade: é difícil objetivar o nível de domínio de uma capacidade no estado puro.

A partir das características alistadas, é possível compreender o objetivo formativo a ser trabalhado no contexto do empreendedorismo, visto que ele é definido como a capacidade a ser desenvolvida pelo indivíduo para inovar, formar ideias, inventar, adaptar, usar a criatividade, ver e aproveitar oportunidades, acreditar em uma proposta, projeção ou ideia. Assim, a sua finalidade é formar para a atuação na realidade social.

O empreendedorismo, assim como a competência, também não se limita ao aspecto cognitivo, antes se apoia na visão do saber-fazer-agir, por isso abrange as áreas socioafetiva, psicomotora e física – o que requer habilidades de análise, síntese, dedução, adaptação, preparação, diferenciação, orquestração, combinação, coordenação, especificação sobre a situação, o conhecimento e a experiência compartilhada. Diante disso, torna-se possível apresentar a seguinte ilustração sobre o campo do empreendedorismo e suas conexões:



Fonte: Domingues, 2021.

O empreendedorismo oportuniza ao ser humano projetar planos a partir das aprendizagens efetivadas. Ele se torna um campo da prática, contudo requer competências, habilidades, destrezas e percepções sobre a situação, a fim de que se possa decidir sobre o que será desenvolvido como projeto de vida. Isso porque, empreender “é a capacidade de criação, por meio de objetivos e obtenção de resultados positivos. É materialização de um sonho, de uma imagem mental” (FIALHO et al, 2007).

Cabe agora descrever como o empreendedorismo ajuda na formação daquele que irá empreender, afinal a sua atuação recai sobre o campo do saber-fazer-agir e conecta-se com o que se chama profissionalização. Empreender seria a ação de projetar uma ideia e sistematizá-la na prática – envolve a capacidade de aprender, ou seja, apropriar-se do conhecimento.

No contexto educacional, o empreendedorismo não está vinculado a uma disciplina. Antes, ele é desenvolvido quando se está diante de um problema advindo da realidade. Ao se debruçar sobre o problema, cabe projetar estratégias que visam dar resposta a tal situação. É no ato de refletir em possibilidades que a formação empreendedora vai se consolidando. Pode-se deduzir disso que:

[...] a ação empreendedora requer a formação de competências e habilidades [...]. Essas competências podem ser descritas como os saberes-fazeres em ação e por isso ocupam lugar no próprio desenvolvimento da profissionalidade. (DOMINGUES, 2009, p. 64)

Empreender, então, é a maneira de buscar alternativas diante do que está consolidado, por isso requer muita criatividade, visão prospectiva e imaginação. Também envolve a capacidade de usar e aplicar os recursos tecnológicos para dar movimento e dinamicidade à ideia projetada. Ainda, considera-se que:

[...] o ato de empreender associado à criatividade busca oferecer ao seu agente condições indispensáveis para o pensar diferente diante de uma situação que exige tomada de decisão. Este posicionamento torna-se fruto de ponderações estratégicas, definidas como balizadoras da ação humana. (DOMINGUES, 2009, p. 64).

Quando se pensa no conceito de empreendedorismo, é muito recorrente falar de autonomia, autoaprendizagem, espírito inovador, capacidade de liderança e adaptação. Entretanto, esses elementos precisam ser trabalhados no contexto da formação do ser humano, pois serão muito requisitados na prática profissional e que não se restringe a relação empregado e empregador.

A profissionalização é o meio de desenvolvimento de competências e habilidades essenciais ao saber-fazer-agir do ser humano frente às situações que exigem uma resposta e uma decisão. Ela guarda relação com a presença da proatividade, o que se torna um diferencial nas cotidianas.

O espaço da escola pode ser considerado ímpar para o desenvolvimento do empreendedorismo, quer seja em aulas práticas ou as que envolvem problemas advindos das ciências naturais e/ou tecnológicas. Ela se apresenta com um campo das experimentações, das inovações e da busca pelo conhecimento a ser aplicado na vida.

Para Leite (2012), o empreendedor pode ser considerado um artista que se afirma e se realiza no ato da criação, visto que procura a inovação e a descoberta de novas maneiras de lidar com a realidade. Por tal motivo, o autor apresenta quatro ações indispensáveis a prática empreendedora, são elas: decidir, inovar, antecipar, agir e criar. Elas trabalham em sinergia, o que indica a ausência de hierarquia entre elas. Todas são fundamentais à visão, missão e ao trabalho do empreendedor.

As palavras-chave que evidenciam o perfil empreendedor podem ser assim descritas: flexibilidade, atualização permanente, motivação, envolvimento, compromisso, criatividade, inovação, proatividade, abertura à mudança, capacidade de adaptação, orientação para resolução de problemas e tenacidade (LEITE, 2012). Isso revela que o empreendedor é aquele que inspira e está em constante processo de ensino e aprendizagem.

O ato de empreender oportuniza ao ser humano um sentido de ser para sua ação no mundo. Ele começa a visualizar possibilidades, percebendo que o ato da criação e produção de ideias se caracteriza como o primeiro passo a caminho da sua sistematização na realidade social. Nessa direção, aquele que empreende pode ser fonte de inspiração para outros, ou seja, torna-se uma referência.

Quando se investe na formação e no desenvolvimento empreendedor, são criados espaços de convivência ética e que buscam o bem comum. Afinal, a ideia projetada pode ser canalizada para sua materialização na realidade social, a fim de oferecer um serviço, um produto ou ainda uma inovação que contribuirá com o desenvolvimento e o crescimento da sociedade. A ideia de fato pode mover o mundo e gerar riqueza nas dimensões pessoais, profissionais, físicas, materiais, socioafetivas e cognitivas.

Referências:

- DOMINGUES, G. S. Pedagogo empreendedor: a busca na formação de competências. **Revista OPET textos**. Curitiba. Editora OPET, 2009, p. 63-73.
- FIALHO, F. A et al. **Empreendedorismo na era do conhecimento**. Florianópolis: Visual Books, 2007.
- LE BOTERF, G. **Construir as competências individuais e coletivas: respostas a 80 questões**. Lisboa: Asa, 2005.
- LEITE, E. F. **O fenômeno do empreendedorismo**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- PERRENOUD, P. **Dez nove competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- ROEGIERS, X; DE KETELLE, J-M. **Uma pedagogia da integração: competências e aquisições no ensino**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.
- SILVA, A.C.R da. **Educação por competências**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2012.

Fórum - 15 minutos

A partir do estudo desenvolvido, como trabalhar o empreendedorismo no espaço da sala de aula? Registre sua resposta no Fórum.

● O que aprendi? - 5 minutos

Realize o Quiz sobre o tema desenvolvido.

1. O espaço da escola não é o lugar propício para o desenvolvimento do empreendedorismo, mas do conhecimento sistematizado.
 - a) Certo
 - b) Errado
2. Marque a alternativa que não representa uma ideia correta sobre o empreendedorismo.
 - a) Quando se investe na formação e no desenvolvimento empreendedor, são criados espaços de convivência ética e que buscam o bem comum.
 - b) O empreendedor pode ser considerado um artista que se afirma e se realiza no ato da criação, visto que procura a inovação e a descoberta de novas maneiras de lidar com a realidade.
 - c) É muito recorrente falar de autonomia, autoaprendizagem, espírito inovador, capacidade de liderança e adaptação. Entretanto, esses elementos não precisam ser trabalhados no contexto da formação do ser humano efetivadas no contexto escolar.
 - d) O ato de empreender oportuniza ao ser humano um sentido de ser para sua ação no mundo. Ele começa a visualizar possibilidades, percebendo que o ato da criação e produção de ideias se caracteriza como o primeiro passo a caminho da sua sistematização na realidade social.
3. “_____ é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações), para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações.”
 - a) Competência
 - b) Empreendedorismo
 - c) Criatividade
 - d) Profissionalização
4. A profissionalização é o meio de desenvolvimento de competências e habilidades essenciais ao saber-fazer-agir do ser humano frente às situações que exigem uma resposta e uma decisão.
 - a) Falso
 - b) Verdadeiro
5. O objetivo formativo a ser trabalhado no contexto do empreendedorismo é definido como a capacidade a ser desenvolvida pelo indivíduo para inovar, formar ideias, inventar, adaptar, usar a criatividade, ver e aproveitar oportunidades, acreditar em uma proposta, projeção ou ideia.
 - a) Certo
 - b) Errado

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.

ENCONTRO 6

Princípios Éticos e Bem Comum

Dimensão	Social
Propósito	Reconhecer o valor dos princípios éticos para a convivência social na busca pelo bem comum.
Palavras-Chave	Prevenção. Princípio. Ética.
Ideia-Guia	Apresentar o trabalho do PROERD direcionado à prevenção de drogas e violência.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

Por que as relações humanas precisam ser apoiadas em princípios éticos?

O que seria o bem comum e como trabalhar em prol da sua concretização na realidade social?

Será que é possível pensar em relacionamentos saudáveis sem que se apoiem em princípios éticos?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Definição de Palavras-Chave:

Prevenção: Ação ou resultado de prevenir. Medida tomada para evitar perigos ou danos; precaução, cautela.

Fonte: <https://aulete.com.br/prevenção>

Princípio: No sentido geral, a causa, recurso ou origem de tudo; que precede às coisas, por exemplo o princípio da ação. Causa primária.

Fonte: <https://dicionario1828.com/>

Ética: Conjunto de princípios, normas e regras que devem ser seguidos para que se estabeleça um comportamento moral exemplar.

Fonte: <https://aulete.com.br/ética>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

PRINCÍPIOS ÉTICOS NAS RELAÇÕES HUMANAS

Falar de princípios éticos é como navegar na obriedade, por ser considerada uma ação que se espera de cada um como prática a ser exercida, visto que os princípios já deveriam ser apropriados na vida e nos relacionamentos. Afinal, os princípios éticos são aqueles que se expressam em atitudes fundamentadas nas práticas da paz, da convivência harmoniosa, no respeito, na responsabilidade, na solidariedade.

Em contrapartida, a ausência de princípios éticos provoca o mal-estar na sociedade a partir de ações associadas à corrupção, violência, desonestidade, desvio de caráter e egoísmo exacerbado. Ações que interrompem o crescimento e desenvolvimento do indivíduo, do grupo social, da cidade, do Estado e nação. É o que se denomina **efeito cascata**.

Sobre a moralidade no contexto da sociedade, Lipovetsky (2005, p. 85) relata sobre o problema da valorização exacerbado do individualismo impulsionado pelo viés do consumo. Esse problema afeta a convivência social, visto que irá impactar a aplicação da moral. “Afinal, “a moral responde pelo rumo, pela direção em que navegamos. Ajuda a determinar se queremos ir para oeste ou para sul”, isso implica escolhas e decisões que não podem ser consideradas de forma isolada e distanciada do sentido de comunidade.

Ainda para Lipovetsky (2005, p. 85), uma sociedade democrática afirma-se na criação de “princípios e regras, a partir do conflito, das diferentes posições, podendo reorientar amanhã o que é feito hoje”. Isso indica que o conflito pode ser um elemento impulsionador na observação e aplicação da ética para a convivência humana. A partir disso, faz-se necessário educar para a convivência ética, o que atingirá mente e coração humanos.

Quando se fala de princípios éticos não se pode restringir seu campo de atuação aos relacionamentos familiares e/ou comunitários, mas eles precisam ser observados e situados em qualquer esfera das relações humanas, as quais envolvem a si mesmo, o outro e o meio ambiente, isso porque uma atitude impacta direta ou indiretamente na convivência e paz social.

Nessa direção, assume-se que os princípios éticos serão aqueles que trarão as bases fundamentais a serem contempladas nos relacionamentos humanos. O pensamento de Aristóteles, apresentado por Coletti (2000, p. 7), diz que “o homem, quando ético, é o melhor dos animais; mas, separado da lei e da justiça, é o pior de todos”.

Vásquez (2005), por sua vez, defende que a ética concede ao ser humano o direito de decidir e agir numa situação concreta, mas para tal é preciso ser investido de responsabilidade moral e de consciência sobre as próprias ações. Ele se torna um ser com e para os outros.

Na perspectiva da responsabilidade e de consciência, cabe ressaltar que os princípios éticos ultrapassam a esfera do fazer associado ao padrão estabelecido, pois o fazer está envolvido numa ação refletida que comunica sobre o que se aceita e pratica por intermédio dos relacionamentos, como valor, prioridade e necessidade. Compete dizer que a ética:

[...] sistematiza normas, padrões e valores que são legitimados no interior de uma sociedade e que são transmitidos de geração a geração, embora alguns desses princípios estejam sendo alvos de novas leituras e ressignificações, devido ao processo de relativização presente na formação de novas mentalidades. (DOMINGUES, 2017, p. 111)

Nessa acepção, ocorre a aplicação dos princípios éticos a partir do viés da moral, em que se firma em ações, condutas e comportamentos humanos. Para Veloso (2017, p. 74), a moral é percebida como um processo social, o que favorece o desenvolvimento e a manutenção da convivência humana. Ainda, sobre a inserção da moral, defende-se que ela se torna essencial para o estabelecimento do que se tem denominado como bem comum.

Viver na esteira do bem comum possibilita manter de visão e vida em comunidade, por meio de objetivos definidos e que favorecem ao crescimento e desenvolvimento de um grupo ou comunidade social. Falar em bem comum é viver com senso de responsabilidade, a partir da aceitação e compreensão de um conjunto de princípios que irão nortear o sentido da existência.

Esses princípios oportunizarão às pessoas caminhar com senso de justiça. Afinal, o senso de justiça requer respeito, equilíbrio, ponderação e, sobretudo, alteridade.

Viver com senso de justiça, possibilita que os princípios éticos sejam legitimados a partir das vivências que serão experimentadas, compartilhadas, significadas em prol da afirmação da identidade e do valor do grupo social. Isso quer dizer que não se vive em função de si mesmo, mas em prol do bem comum.

Vale agora descrever sete princípios a serem observados nas relações humanas, antes, porém, compete fazer um esquema ilustrado quanto a sua dinâmica e representação.



Fonte: Domingues, 2021.

O primeiro deles é o amor. Sem o amor, a convivência fica distanciada, impessoal e destituída de vínculos afetivos. A partir do amor, é possível exercer a compaixão, que possibilita o sentir pelo outro, ou seja, viver com alteridade.

O segundo é o respeito. O respeito é o termômetro dos relacionamentos. A partir dele é que se pode manter relacionamentos saudáveis e equilibrados.

O terceiro é a responsabilidade. Isso requer reconhecimento de ações e práticas efetivadas, bem como de seus efeitos. Ser responsável é exercer a missão com excelência.

O quarto princípio é solidariedade, que se aproxima dos demais em relação à ação praticada. Ela requer uma atuação efetiva em prol da prática da justiça e do bem comum.

O quinto princípio é temperança. Como o próprio nome sugere, agirá atribuindo sabor aos relacionamentos, por isso que se faz necessário agir com paciência, cautela e discernimento.

O sexto princípio é bondade. A bondade também guarda relação com os demais princípios e que pode ser verificada em atitudes, pensamentos, expressões e gestos. Bondade é uma forma de amor sem interesse.

O sétimo princípio é senso de justiça. Viver com senso de justiça requer adoção de medidas justas, equilibradas e pacíficas. A partir do senso de justiça, é possível viver sob a perspectiva da cultura da paz.

Os princípios éticos valorizam a vida, a convivência e, sobretudo, dinamizam os relacionamentos humanos pautados no desenvolvimento e no crescimento de pessoas, cidade, estado e nação. Vale a pena viver a partir de princípios.

Diante disso, surgem ações da sociedade para trabalhar em prol da convivência, da valorização da vida e da cultura da paz. Uma das ações vem do Programa Educacional de Resistência a Drogas – PROERD. Seu objetivo é trabalhar em prol da vida, abordando sobre os malefícios causados pelo uso de drogas ilícitas e entorpecentes e a maneira como resistir a pressões do meio.

O PROERD ainda faz um trabalho de caráter preventivo contra atos de violência, por isso atua em parceria com escolas por meio de palestras e atividades socioeducativas, atendendo crianças, jovens, pais, responsáveis e comunidade.

A intenção é que o conhecimento possa ajudar crianças e adolescentes a refletirem e decidirem sobre o seu futuro de maneira saudável e responsável. A partir do PROERD, a escola ganha um aliado de peso no enfrentamento da violência e drogadição. Firmar parceria é uma forma de agir colaborativamente, promovendo o bem comum e a cultura da paz.

Referências:

COLETTI, R.N. **Bioética:** Paradigma de Qualidade nas Instituições Promotoras de Saúde. Londrina: UEL, 2000.

DOMINGUES, G.S. O Espaço da Ética Significada no Âmbito da Cosmovisão Cristã: Uma Questão de Escolha. In: SOUZA, J.N.; SOUZA, E.S de (orgs). **Teologia e Ética no Cuidado Pastoral.** Curitiba: FABAPAR, 2017.

LIPOVETSKY, G. Apresentação de Gilles Lipovetsky e Introdução aos debates. In: FORBES, J; REALE JÚNIOR, M. FERRAZ JUNIOR, T.S. (orgs). **A Invenção do Futuro.** São Paulo: MANOLE, 2005.

VASQUÉZ, A. **Ética.** Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2005.

VELOSO, D.G. Ética e Cidadania Inclusiva: O que a igreja tem a ver com isso? In: SOUZA, J.N.; SOUZA, E.S de (orgs). **Teologia e Ética no Cuidado Pastoral.** Curitiba: FABAPAR, 2017.

● Fórum - 15 minutos

Escolha um dos princípios e teça um comentário sobre ele. Poste sua resposta no Fórum.



O que aprendi? - 5 minutos

Realize o Quiz sobre o tema desenvolvido.

1. Viver na esteira do _____ possibilita manter de visão e vida em comunidade, por meio de objetivos definidos e que favorecem ao crescimento e desenvolvimento de um grupo ou comunidade social. Complete com a alternativa que torna a frase verdadeira.
 - a) Princípio
 - b) Valor moral
 - c) Bem comum
 - d) Senso de justiça
2. O senso de justiça possibilita que os princípios éticos sejam legitimados a partir das vivências que serão experimentadas, compartilhadas, significadas em prol da afirmação da identidade e do valor do grupo social.
 - a) Falso
 - b) Verdadeiro
3. Na perspectiva da responsabilidade e de consciência, cabe ressaltar que os princípios éticos não ultrapassam a esfera do fazer associado ao padrão estabelecido.
 - a) Falso
 - b) Verdadeiro
4. O _____ pode ser um elemento impulsionador na observação e aplicação da ética para a convivência humana. A partir disso, faz-se necessário educar para a convivência ética, o que atingirá mente e coração humanos. Escolha a alternativa que completa a afirmação, tornando-a verdadeira.
 - a) Padrão
 - b) Conflito
 - c) Valor
 - d) Bem comum
5. A ausência de princípios éticos provoca o mal-estar na sociedade a partir de ações associadas à corrupção, violência, desonestidade, desvio de caráter e egoísmo exacerbado.
 - a) Verdadeiro
 - b) Falso

Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.



MÓDULO 5

5 – DIMENSÃO FÍSICA – Carga Horária: 4 horas

A dimensão física tem por finalidade desenvolver a consciência do ser humano sobre o seu corpo, a partir do entendimento de que ele contribui para que ocorra o processo de identificação indispensável a consciência de si e do outro. Afinal, o corpo humano integra as relações que são estabelecidas no tempo, no espaço e na história.

ENCONTRO	TEMA	PALAVRAS-CHAVE	IDEIA-GUIA	MODELO ECOLÓGICO SOCIAL
1	Desenvolvimento Integral	Homem Ser humano Integral Integralidade Desenvolvimento	O desenvolvimento integral, considerando as características da faixa etária, forma o ser humano na sua integralidade e na coletividade.	Eu Família
2	Ciclo do Desenvolvimento Infantojuvenil	Criança Adolescente Adolescência Ciclo	Os ciclos do desenvolvimento infantojuvenil fazem parte da formação integral de crianças e adolescentes para que se tornem futuros cidadãos conscientes e autônomos.	Eu Família
3	O Corpo e a Identidade	Corpo Identidade	Saber quem somos faz parte do processo de identidade e autovalorização.	Eu Comunidade
4	O Corpo, História e Cultura	Corpo Movimento Expressão	A história e a cultura influenciam nos comportamentos e atitudes humanas.	Eu Comunidade Cidade
5	O Corpo e as Práticas Físico-Corporais	Coordenação Movimento Ritmo	As práticas físico-corporais fazem parte do desenvolvimento integral do ser humano.	Eu Comunidade Cidade
6	Esportes Coletivos e Regras de Convivência	Esportes Socialização Regra Convivência	As práticas desportivas coletivas possibilitam a socialização e a formação integral do ser humano.	Eu Comunidade Cidade

ENCONTRO 1

Desenvolvimento Integral

Dimensão	Física
Propósito	Estudar sobre o desenvolvimento integral do ser humano e seu impacto na vida.
Palavras-Chave	Homem, Ser humano, Integralidade. Desenvolvimento.
Ideia-Guia	O desenvolvimento integral, considerando as características da faixa etária, forma o ser humano na sua integralidade e na coletividade.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

Como as crianças e os adolescentes se desenvolvem?

Quais as implicações da dimensão física sobre o desenvolvimento integral do ser humano?

Por que conhecer o funcionamento do corpo humano é importante no processo ensino e aprendizagem?

Como elaborar atividades que possam ser trabalhadas com o público infantojuvenil e que ajudarão no seu desenvolvimento integral?

Essas são perguntas iniciais que ajudam o processo de reflexão a ser efetivado no estudo.

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Definição de Palavras-Chave:

Homem: Humanidade; a raça humana; toda a espécie de seres humanos; seres que se distinguem de todos os outros animais pelos poderes da razão e da palavra, bem como por sua forma e aspecto digno.

Fonte: <http://www.webstersdictionary1828.com/Dictionary/man>

Integral: Inteiro, completo, total. Que conserva suas propriedades originais .

Fonte: <https://aulete.com.br/integral>

Integralidade: Qualidade, estado ou condição do que é integral. Reunião das partes que compõem um todo; totalidade.

Fonte: <https://aulete.com.br/integralidade>

Desenvolvimento: Ação ou efeito de desenvolver(-se); Crescimento, aumento, progresso.

Fonte: <https://aulete.com.br/desenvolvimento>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

E POR FALAR EM DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

O desenvolvimento físico afeta o processo de crescimento do ser humano, na medida em que influencia o crescimento biopsicossocial e espiritual. Por isso, é preciso trabalhar em prol do seu funcionamento, a fim de que se alcance seu equilíbrio de forma integral.

A escola, ao trabalhar com a dimensão física, promove o desenvolvimento sadio de todas as dimensões da vida do ser humano, o que possibilita ter uma expectativa positiva sobre o sentido e a razão da existência. Isso traz valorização e boas percepções relacionadas a si, ao outro e ao meio. A partir do entendimento que o desenvolvimento afeta integralmente a vida do ser humano, cabe dizer que:

O Desenvolvimento Infantil (DI) é parte fundamental do desenvolvimento humano, destacando-se que, nos primeiros anos, é moldada a arquitetura cerebral, a partir da interação entre herança genética e influências do meio em que a criança vive. (SOUZA; VERÍSSIMO, 2015, p. 1098).

Isso reflete em pensar que é preciso observar com cuidado o processo de desenvolvimento físico da criança nos primeiros anos, a fim de que não se comprometa suas capacidades quer seja na dimensão mental, motora, social e emocional.

Para que se faça um trabalho eficiente no contexto da escola com as crianças, é preciso oportunizar atividades e práticas físicas e cognitivas que agucem a criatividade, imaginação e consciência corporal. Isso requer o planejamento de tempo para tais práticas, as quais serão essenciais para o seu desenvolvimento integral. Afinal:

O Desenvolvimento Infantil é parte fundamental do desenvolvimento humano, um processo ativo e único de cada criança, expresso por continuidade e mudanças nas habilidades motoras, cognitivas, psicossociais e de linguagem, com aquisições progressivamente mais complexas nas funções da vida diária e no exercício de seu papel social. O período pré-natal e os Anos Iniciais da infância são decisivos no processo de desenvolvimento, que é constituído pela interação das características biopsicológicas, herdadas geneticamente, e experiências oferecidas pelo meio ambiente. O alcance do potencial de cada criança depende do cuidado responsivo às suas necessidades de desenvolvimento. (SOUZA, 2014, p. 64).

Nesse sentido, é possível dizer que o desenvolvimento infantil sofre influências tanto de cunho genético, como do meio do ambiente. Por isso, faz-se necessário trabalhar com estímulos que favorecem a interação da criança com o meio em que vive. Essa interação tem tudo a ver com a percepção que ela irá desenvolver em relação à consciência de si, do corpo, do espaço com relação ao outro. É essa consciência que a faz reconhecer seus limites e potencialidades.

Coll e Edwards (1998) ressaltam a relevância do espaço escolar para o desenvolvimento do ser humano, na medida em que ele possa trabalhar diretamente com os processos de individualização e socialização. Isso indica que a escola pode, sim, contribuir para o seu desenvolvimento. É por intermédio da individualização que tanto crianças, como jovens e adultos afirmam sua identidade, reconhecem suas capacidades e destrezas, além de sua inserção na realidade.

A socialização favorece o ato de aprender a conviver e interagir com o outro, no sentido de compartilhar ideias, resolver conflitos, estabelecer parcerias e projetos e participar ativamente das dinâmicas em diferentes grupos. É por intermédio da socialização que a cultura de paz pode ser instaurada.

Ainda, é possível afirmar que é no processo de interação que são desenvolvidos o senso crítico, como também regras e sistemas de valores, os quais são fundamentais para o ser, estar, fazer e viver em comunidade. Esse sistema de valores irá oferecer normas para que se mantenha uma convivência social segura, responsável e comprometida com o meio social.

É por tal motivo que se defende a necessidade de trabalhar em prol do desenvolvimento integral. Afinal, ele atinge outras etapas da vida do ser humano, porém, é na infância que isso ocorre de maneira mais significativa, o que requer atenção dos formadores, quer sejam pais, responsáveis e educadores. Por tal motivo, é fundamental incentivar exercícios que envolvam lógica, coordenação motora e percepções viso-espaciais.

Dito isso, é possível deduzir que não há como trabalhar com o desenvolvimento do ser humano sem que se atente para a questão da integralidade. A integralidade é o ponto de partida e de chegada do fazer educativo, pois ela assegurará um desenvolvimento saudável e que possibilitará ao ser humano atingir de maneira global as dimensões de sua vida.

Referências:

COLL, C.; EDWARDS, D. (Orgs.). **Ensino, aprendizagem e discurso em sala de aula**: aproximações ao estudo do discurso educacional. Artmed: Porto Alegre, 1998.

SOUZA J. M. **Desenvolvimento infantil**: análise de conceito e revisão dos diagnósticos da NANDA-I [tese]. São Paulo: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo; 2014.

SOUZA J. M; VERÍSSIMO. M de L. Ó. R. Desenvolvimento infantil: análise de um novo conceito. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, nov-dez, 2015.

● Fórum - 15 minutos

A partir do conceito de integralidade, como é possível desenvolver práticas educativas que colaborem para o desenvolvimento infantojuvenil?

Escreva no fórum a sua resposta.

● O que aprendi? - 5 minutos

Responda ao Quiz a partir dos estudos efetivados.

1. O desenvolvimento físico afeta o processo de crescimento do ser humano, na medida em que ele influencia o crescimento biopsicossocial e espiritual.
 Verdadeiro
 Falso
2. É possível trabalhar com o desenvolvimento do ser humano, sem que se atente para a questão da integralidade.
 Verdadeiro
 Falso
3. No contexto da Educação Física, é fundamental incentivar exercícios que envolvam lógica, coordenação motora e percepções viso-espaciais.
 Verdadeiro
 Falso
4. A _____ favorece o ato de aprender a conviver e interagir com o outro, no sentido de compartilhar ideias, resolver conflitos, estabelecer parcerias e projetos e participar ativamente das dinâmicas em diferentes grupos.
 educação
 prática
 socialização
 individualização

5. É por intermédio da _____ que tanto crianças, como jovens e adultos afirmam sua identidade, reconhecem suas capacidades e destrezas, além de sua inserção na realidade.

individualização

prática

relação

formação

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.

Obras que podem ser consultadas:

BEE, H, Boyd D. **A criança em desenvolvimento**. 12ed. Porto Alegre: Artmed; 2011.

BERGER, KS. **O desenvolvimento da pessoa: da infância à terceira idade**. Rio de Janeiro: LTC; 2011.



ENCONTRO 2

Ciclo do Desenvolvimento Infantojuvenil

Dimensão	Física
Propósito	Identificar o ciclo do desenvolvimento infantojuvenil.
Palavras-Chave	Criança. Adolescente. Ciclo.
Ideia-Guia	Os ciclos do desenvolvimento infantojuvenil fazem parte da formação integral de crianças e adolescentes para que se tornem futuros cidadãos conscientes e autônomos.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

Por que falar em ciclo de desenvolvimento e não em etapas de desenvolvimento? Qual a diferença entre as palavras?

Para você, o ciclo do desenvolvimento ajuda a pensar em atividades pedagógicas para serem aplicadas no contexto de sala de aula?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Definição de Palavras-Chave:

Criança: Ser humano, menino ou menina, com idade infantil, entre o nascimento e o início da puberdade; Pessoa ainda não adulta, ou muito jovem. Pessoa ingênua, inexperiente, infantil.

Fonte: <http://aulete.com.br/crian%C3%A7a>

Adolescente: Que ainda está amadurecendo, em processo de desenvolvimento.

Adolescência: Fase da vida humana que sucede à infância (a partir da puberdade, aproximadamente aos 12 anos) e vai até a idade adulta (aproximadamente aos 20 anos). Fase do desenvolvimento de qualquer processo em que este se encontra na plenitude de seu crescimento, seu viço, sua juventude..

Fonte: <http://aulete.com.br/adolesc%C3%Aancia>

Ciclo: Série de fenômenos ou fatos que se sucedem periodicamente numa determinada ordem. Cadeia de acontecimentos históricos marcados por certas características, práticas. Conjunto de transformações.

Fonte: <http://aulete.com.br/ciclo>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

O CICLO DO DESENVOLVIMENTO ECOLÓGICO

Falar sobre o desenvolvimento do ser humano requer que se compreenda o ciclo da vida. Afinal, nem todos passam pelo mesmo processo de maturação, crescimento e aprendizagem. Por isso, é preciso entender como trabalhar em prol da valorização da vida e da integralidade humana.

No processo da vida, o desenvolvimento integral favorece o trabalho pedagógico a ser efetivado, tendo em vista que todas as dimensões do ser humano, ao serem observadas, contribuem para que participem eficazmente no contexto do trabalho formativo. Por isso, não há como planejar práticas educativas fragmentadas e isoladas das dimensões da vida humana.

O ciclo de desenvolvimento torna-se o ponto de partida do trabalho formativo, por isso são projetadas atividades direcionadas às diferentes dimensões: física, cognitiva, afetiva, espiritual e social. Isso possibilita oferecer uma gama de situações que envolvem tanto o desenvolvimento pessoal como o interpessoal. Assim, é possível dizer que:

Para se pensar em desenvolvimento humano é necessário compreender as relações que a pessoa mantém com seus contextos proximais (família, escola, comunidade) e contextos distais (valores, crenças e a cultura em geral), assim como a influência das relações bioquímicas no interior do organismo. (GALLO; ALENCAR, 2012, p. 27).

No trabalho pedagógico a ser efetivado por meio dos ciclos do desenvolvimento, o educador não se limita a compreender o ser humano por meio de etapas ou fases evolutivas. Antes, o que se tem em mente é a forma de interação com o meio, os quais se desenvolvem por meio de relacionamentos e inserção no espaço da cultura. Isso indica que a pessoa aprende uma com as outras e, inclusive, com o contexto em que está inserida. Por tal motivo, é possível desenvolver conceitos e princípios de convivência e cultura da paz por intermédio de atividades, brincadeiras e jogos.

A partir do trabalho com ciclos de desenvolvimento, o educador apresenta temas que são recorrentes na realidade social e vivenciados pelas pessoas no seu dia a dia. A ênfase recai sobre as práticas culturais e cotidianas que são vividas pelos grupos sociais e comunitários, o que enseja conhecimento do espaço em que as práticas educativas estão situadas.

O ciclo de desenvolvimento está presente na teoria do Modelo Ecológico, o qual se subdivide em cinco sistemas ou níveis, conforme Bronfenbrenner, e que foram apresentados por Dessen e Costa Júnior (2008):

1 Microssistemas: o contexto mais imediato constituído por padrões de atividades, papéis e relações interpessoais experienciados pelos indivíduos em um dado ambiente, no qual suas características físicas, sociais e simbólicas particulares funcionam de maneira a estimular ou inibir as relações interpessoais. Progressivamente, estas interações tornam-se mais complexas em função das atividades geradas nesse ambiente imediato. **2 Mesossistema:** compreende as inter-relações entre dois ou mais ambientes em que a pessoa em desenvolvimento esteja inserida e participa de maneira ativa. **3 Exossistema:** composto por um ou mais ambientes, nos quais o sujeito não participa ativamente de interações diretas; entretanto, os acontecimentos nesses ambientes afetam ou são afetados pelo ambiente onde se encontra a pessoa em desenvolvimento. **4 Macrossistemas:** refere-se aos sistemas de valores e crenças de uma cultura ou subcultura, submersos em um corpo de conhecimento, recursos materiais, costumes, estilo de vida, estrutura de oportunidades, obstáculos e opções no curso de vida. **5 Cronossistema:** modificações consistentes, ao longo do tempo, no que correspondem às mudanças no ambiente e na sociedade em geral, como as mudanças na estrutura da família, no status socioeconômico, na disponibilidade de emprego e no local de moradia, por exemplo.

A partir dos cinco sistemas, é possível fazer a correlação entre desenvolvimento e finalidade. Assim, no **primeiro sistema** o objetivo visa o indivíduo, ou seja, o seu desenvolvimento pessoal e interpessoal. Aqui, podem ser sugeridas atividades de conhecimento de si e do seu corpo,

como também da formação advinda da família. Funcionam bem, as atividades relacionadas ao cuidado com o corpo, envolvendo fatores biológicos, genéticos e psicológicos.

No **segundo sistema** é possível falar das relações estabelecidas e que acontecem no espaço da família e em outros contextos sociais de convivência, como escola, comunidade, associações, instituições religiosas. As atividades aqui podem ser desenvolvidas em torno do cuidado com os espaços de convivência.

No **terceiro sistema** ocorrem as influências diretas advindas de outros contextos que não são aqueles que se vive ou tem relação direta, mas que acabam interferindo na vida social das pessoas. Por exemplo, sobre o que acontece no ambiente de trabalho dos pais. Aqui, é possível realizar atividades sobre profissão e contexto de trabalho, como também é possível explorar a organização e estrutura dos espaços públicos e comunitários.

No **quarto sistema** estão situados os valores, as crenças e os comportamentos defendidos pelo grupo social. Aqui, é possível trabalhar com a diversidade e com a pluralidade, apresentando noções de cidadania, integridade, cultura da paz, ética e a inclusão de valores para a boa convivência.

No **quinto sistema** ocorrem as mudanças socioambientais e que afetam a vida da sociedade. Essas mudanças podem vir de políticas ou de alterações ambientais, o que exige resiliência e adaptação dos grupos. Nesse nível pode-se presenciar as mudanças sofridas pela cultura. Aqui, pode-se trabalhar com linha do tempo, desenvolvimento dos espaços, prejuízos ao ambiente, aspectos relacionais e processos de reflexão sobre sustentabilidade e preservação ambiental.

Observe que não se fala mais de características comportamentais, mas de ações e influências que interferem positiva ou negativamente no desenvolvimento do ser humano, por isso o grau de abrangência é mais complexo; e que necessita do educador o conhecimento sobre as transformações ocorridas no tempo e no espaço e que afetam a formação da identidade e da consciência de si, dos outros e do meio em que vive.

Referências:

DESSEN, M, A; COSTA JUNIOR, Á. **A Ciência do Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
GALLO, A. E; ALENCAR, J. da S. A. **Psicologia do Desenvolvimento da Criança**. Maringá, PR: CESUMAR, 2012.

● Fórum - 15 minutos

Ao ler sobre os cinco níveis presentes no Modelo Ecológico, escolha um deles e faça uma breve explicação sobre sua aplicabilidade na realidade social.

● O que aprendi? - 5 minutos

Realize o Quiz sobre dos estudos desenvolvidos:

1. Neste nível ocorrem as mudanças socioambientais e que afetam a vida da sociedade. Essas mudanças podem vir de políticas ou de alterações ambientais, o que exige resiliência e adaptação dos grupos. Está se falando de:
 - a) Microsistema
 - b) Exossistema
 - c) Mesossistema
 - d) Cronossistema

2. No Mesossistema, é possível falar das relações estabelecidas e que acontecem no espaço da família e em outros contextos sociais de convivência, como escola, comunidade, associações, instituições religiosas.
 Certo
 Errado
3. Trabalhar com a diversidade e com a pluralidade, apresentando noções de cidadania, integridade, ética e a inclusão de valores para a boa convivência é uma prática a ser efetivada exclusivamente na instituição escola.
 Certo
 Errado
4. No nível microsistema, funcionam bem as atividades relacionadas ao cuidado com o corpo, envolvendo fatores biológicos, genéticos e psicológicos.
 Certo
 Errado
5. No trabalho pedagógico a ser efetivado por meio dos ciclos do desenvolvimento, o educador limita-se a compreender o ser humano por meio de etapas ou fases evolutivas. Antes, o que se tem em mente é a forma de interação com o meio.
 Certo
 Errado

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.

Links que podem ser consultados:

https://www.academia.edu/31467413/Livro_A_Ciencia_do_Desenvolvimento_Humano



ENCONTRO 3

O Corpo e a Identidade

Dimensão	Física
Propósito	Reconhecer a identidade como digital pessoal.
Palavras-Chave	Corpo. Identidade.
Ideia-Guia	Saber quem somos faz parte do processo de identidade e autovalorização.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

Qual a definição de identidade? Como ela se constitui na vida do ser humano?

Será que a identidade sofre influências de grupos sociais e da cultura?

Como você trabalharia com as questões de identidade no contexto da sua sala de aula, a partir da pergunta: Quem eu sou?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Definição de Palavras-Chave:

Escutar: Ouvir com atenção, tomando conhecimento do que está ouvindo.

Captar (som) pela audição; ouvir. Dar atenção a conselho, advertência.

Fonte: <https://aulete.com.br/escutar>

Intervenção: Ação ou resultado de intervir; INTERFERÊNCIA: Intromissão ou interferência de um Estado nos assuntos de outro.

Fonte: <https://aulete.com.br/intervenção>

Sensível: Que tem sentidos; que é dotado de sensibilidade. Que sente; que reage a estímulos físicos: sensível à luz. Que se sensibiliza, se emociona ou se impressiona com facilidade; emotivo. Humano, compassivo, propenso a participar das dores alheias. Que causa ou produz dor; doloroso.

Fonte: <https://aulete.com.br/sensível>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

IDENTIDADE: A MARCA DA PESSOA

A identidade apresenta-se como uma marca pessoal, tal como uma digital, por isso que não há como encontrar duas pessoas compartilhando de uma mesma identidade. Se isso ocorrer no contexto social, é dito que uma delas é portadora de uma falsa identidade.

A partir da identidade é que se pode fazer distinções entre as pessoas, quer seja no seu modo de ser, sentir, fazer e agir. Por tal motivo, é que se consegue fazer perfis sobre as pessoas, fundamentados no seu jeito peculiar de ser, ou seja, de como ela se expressa e se comporta no interior dos relacionamentos.

Falas como “fulana não é assim” ou “ela não gosta de tal brincadeira”, ou, ainda, “é melhor não provocar, porque ele explode por qualquer motivo” sinalizam sobre as marcas da identidade. Muitas vezes, os pré-julgamentos se distanciam da maneira como de fato a pessoa é ou se comporta.

A identidade, ainda, pode ser uma forma única que caracteriza a pessoa, no tocante à sua maneira de pensar e enxergar a realidade, por isso ela é tão importante para o seu desenvolvimento. Não se pode pensar na existência de uma pessoa destituída de identidade. A identidade é singular e precisa ser valorizada por cada ser humano.

A partir do Modelo ecológico, é possível deduzir que a identidade de uma pessoa irá receber influências diretas por meio dos relacionamentos mantidos. Isso quer dizer que as relações interpessoais ganham significação no processo de constituição da identidade.

O primeiro espaço de influência é o da família e que vai sendo ampliado a partir do envolvimento da pessoa com diferentes grupos sociais. Isso quer dizer que o ser humano recebe contribuições diversas, contudo, não se torna similar ao outro, mas encontra nas práticas sociais o seu jeito de ser que se somam aos demais jeitos presentes no contexto social. Para Morin (2002, p. 64), a identidade forja-se no contexto cultural, por esse motivo afirma que:

A cultura constitui a herança social do ser humano: as culturas alimentam as identidades individuais e sociais no que elas têm de mais específico. Por isso, as culturas podem mostrar-se incompreensíveis ao olhar das outras culturas, incompreensíveis umas para as outras.

É claro que a abordagem de Morin está centrada numa acepção sociocultural, o que explica que certos jeitos de ser não são absorvidos por culturas diferentes; antes são repelidos, principalmente porque não se aceita tal comportamento ou não se compreende as suas razões.

A partir da constituição de sua identidade é que o ser humano pode compreender o significado de ser e estar no mundo, bem como o papel a ser exercido. A identidade pode ser travestida de um saber necessário para a convivência entre as pessoas (MORIN, 2000). Ela educa o ser, na medida em que imprime sentido a sua presença no mundo. Isso implica dizer que a identidade pode impulsionar as ações de cada ser humano na realidade social.

Na perspectiva de Erickson (1972), a identidade também é uma forma de ser, que compreende valores, sentimentos, conhecimentos, afeições e rejeições. É a procura da pessoa por autoafirmação e autoconhecimento sobre si mesmo. É a partir da identidade que se torna possível responder à questão: “Quem sou eu”.

Ainda na concepção de Erikson, a formação da identidade tem início na infância, podendo ser consolidada ao longo do desenvolvimento. Isso indica que ela não ocorre de maneira automática, mas é fruto das interações, por isso que mais importante do que ter conflitos é o modo como eles serão superados, fazendo nascer a importância de desenvolver a cultura da paz.

É por meio do conflito que o ser humano busca ir ao encontro de si e do outro. Para tal, se faz necessário conhecer a si, aos outros e o meio, a fim de que possa reafirmar seus posicionamentos e decisões. Isso demonstra que a identidade é mais que uma escolha: ela se apresenta como uma digital identificadora de quem eu verdadeiramente sou.

A sociedade é composta pela multiplicidade de identidades, mas isso não quer dizer que elas atuarão isoladamente, buscando o seu próprio interesse. Aprende-se que é na confluência de identidades que o ser humano vive e convive social e historicamente, isso porque ele é um ser gregário e como tal precisa desenvolver relacionamentos. São os relacionamentos que possibilitam as adaptações, os ajustamentos e a observância de direitos, regras e responsabilidades.

Referências:

ERIKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

MORIN, E. **O método V: a humanidade da humanidade**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MORIN, E. **Sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2000.

● Fórum - 15 minutos

A partir do que foi estudado, reflita: qual é a sua identidade?

E ainda: para o ser humano, por que é fundamental ter uma identidade?

O que estaria em jogo, caso ela não viesse a ser formada?

● O que aprendi? - 5 minutos

Realize o Quiz sobre dos estudos efetivados.

1. A partir da _____ é que se pode fazer distinções entre as pessoas, quer seja no seu modo de ser, sentir, fazer e agir.
 prática
 observação
 identidade
 cultura
2. A formação da identidade tem início na infância, podendo ser consolidada ao longo do desenvolvimento.
 Certo
 Errado
3. A identidade é apenas uma escolha que se apresenta como uma digital identificadora do quem eu verdadeiramente sou.
 Certo
 Errado
4. O primeiro espaço de influência é o da família e que vai sendo ampliado a partir do envolvimento da pessoa com diferentes grupos sociais.
 Certo
 Errado
5. A partir do Modelo ecológico, é possível deduzir que a identidade de uma pessoa não irá receber influências diretas por meio dos relacionamentos mantidos.
 Certo
 Errado

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.

Links para consulta:

<https://psicoativo.com/2016/08/teoria-do-desenvolvimento-psicossocial-de-erik-erikson.html>

<https://formacaoempsicologia.blogspot.com/p/a-identidade-humana.html>

<http://www.ficms.com.br/web/biblioteca/CESUMAR%20-%20PSICOLOGIA%20DO%20DESENVOLVIMENTO%20HUMANO.pdf>

ENCONTRO 4

O Corpo, História e Cultura

Dimensão	Física
Propósito	Identificar a influência da história e da cultura na percepção e na extensão do corpo.
Palavras-Chave	Corpo. Movimento. Expressão.
Ideia-Guia	A história e a cultura influenciam nos comportamentos e atitudes humanas.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

Como a cultura do corpo influencia os comportamentos e as atitudes humanas?

Na sua opinião, o corpo fala? De que maneira?

De que maneira a Educação Física pode trabalhar de maneira significativa com o desenvolvimento integral?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Definição de Palavras-Chave:

Corpo: Estrutura física e individualizada do homem ou dos animais.

Fonte: <https://aulete.com.br/corpo>

Movimento: Ação ou resultado de mover(-se) ou ser movido; deslocamento. Conjunto de atividades que visam a um objetivo.

Fonte: <https://aulete.com.br/movimento>

Expressão: Manifestação de pensamento ou sentimento através de palavras, gestos, fisionomia, arte. Manifestação intensa de emoção, ideia, expressividade.

Fonte: <https://aulete.com.br/expressão>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

No contexto da história e da cultura, abordar sobre o corpo pode vir caracterizado por adjetivos como: alto, baixo, fraco, forte, esguio, gordo, magro, obeso, flácido, musculoso. Isso indica a presença de uma forma idealizada na sociedade para o desenvolvimento físico-corporal e que se tornará um modelo estético a ser copiado, por intermédio do conceito de cultura do corpo. Mas será isso mesmo que o corpo representa, ou seja, uma idealização a ser perseguida?

Já se compreendeu que o corpo não pode ser considerado apenas do ponto de vista biológico. Antes, é preciso trabalhar com o desenvolvimento integral, por isso que se entende a importância e inserção da educação física no contexto da formação humana, visto que isso servirá de ajuda na construção de conceitos de convivência fundamentados na cultura da paz.

O papel a ser exercido pela Educação Física será o de trabalhar com práticas que incentivem o movimento, a percepção do sujeito em relação ao espaço e tempo, os hábitos e as posturas corporais em favor da sua conscientização em prol do cuidado com o seu corpo, uma vez que a perspectiva assumida é a da saúde integral. A saúde integral nada mais é do que uma escolha pautada na valorização da vida.

No contexto da saúde integral, há uma ruptura com a cultura do corpo à medida que se volta para ter um olhar mais humanizado sobre a cultura corporal, tendo em vista que essa última está preocupada muito mais com o desenvolvimento sadio e significativo da pessoa do que com o padrão definido pela sociedade sobre beleza estética e idealização do corpo.

A busca pelo corpo perfeito não é a finalidade da educação física e nem da sua prática formativa. Antes, a sua preocupação é com o equilíbrio, a coordenação, o deslocamento, a percepção sensorial, auditiva e motora, além da interação consciente do corpo com a dinâmica de movimentos e ritmos existentes e/ou apresentados. Existe, aqui, uma confluência entre pessoas e objetos, no sentido de compreender como eles podem favorecer a aprendizagem sobre a realidade e os relacionamentos estabelecidos.

A partir dos movimentos e expressões, é possível identificar potencialidades e dificuldades da pessoa em relação aos outros e a si mesma. O corpo é uma rota aberta que ajuda a tecer leituras sobre outras dimensões da vida, como afetivas, mentais, sociais, motoras e espirituais. Portanto, o interesse da educação física é com o conceito de corporeidade. Assim, a educação física:

[...] não deve ser vista como a área que apenas e tão-somente irá ensinar aos alunos as técnicas 'corretas' dos esportes, da ginástica ou da dança, ou a que vai corrigir ou refinar os gestos, mas a área que vai a partir da dinâmica cultural específica de seus alunos no que se refere às questões do corpo, do movimento, dos esportes, etc. para ampliá-la, discuti-la, confrontá-la, refutá-la, enfim, tornar o aluno um sujeito emancipado e autônomo nas questões corporais. (DAÓLIO, 2001, p. 34).

A presença da educação física possibilita que o sujeito situe-se em relação à cultura e a história. Na cultura, no sentido de refletir sobre o que de fato o seu corpo significa em relação ao seu desenvolvimento e saúde integral. Isso indica que não se alteram hábitos em nome de um corpo idealizado, mas do equilíbrio e da consciência de que o corpo não está isolado das outras dimensões da vida e na história, porque é possível compreender o processo de conhecimento sobre o corpo no que diz respeito à funcionalidade – estrutura –, bem como as implicações orgânicas e definições atribuídas ao corpo no decorrer dos tempos.

Sendo assim, compete trabalhar com práticas corporais que objetivam trazer bem-estar físico, mental, emocional, social e espiritual. Busca-se o equilíbrio e a saúde integral, visto que são essenciais ao desenvolvimento da qualidade de vida.

Referências:

DAÓLIO, Jocimar. A antropologia social e a Educação Física: possibilidades de encontro. In: CARVALHO, Yara Maria de; RÚBIO, Kátia. (Orgs.). **Educação Física e Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec, 2001, p.27-38.

Fórum - 15 minutos

A partir do estudo, você saberia citar uma diferença entre cultura do corpo e cultura corporal? Apresente a diferença em uma sentença.

Poste sua resposta no Fórum.

● O que aprendi? - 5 minutos

Realize o Quiz sobre o tema desenvolvido:

1. Para que a educação física ganhe relevância no processo de conscientização do corpo, é preciso trabalhar em prol da saúde e do desenvolvimento integral.
 Certo
 Errado
2. Na Educação Física, o conceito que orienta o seu fazer pedagógico no contexto da escola é:
 estética
 corporeidade
 exercícios rítmicos
 preparação física
3. A preocupação da Educação Física é com o equilíbrio, a coordenação, o deslocamento, a percepção sensorial, auditiva e motora, além da interação consciente do corpo com a dinâmica de movimentos e ritmos existentes e/ou apresentados.
 Certo
 Errado
4. No contexto da saúde integral, a ênfase é com a cultura do corpo, à medida que se volta para ter um olhar mais humanizado sobre a cultura corporal.
 Certo
 Errado
5. O papel a ser exercido pela Educação Física será o de trabalhar com práticas que incentivem o movimento, a percepção do sujeito em relação ao espaço e tempo, os hábitos e as posturas corporais.
 Certo
 Errado

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.

Livros para aprofundamento:

BRACHT, V. et al. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo, Cortez, 1992.
DAÓLIO, Jocimar. A antropologia social e a Educação Física: possibilidades de encontro. In: CARVALHO, Yara Maria de; RÚBIO, Kátia. (Orgs.). **Educação Física e Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec, 2001, p.27-38.
KOFES, S. E sobre o corpo, não é o próprio corpo que fala? Ou o discurso desse corpo sobre o qual se fala. In: BRUHNS, H.T.(org.). **Conversando sobre o corpo**. Campinas, Papirus, 1985.

Links para consultar:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

<https://sae.digital/educacao-fisica-na-bncc/>

<https://novaescola.org.br/bncc/disciplina/17/educacao-fisica>

<https://novaescola.org.br/bncc/conteudo/112/como-planejar-aulas-de-educacao-fisica-alinhadas-a-base>

ENCONTRO 5

O Corpo e as Práticas Físico-Corporais

Dimensão	Física
Propósito	Planejar práticas corporais a serem desenvolvidas no espaço escolar.
Palavras-Chave	Coordenação. Movimento. Ritmo.
Ideia-Guia	As práticas físico-corporais fazem parte do desenvolvimento integral do ser humano.

ROTEIRO

● Perguntas norteadoras - 5 minutos

Por que é preciso efetivar práticas corporais no âmbito da escola? Quais são as contribuições para o desenvolvimento integral do sujeito?

● Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Pesquisa Palavras-Chave:

Coordenação: Ação ou resultado de organizar algo; arranjo, arrumação, organização.

Fonte: <https://aulete.com.br/coordenação>

Movimento: Ação ou resultado de mover(-se) ou ser movido; deslocamento. Conjunto de atividades que visam a um objetivo. Relação vigente entre os elementos que compõem um todo articulado, de tal maneira que o comportamento de cada um depende do modo como os outros se comportam.

Fonte: <https://aulete.com.br/movimento>

Ritmo: Maneira harmoniosa de combinar os tempos entre um movimento e outro.

Fonte: <https://aulete.com.br/ritmo>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

CULTURA CORPORAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO

O ato de produzir uma cultura é advindo de um grupo social e que se estabelece por intermédio de uma prática contínua que é aceita e legitimada no seu interior. Essa mesma lógica pode ser aplicada à cultura corporal que se efetiva a partir da consciência em desenvolver práticas, exercícios e hábitos físicos saudáveis. Entende-se que cultura corporal:

[...] esta se tratando de uma dimensão da cultura que se concretiza no saber fazer, num vivenciar, por um lado, e em um saber sobre esse fazer, por outro. A dimensão do saber fazer torna-se necessária para que possamos apreender a cultura em sua totalidade ao mesmo tempo em que permite que o conceito de criticidade possa abarcar elementos estéticos e éticos. (BRACHT, 2001).

É a partir do conceito de cultura corporal que é possível falar em saúde e desenvolvimento integral, situando-o no campo da Educação Física, que fornecerá meios que possibilitem ao indivíduo trabalhar com movimentos, ritmos, coordenação, raciocínio, destreza, socialização, convivência, regras, ajudando na potencialização de competências e habilidades do ser humano.

A Educação Física trabalha em prol do equilíbrio e da harmonia corporal, na medida em que oportuniza práticas e exercícios físicos que atuem de maneira orquestrada. Afinal, o corpo tem sincronismo, por isso não se pode trabalhar com atividades repetitivas, mas combinadas.

O olhar da Educação Física para a cultura corporal precisa partir da visão de completude e integralidade, uma vez que a finalidade não é a busca pela estética do corpo perfeito, mas pela saúde. Nesse sentido, a prática a ser desenvolvida precisa apresentar atividades que visam alcançar não apenas o condicionamento físico, mas o seu bom funcionamento. Assim é possível dizer que:

A Educação Física é uma disciplina que trata, pedagogicamente, na escola, do conhecimento de uma área denominada aqui de cultura corporal. Ela será configurada com temas ou formas de atividades, particularmente corporais, como as nomeadas anteriormente: jogo, esporte, ginástica, dança ou outras, que constituirão seu conteúdo. O estudo desse conhecimento visa apreender a expressão corporal como linguagem. (SOARES et al., 1992, p. 61).

Apresentada a finalidade da Educação Física, compete agora descrever a sua inserção em diferentes ações que podem ser contempladas por meio das atividades a serem trabalhadas no contexto escolar. Essas atividades versam sobre as seguintes áreas: brincadeiras, jogos, esportes, dança, ginástica, dentre outras possibilidades.

É possível observar que as atividades requerem planejamento, visto que é preciso atentar sobre o espaço/tempo, além de recursos e técnicas a serem empregados na proposta a ser efetivada no contexto escolar. Isso indica que as atividades demandarão do professor conhecimento sobre sua finalidade e aplicabilidade.

Por tal motivo, a Educação Física possibilitará ações motivadoras que impulsionam a valorização da vida na presença do ser em movimento. Daólio, sobre o ser em movimento, diz que:

O “se-movimentar” é, assim, interpretado como uma conduta humana, onde a Pessoa do “se-movimentar” não pode simplesmente ser vista de forma isolada e abstrata, mas inserida numa rede complexa de relações e significados para com o mundo, que configura aquele “acontecimento relacional”, onde se dá o diálogo entre o Homem e o Mundo. O “se-movimentar” é, então, uma conduta significativa, um acontecimento mediado por uma relação significativa. (DAOLIO, 2004, p. 37).

O *se-movimentar* é o propósito do fazer da Educação Física, por isso que ela requer que as ações sejam significativas, socializantes e interativas, pois é nesse movimento que se desenvolve a consciência corporal de si, do outro e do meio em que está inserido.

Observa-se, aqui, que na esteira do *se-movimentar* é que se atua diretamente com a cultura corporal em prol do desenvolvimento e da saúde integral. Afinal, é preciso reconhecer que “as práticas ou, se melhor nos convier, os conteúdos, presentes na cultura corporal de movimento, são produções humanas carregadas de sentidos e significados” (ALVES, 2003, p. 96). Isso de fato impactará o ato de *se-movimentar*, uma vez que ele não é percebido como um fato isolado e abstrato da vida, mas que é implicador de visões, cultura, comportamentos, habilidades e conhecimento sobre a realidade, quer seja subjetiva ou objetiva.

A partir do conceito de *se-movimentar* é que surgem possibilidades de interação entre as pessoas, quer seja por meio de jogos, atividades rítmicas e/ou de coordenação. O importante a ser ressaltado é que as práticas físico-corporais contribuem significativamente para o aprendizado sobre convivência pacífica, uma vez que atuará diretamente na resolução de conflitos.

Referências:

- ALVES, V. de F. N. Uma leitura antropológica sobre a educação física e o lazer. In: WERNECK, C. L. G.; ISAYAMA, H. F. **Lazer, recreação e educação física**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 83-114.
- BRACHT, V. Ser e fazer pedagógicos acerca da legitimidade da Educação Física como componente curricular. In: CAPARROZ, F. E. (Org.). **Educação Física escolar: política e intervenção**, v. 1. Vitória: Proteoria, 2001. p. 67-79.
- DAOLIO, J. **Educação Física e conceito de cultura**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- SOARES, C. L. et. al. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

● Fórum - 15 minutos

Por que é tão importante planejar as atividades e práticas corporais que serão aplicadas no contexto da escola?

Registre sua opinião no Fórum.

● O que aprendi? - 5 minutos

Realize o Quiz a partir do estudo desenvolvido:

1. O se-movimentar é o propósito do fazer da Educação Física, por isso que ela requer que as ações sejam significativas, socializantes e interativas, pois é nesse movimento que se desenvolve a consciência corporal de si, do outro e do meio em que está inserido.
 Verdadeiro
 Falso
2. A Educação Física não visa trabalhar em prol do equilíbrio e da harmonia corporal, por isso oportuniza práticas e exercícios físicos que atuem em busca do corpo perfeito.
 Certo
 Errado
3. Danças, jogos e brincadeiras são práticas corporais que precisam ser significadas no contexto social.
 Certo
 Errado
4. Julgue se as afirmativas são verdadeiras ou falsas:
 - a) As atividades demandarão do professor conhecimento sobre sua finalidade e aplicabilidade.
 - b) Na esteira do se-movimentar é que se atua diretamente com a cultura corporal em prol do desenvolvimento e da saúde integral.
 - c) O olhar da Educação Física para a cultura corporal precisa partir da visão de completude e integralidade, uma vez que a finalidade é a busca pela estética do corpo perfeito, mas pela saúde.Está correto o que se afirma em:
 - I. A
 - II. C
 - III. A e B
 - IV. A e C
5. A cultura corporal que se efetiva a partir de práticas, exercícios e hábitos físicos saudáveis.
 Verdadeiro
 Falso

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.

E-book do Programa Vem Viver.

ENCONTRO 6

Esportes Coletivos e Regras de Convivência

Dimensão	Física
Propósito	Trabalhar com a importância das regras para o bom andamento dos esportes coletivos.
Palavras-Chave	Esportes. Socialização. Regra. Convivência.
Ideia-Guia	As práticas desportivas coletivas possibilitam a socialização e a formação integral do ser humano.

ROTEIRO

Perguntas norteadoras - 5 minutos

Por que as regras são importantes nas práticas de convivência humana?

Como os jogos coletivos podem ajudar no processo de socialização, que requer boa convivência?

Palavra do Especialista (videoaula) - 15 minutos

Pesquisa Palavras-Chave:

Esporte: Atividade física regular e metódica, como recreação competitiva ou como forma de manter o condicionamento físico, que envolve exercícios de vários tipos, praticados individualmente ou em equipes; desporto; desporto.

Fonte: <https://aulete.com.br/esporte>

Socialização: Ação ou resultado de socializar(-se). Ajustamento de uma pessoa (esp. criança) ao grupo social em que se deve inserir (processo de socialização).

Fonte: <https://aulete.com.br/socialização>

Regra: Norma, lei, costume que dirige, orienta e regula procedimentos (regra gramatical; regras de etiqueta). Moderação, comedimento, parcimônia.

Fonte: <https://aulete.com.br/regra>

Convivência: Ação ou resultado de conviver ou de estar junto com frequência. O relacionamento contínuo entre pessoas que convivem. Coexistência simultânea e harmoniosa entre seres ou coisas distintos.

Fonte: <https://aulete.com.br/convivência>

Assista: Videoaula com o Especialista do Programa Vem Viver e leia o conteúdo produzido sobre a temática do encontro.

JOGOS COLETIVOS E COOPERATIVOS: UM ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA HUMANA

Uma das maneiras de trabalhar com a prática de convivência humana é a partir de jogos coletivos. Eles oportunizam a resolução de conflitos, como também ajudam os participantes a observarem as regras para o seu desenvolvimento. É por meio dos jogos que se pode estabelecer o espírito de equipe, promovendo a socialização e a cultura da paz.

Os jogos coletivos, ainda, estimulam a aplicação do raciocínio na criação de estratégias, além de desenvolver o sentido de pertença ao grupo. Observa-se, a partir da prática coletiva, a construção de valores como respeito, responsabilidade, companheirismo e cumplicidade. Isso indica a relevância dos jogos coletivos no processo de socialização e interação entre as pessoas.

Buriti (2001) ressalta o valor dos esportes para o equilíbrio físico-mental, isso indica em dizer que as práticas desportivas podem ser auxiliadoras fundamentais do desenvolvimento integral do ser humano, e por esse motivo precisam fazer parte do seu dia a dia.

É preciso ressaltar que os jogos coletivos atuam diretamente nos relacionamentos entre si, os outros e com o meio ambiente, por isso que eles irão aguçar noções de amizade, solidariedade, limites, observância de regras, autoimagem, além de possibilitar que se estabeleça limites e reconheça potencialidades, destrezas e habilidades. Ainda, para Amaral (2009, p.51): “Os jogos cooperativos são mediadores da união entre as pessoas, compartilhando e despertando a coragem de assumir riscos, reconhecendo a importância do grupo e estimulando, por meio da convivência, o desenvolvimento da autoestima”.

É no contexto dos jogos coletivos e cooperativos que se pode aprender noções de cooperação e respeito à diversidade, minimizando os impactos de atos violentos. Sobre isso, Garganta (1998) alerta sobre o papel das ações coordenadas a serem desenvolvidas pelos participantes em prol do objetivo a ser atendido, o que implica técnicas de negociação e argumentação em prol do bem comum.

Ainda é possível abordar sobre as situações inusitadas e não planejadas que ocorrem no contexto dos jogos coletivos e cooperativos. Sobre isso, Garganta (1998) ressalta o valor da capacidade de adequação e adaptação, sendo indispensável para a resolução do conflito, o que para Paes (2002) é uma de suas finalidades, pois o jogo coletivo lida continuamente com as questões de diferença entre os seus integrantes. Afinal, Soler (2006, p. 23) defende que:

Os jogos cooperativos são jogos em que os participantes jogam uns com os outros, em vez de um contra os outros. Joga-se para superar desafios. São jogos para compartilhar, unir pessoas, despertar a coragem para assumir riscos.

Na prática dos jogos coletivos e cooperativos percebe-se um espaço propício ao exercício da cidadania, associado à valorização e dignificação humanas, uma vez que será necessário ter consciência sobre os direitos e deveres associados às ações praticadas. Afinal, a noção dessa ação está associada à participação e pertencimento social.

Nesse sentido, é possível concordar com Fávero (2004), ao afirmar que as escolas podem ser consideradas como um espaço essencial na preparação e no desenvolvimento humano com relação à cidadania, o que pode ser vivenciado na prática a partir dos jogos cooperativos. Por esse motivo, Amaral defende (2009, p. 30) que: “O jogo propicia oportunidades atraentes e ricas em diversas situações, o que possibilita uma grande dinamicidade de vivências: confrontos de ponto de vista, defesa de interesses, participação em discussões, vivências da crise e do conflito”.

As regras contidas nos jogos coletivos são fundamentais à prática da cidadania, porque por seu intermédio ocorre a socialização que é indispensável à convivência social. É a partir dela que o ser humano aprende o significado de ser parte de um grupo social, trabalhando para promover o bem comum, que se assenta na valorização da vida e na cultura da paz.

Referências:

- AMARAL, Jader Denicol do. **Jogos Cooperativos**. 4 ed. São Paulo: Phorte, 2009.
- AQUINO, G. O esporte como elemento socializador e formador de crianças e jovens. **Revista Científica da Faminas**, v. 6, n.2, maio-ago., 2010.
- BURITI, Maria do Socorro Leite. Variáveis que influenciam o comportamento agressivo de adolescentes nos esportes. In BURITI, Marcelo de Almeida (Org.). **Psicologia do Esporte**. Campinas: Editora Alínea, 2ª Edição, 2001.
- FÁVERO, Eugenia Augusta Gonzaga. **Direito das pessoas com deficiência: Garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2004.
- GARGANTA DA SILVA, J. M. O ensino dos jogos desportivos colectivos: perspectivas e tendências. **Movimento**. 1998; 4 (8): 19-27.
- PAES, R. R. **A pedagogia do esporte e os jogos coletivos**. Porto Alegre: Artmed, 2002, p.89-98.
- SOLER, Reinaldo. **Jogos Cooperativos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.

● Fórum - 15 minutos

Qual o valor dos jogos coletivos e como eles favorecem o desenvolvimento humano?
Escreva sua opinião no Fórum.

● O que aprendi? - 5 minutos

Realize o Quiz sobre o estudo efetivado.

1. A partir da prática coletiva, é possível observar a construção de valores, como respeito, responsabilidade, companheirismo e cumplicidade.
 Certo
 Errado
2. Na prática dos jogos coletivos, percebe-se um espaço propício ao exercício da cidadania, associado à valorização e dignificação humanas.
 Certo
 Errado
3. Complemente a frase com que lhe dá sentido: "Os jogos coletivos atuam diretamente nos/nas _____ humanos/as.
 processos
 relacionamentos
 práticas
 contextos
4. As práticas desportivas podem ser auxiliadoras fundamentais do desenvolvimento integral do ser humano, e por esse motivo precisam fazer parte do seu dia a dia.
 Verdadeiro
 Falso
5. É no contexto dos jogos coletivos que se pode aprender noções de _____ e respeito à diversidade.
 Cidadania
 Técnicas
 Cooperação
 Regras

● Material de Apoio

Videoaula do Programa Vem Viver.
E-book do Programa Vem Viver.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

AEDAH, Projeto de mentoria. Disponível em http://www.aedah.pt/images/2020_2021/1P/Mentorias%20-%20Projeto.pdf Acesso 30 de outubro de 2021.

ALVES, V. de F. N. Uma leitura antropológica sobre a educação física e o lazer. In: WERNECK, C. L. G.;

ISAYAMA, H. F. **Lazer, recreação e educação física.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 83-114.

AMARAL, Jader Denicol do. **Jogos Cooperativos.** 4 ed. São Paulo: Phorte, 2009.

AQUINO, G. O esporte como elemento socializador e formador de crianças e jovens. **Revista Científica da Faminas**, v. 6, n.2, maio-ago., 2010.

ALLEN, J. G. **Restoring mentalizing in attachment relationships:** treating trauma with plain old therapy. 1st ed ed. Arlington, VA: American Psychiatric Pub., Inc, 2013.

ATTILI, G. **Apego & Amor.** São Paulo: Paulinas, 2006.

AUGUST, H.; ESPERANDIO, M. R. G. Apego a Deus - Revisão Integrativa de Literatura Empírica. REVER - **Revista de Estudos da Religião**, 2020.

BECK, R. God as a secure base: attachment to God and theological exploration. **Journal of Psychology and Theology**, Summer. v. 34(2), p. 125-133, 2006.

BONHOEFFER, D. **Life Together.** Minneapolis, MN: Fortress Press, 2015.

BOWLBY, J. The influence of early environment in the development of neurosis and neurotic character. **International Journal of Psycho-Analysis**, vol. 21, 1940, p. 1-25.

BOWLBY, J. Forty-four juvenile thieves: Their characters and home life. **International Journal of Psycho-Analysis**, vol. 25, 1944, p. 107-127

BOWLBY, J. A **Secure Base:** Parent-Child Attachment and Healthy Human Development. Reprint edition ed. New York: Basic Books, 1988.

BOWLBY, J. **Apego e Perda:** Apego. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. v. 1

BOWLBY, J. **Apego e Perda:** Tristeza e Depressão. São Paulo: Martins Fontes, 2004. v. 3

BOWLBY, J. **Apego e perda:** Separação. São Paulo: Martins Fontes, vol. 2, 1984.

BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BOWLBY, J. **Uma base segura:** Aplicações clínicas da Teoria do Apego. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

BRACHT, V. Ser e fazer pedagógicos acerca da legitimidade da Educação Física como componente curricular. In: CAPARROZ, F. E. (Org.). **Educação Física escolar:** política e intervenção, v. 1. Vitória: Proteoria, 2001. p. 67-79.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 24ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2000. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: promulgado em 13 de julho de 1990. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996.

BURITI, Maria do Socorro Leite. Variáveis que influenciam o comportamento agressivo de adolescentes nos esportes. In BURITI, Marcelo de Almeida (Org.). **Psicologia do Esporte**. Campinas: Editora Alínea, 2ª Edição, 2001.

COLETTI, R.N. **BIOÉTICA: PARADIGMA DE QUALIDADE NAS INSTITUIÇÕES PROMOTORAS DE SAÚDE**. LONDRINA: UEL, 2000.

COLL, C.; EDWARDS, D. (Orgs.). **Ensino, aprendizagem e discurso em sala de aula: aproximações ao estudo do discurso educacional**. Artmed: Porto Alegre, 1998.

CHRISPINO, A. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.15, n.54, p. 11-28, jan./mar. 2007.

DAOLIO, J. **Educação Física e conceito de cultura**. Campinas: Autores Associados, 2004.

DESSEN, M, A; COSTA JUNIOR, Á. **A Ciência do Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DOMINGUES, G.S. O ESPAÇO DA ÉTICA SIGNIFICADA NO MBITO DA COSMOVISÃO CRISTÃ: UMA QUESTÃO DE ESCOLHA. IN: SOUZA, J.N.; SOUZA, E.S DE (ORGS). **TEOLOGIA E ÉTICA NO CUIDADO PASTORAL**. CURITIBA: FABAPAR, 2017.

ERIKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

FÁVERO, Eugenia Augusta Gonzaga. **Direito das pessoas com deficiência: Garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

GALLO, A. E; ALENCAR, J. da S. A. **Psicologia do Desenvolvimento da Criança**. Maringá, PR: CESUMAR, 2012.

GARGANTA DA SILVA, J. M. O ensino dos jogos desportivos colectivos: perspectivas e tendências. **Movimento**. 1998; 4 (8): 19-27.

KIRKPATRICK, L. A. **Attachment, evolution, and the psychology of religion**. New York: Guilford Press, 2005.

KIRKPATRICK, L. A.; SHAVER, P. R. Attachment Theory and Religion: Childhood Attachments, Religious Beliefs, and Conversion. **Journal for the Scientific Study of Religion**, v. 29, n. 3, p. 315, set. 1990.

MORIN, E. **O método V: a humanidade da humanidade**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MORIN, E. **Sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2000.

PAES, R. R. **A pedagogia do esporte e os jogos coletivos**. Porto Alegre: Artmed, 2002, p.89-98.

RHODES, J. et al. Youth mentoring in perspective: introduction to the special issue. **Am. Journal of Comm. Psychology**. v.30, n. 2, 2002, p. 149-156.

SIMÕES, Francisco; ALARCÃO, Madalena. A eficácia da mentoria escolar na promoção do desenvolvimento socioemocional e instrumental de jovens **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.2, p. 339-354, mai./ago. 2011

KÜNG, Hans. **Projeto de ética mundial**: Uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2001.

KÜNG, H. Declaração do parlamento das religiões do mundo. 1993. Disponível em: https://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/Hans_Kung_DECLARACAO_PARLAMENTO_RELIGIOES_MUNDO.pdf Acesso em 26/05/2021

LEVINE, A.; HELLER, R. S. F. **Apegados**. Um guia prático e agradável para estabelecer relacionamentos românticos recompensadores. Ribeirão Preto: [s.n.].

LIPOVETSKY, G. APRESENTAÇÃO DE GILLES LIPOVETSKY E INTRODUÇÃO AOS DEBATES. IN: FORBES, J; REALE JÚNIOR, M. FERRAZ JUNIOR, T.S. (ORGS). A **INVENÇÃO DO FUTURO**. SÃO PAULO: MANOLE, 2005.

MARCILIO, M. L. Fundamentos Éticos dos Direitos Humanos. In: SANTOS, I.; POZZOLI, L. **Direitos Humanos e Fundamentais e Doutrina Social**. São Paulo: Boreal Editora, 2012.

MARTINEZ ZAMPA, D. **Mediación educativa y resolucion de conflictos**: modelos de implementacion. Buenos Aires: Ediciones Novedades Educativas, 2005.

MOORE, C. W. **O processo de mediação**: estratégias práticas para a resolução de conflitos. Porto Alegre: ARTMED, 1998.

SOARES, C. L. et. al. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

SOLER, Reinaldo. **Jogos Cooperativos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2006.

SOUZA J. M. **Desenvolvimento infantil**: análise de conceito e revisão dos diagnósticos da NANDA-I [tese]. São Paulo: Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo; 2014.

SOUZA J. M; VERÍSSIMO. M de L. Ó. R. Desenvolvimento infantil: análise de um novo conceito. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, nov-dez, 2015.

SUARÉZ, Janete Tonete; WECHSLER, Solange Múglia. MENTORIA DO TALENTO NA ESCOLA: ANÁLISE DE PUBLICAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, 2020, v.24, p. 1-10.

VASQUÉZ, A. **ÉTICA**. RIO DE JANEIRO; CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2005.

VELOSO, D.G. ÉTICA E CIDADANIA INCLUSIVA: O QUE A IGREJA TEM A VER COM ISSO? IN: SOUZA, J.N.; SOUZA, E.S DE (ORGS). **TEOLOGIA E ÉTICA NO CUIDADO PASTORAL**. CURITIBA: FABAPAR, 2017.

WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

YOUNG, J. E.; KLOSKO, J. S.; WEISHAAR, M. E. **Terapia do esquema**: guia de técnicas cognitivo-comportamentais inovadoras. [s.l.] Grupo A - Artmed, 2008.

VEM VIVER

JUNTOS PELA PROTEÇÃO DA VIDA



ENSINAR PARA
TRANSFORMAR VIDAS



SECRETARIA NACIONAL DOS
DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE

MINISTÉRIO DA
MULHER, DA FAMÍLIA E
DOS DIREITOS HUMANOS

